



XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 8 DE MAIO DE 2026

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)  
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)  
[Susana Alexandra Lopes Correia](#)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 1 minuto.

Os Deputados foram informados da eleição para o Conselho de Opinião da RTP, S.A., a realizar ao longo da sessão.

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, das seguintes iniciativas:

Projeto de Lei n.º [94/XVII/1.ª](#) (L) — Alteração às penas acessórias e efeitos das penas por crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [569/XVII/1.ª](#) (PAN) — Alarga as medidas de proteção de menores no âmbito dos crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual e do

crime de violência doméstica, alterando o Código Penal, tendo sido aprovado um requerimento, apresentado pelo proponente, de baixa à comissão, por 90 dias, sem votação;

Projeto de Lei n.º [570/XVII/1.ª](#) (CH) — Altera o regime das sanções acessórias no âmbito dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, nomeadamente admitindo o tratamento com medicamentos bloqueadores de hormonas a agressores sexuais reincidentes, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [578/XVII/1.ª](#) (L) — Altera o período de proibição de exercício de funções e o período de proibição de confiança de menores e de inibição de responsabilidades parentais em caso de condenação por crimes contra a autodeterminação e liberdade sexual, tendo sido aprovado um requerimento, apresentado pelo proponente, de baixa à

comissão, por 90 dias, sem votação;

Projeto de Resolução n.º 867/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo a criação de um Programa Nacional para prevenção, avaliação e deteção de risco da violência sexual contra crianças e jovens para entidades com contacto regular com menores, que foi aprovado.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Rui Rocha (IL), Inês de Sousa Real (PAN), Madalena Cordeiro (CH), Paulo Muacho (L), Filipe Sousa (JPP), Isabel Alves Moreira (PS), Rita Matias (CH), Paula Santos (PCP), Fabian Figueiredo (BE), Paulo Nuncio (CDS-PP) e Eva Brás Pinho (PSD).

Foram debatidos conjuntamente, na generalidade, os diplomas seguintes:

Projeto de Resolução n.º 737/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo a criação do Passe de Mobilidade Nacional, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º 573/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Passe de transportes gratuito para jovens até 25 anos, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 701/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que reduza em 25% os preços dos passes de transportes públicos para fazer face ao agravamento dos preços de combustíveis causado pelas tensões geopolíticas no Médio Oriente, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 851/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de simplificação tarifária, integração da bilhética e a revisão dos mecanismos de financiamento aos serviços de transporte público de passageiros, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 852/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a implementação do Sistema Nacional Único de Bilhética Integrada, com base na plataforma 1bilhete.pt, garantindo a interoperabilidade total dos transportes públicos, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 855/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela criação de um passe nacional multimodal, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 863/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Passes intermodais 20, 30, 40, que foi rejeitado.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Jorge Pinto (L), Fabian Figueiredo (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Frederico Francisco (PS), Francisco Covelinhas Lopes (PSD), João Tilly (CH), Filipe Sousa (JPP), Paula Santos (PCP), Angélique Da Teresa (IL), Paulo Nuncio (CDS-PP), José Lago Gonçalves (PSD) e Rui Fernandes (CH).

Foram apreciadas, na generalidade, as iniciativas seguintes:

Projeto de Resolução n.º 754/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Condenação da escalada de agressão e de ameaças dos EUA contra Cuba e exigência do respeito da soberania e dos direitos do povo cubano, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 721/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo que condene o bloqueio imposto a Cuba e denuncie o recrudescimento da instabilidade na ilha, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 841/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda ao Governo que defenda o povo cubano e promova o respeito pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais em Cuba, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 844/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que realize todos os esforços políticos e diplomáticos no sentido de pressionar o regime cubano e conduzir à plena democratização da República de Cuba, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 856/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela defesa de uma solução diplomática para o confronto entre os Estados Unidos da América e a República de Cuba, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 862/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Sobre a crise humanitária em Cuba e a necessidade de Portugal assumir uma posição ativa pelo fim das sanções unilaterais e pela proteção da população civil cubana, que foi rejeitado; e

Projeto de Resolução n.º 864/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Em defesa do povo cubano contra a tirania do regime comunista, que foi aprovado.

Intervieram, a diverso título, os Deputados Paulo Raimundo (PCP), Ricardo Dias Pinto (CH), Jorge Pinto (L), Rodrigo Saraiva (IL), José Dias Fernandes (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Fabian Figueiredo (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP), João Torres (PS), Pedro Pinto (CH), Filipe Sousa (JPP) e Paulo Neves (PSD).

Apreciou-se o Projeto de Resolução n.º 839/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda a promoção ativa da igualdade entre mulheres e homens no trabalho, que foi posteriormente aprovado na generalidade, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.º 497/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Estabelece um regime de incentivos à representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração das sociedades comerciais não cotadas e promove a adoção de planos para a igualdade nas empresas, 527/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Reforça o regime de representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa e 579/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, combatendo a disparidade salarial de género, que foram rejeitados; com os Projetos de Resolução n.ºs 850/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que promova medidas que combatam a desigualdade salarial e discriminação entre homens e mulheres, 853/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Pela valorização dos salários e eliminação das discriminações salariais entre homens e mulheres e 857/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela aprovação de uma estratégia nacional para a igualdade remuneratória e de oportunidades entre mulheres e homens, que foram aprovados; e com os Projetos de Resolução n.ºs 860/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo a implementação de medidas para a promoção da igualdade salarial de género e 868/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo a transposição imediata da diretiva europeia para reforçar a igualdade salarial entre mulheres e homens, que foram rejeitados. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Paulo Nuncio (CDS-PP), Patrícia Faro (PS), Inês de Sousa Real (PAN), Elza Pais (PS), Sandra Pereira (PSD), Filipe Sousa (JPP), Joana Cordeiro (IL) e Felicidade Vital (CH).

Deu-se conta do resultado das eleições que decorreram durante a reunião plenária, tendo sido eleitos os candidatos propostos para o Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, S.A.

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs 499/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de José Luís Tinoco, 513/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PCP) — De pesar pelo falecimento de José Santa-Bárbara, 514/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PCP) — De pesar pelo falecimento de Cândido Mota e 523/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo CH) — De pesar pela morte de Joaquim Granger, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foram aprovadas as partes deliberativas dos Projetos de Voto n.ºs 529/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PAR) — De saudação pelo Dia Mundial da Língua Portuguesa, e 530/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PAR) — De saudação pelo centenário da Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 28/XVII/1.<sup>a</sup> (PAR) — Composição da comissão eventual para a resiliência nacional, prevenção de catástrofes naturais e acompanhamento do Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 891/XVII/1.<sup>a</sup> (PAR) — Participação da Assembleia da República em organizações parlamentares internacionais.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 26/XVII/1.<sup>a</sup> (PAR) — Composição das delegações da Assembleia da República às organizações parlamentares internacionais na XVII Legislatura.

Foi aprovada, em votação global, a Proposta de Resolução n.º 11/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Aprova para ratificação o Acordo Complementar ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República

Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro, em 22 de abril de 2000, sobre a concessão de equivalência de estudos no Brasil (ensino fundamental e médio) e em Portugal (ensino básico e secundário), feito em Lisboa, em 22 de abril de 2023.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 66/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Aprova um regime excecional e temporário relativo aos deveres específicos e limites constantes da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 568/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Aprova medidas excecionais de apoio aos municípios afetados pelas tempestades ocorridas em território nacional.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 571/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Altera a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com o objetivo de reforçar a coesão territorial e os mecanismos de resposta em situação de calamidade, 575/XVII/1.<sup>a</sup> (JPP) — Estabelece um regime excecional e temporário em matéria de endividamento municipal, gestão da dívida e equilíbrio orçamental, no contexto da tempestade *Kristin* e 577/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Cria o regime de resposta das autarquias locais em situações de calamidade, alterando a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Foi aprovada, generalidade, a Proposta de Lei n.º 19/XVII/1.<sup>a</sup> (ALRAA) — Altera o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 258/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD) — Consagra o dia 11 de novembro como o Dia Nacional das Raças Autóctones.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 479/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo que aumente os apoios às fileiras das raças autóctones.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 697/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a inclusão do gado asinino no Programa de Apoio à Redução da Carga Combustível Através do Pastoreio.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 907/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a instituição do dia 11 de novembro, Dia de São Martinho, como o Dia Nacional das Raças Autóctones.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 460/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Reforça as competências da Assembleia da República em matéria de Defesa Nacional e institui a Lei de Programação de Efetivos Militares, procedendo à terceira alteração à Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, à primeira alteração à Lei n.º 46/2003, de 22 de agosto, e à primeira alteração à Lei Orgânica n.º 2/2021, de 9 de agosto; e 504/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Cria a Reserva Voluntária das Forças Armadas, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 174/99, de 21 de setembro (Lei do Serviço Militar).

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 846/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que inicie os estudos conducentes à criação de uma estrutura conjunta comum das Forças Armadas nas áreas administrativa, de recursos humanos e logística e 858/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda ao Governo a adoção de uma estratégia plurianual para o reforço da atratividade, retenção e valorização dos efetivos das Forças Armadas.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 866/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a atualização do Conceito Estratégico de Defesa Nacional à luz da realidade geopolítica atual.

Foi aprovado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 831/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que promova a urgente conservação e reabilitação da Igreja de Nossa Senhora das Mercês, em Lisboa.

Foi rejeitado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 678/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a criação de um mecanismo de avaliação de impacto em direitos humanos na execução da política criminal.

Foi rejeitado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º

726/XVII/1.<sup>a</sup> (JPP) — Acreditação urgente do Laboratório de Polícia Científica da Polícia Judiciária, no domínio da análise de ADN e Iofoscopia, garantindo a conformidade com o direito da União Europeia e a segurança jurídica no processo penal.

Foi aprovado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 739/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo que promova as diligências necessárias à criação do memorial das vítimas da radioatividade e do centro interpretativo da área mineira da Urgeiriça.

Foi aprovado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 313/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a dotação ao Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e de Acidentes Ferroviários dos recursos humanos e logísticos necessários à sua missão.

Foi rejeitado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 386/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda o financiamento para aquisição de viaturas de emissões nulas para o transporte coletivo de crianças.

Foi rejeitado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 843/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Pela urgente revisão da carreira especial de fiscalização e valorização dos trabalhadores.

Em votação final global, foram aprovados os seguintes textos finais:

Apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.º 771/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que equacione a criação de benefícios fiscais para as empresas que criem creches para os filhos dos trabalhadores;

Apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.º 779/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Reforça as respostas sociais na infância, lançando uma nova vaga de equipamentos no âmbito do PARES;

Apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à Proposta de Lei n.º 56/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Autoriza o Governo a rever o regime do mecenato e alterar o Estatuto dos Benefícios Fiscais;

Apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Resolução n.º 803/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Por uma resposta à inflação e ao aumento dos preços dos combustíveis.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PS, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade de propostas de alteração ao texto final relativo à Proposta de Lei n.º 30/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) e aos Projetos de Lei n.ºs 41/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) e 276/XVII/1.<sup>a</sup> (PS), apresentado pela Comissão de Educação e Ciência — Proceda à revisão da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições de ensino superior, alterando, ainda, a Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, que estabelece a Lei de Bases do Sistema Educativo, a Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior, e a Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto, que aprova o regime jurídico da avaliação do ensino superior, tendo os Deputados [Pedro Delgado Alves](#) (PS) e [Patrícia Gonçalves](#) (L), declarado eventual conflito de interesses. Intervieram os Deputados [Aida Carvalho](#) (PS), [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Rui Cardoso](#) (CH), [Ana Gabriela Cabilhas](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Fabian Figueiredo](#) (BE). No fim, o texto final relativo àquelas iniciativas também foi aprovado em votação final global.

Foi aprovado, em votação final global, um texto final, apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, relativo ao Projeto de Lei n.º 137/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Aprova o estatuto do mecenato cultural.

O Presidente encerrou a sessão eram 14 horas e 39 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está aberta a sessão.

*Eram 10 horas e 1 minuto.*

Peço aos Agentes da autoridade o favor de abrirem as portas de acesso às galerias ao público que queira assistir aos trabalhos.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, como ponto 1 da nossa agenda temos hoje, entre as 10 horas e as 12 horas, a eleição para o Conselho de Opinião da RTP (Rádio e Televisão de Portugal), pelo que peço às direções dos grupos parlamentares que avisem os Srs. Deputados desta eleição.

Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de ler o expediente.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, para informar a Câmara que se encontram nos suportes institucionais da Assembleia da República todas as iniciativas que deram entrada nos nossos serviços desde o dia de ontem.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar ao ponto 2 da nossa ordem do dia que consiste na discussão conjunta, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 94/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Alteração às penas acessórias e efeitos das penas por crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual, 569/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Alarga as medidas de proteção de menores no âmbito dos crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual e do crime de violência doméstica, alterando o Código Penal, 570/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Altera o regime das sanções acessórias no âmbito dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, nomeadamente admitindo o tratamento com medicamentos bloqueadores de hormonas a agressores sexuais reincidentes, e 578/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Altera o período de proibição de exercício de funções e o período de proibição de confiança de menores e de inibição de responsabilidades parentais em caso de condenação por crimes contra a autodeterminação e liberdade sexual, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 867/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo a criação de um Programa Nacional para prevenção, avaliação e deteção de risco da violência sexual contra crianças e jovens para entidades com contacto regular com menores.

Para apresentar a iniciativa da Iniciativa Liberal, dou a palavra ao Sr. Deputado Rui Rocha, pedindo aos Srs. Deputados que evitem conversas bilaterais que, na sua soma, prejudicam a audição.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Portugal tem um sistema penal garantístico. É assim por muitos motivos e é assim, seguramente, também, porque esse edifício foi construído tendo em conta a existência de uma ditadura que pôs em causa muitos direitos, liberdades e garantias.

É, portanto, natural, entre outros motivos, que tenhamos um sistema focado nas garantias do arguido e não será, seguramente, um liberal que porá em causa essas garantias, esses direitos, essas liberdades e essas garantias contra o abuso do Estado.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — É verdade, precisamente porque esse é o recorte de base do nosso sistema, que, em muitas áreas, se detetou, por vezes, que haveria, eventualmente, mais garantias para os arguidos, sendo as vítimas os parentes pobres, eventualmente, do regime.

É verdade que, até identificando essa lacuna do sistema, em 2015, foi aprovado o estatuto da vítima, que veio complementar a proteção das vítimas em processo penal.

É verdade que, ao longo dos últimos anos, vimos uma tendência clara para pôr as vítimas no centro da discussão política e tivemos um movimento, muitas vezes correto, de valorização da importância da vítima e do seu papel, mas tivemos também a tentação de eleger as microagressões e, portanto, um conjunto de fatores, tornando as vítimas centrais na discussão, mas indo para lá daquilo que é aceitável. Tivemos vítimas de microagressões, vítimas da sociedade, vítimas do capitalismo, vítimas de muitas e variadas coisas.

Portanto, nesse aspeto, foi-se longe demais, de tal forma que, a certa altura, o princípio, também ele basilar do processo penal, que é a culpa na formação da personalidade, ficou bastante ilidido.

Curiosamente, nesse movimento de vitimização, provavelmente, as vítimas dos crimes foram as que menos proteção tiveram. Tivemos proteção de vítimas de variadíssimo recorte, mas as vítimas de criminosos, provavelmente, ficaram para trás.

Portanto, aquilo que nós, hoje, aqui trazemos como proposta legislativa é olhar para as vítimas de crimes, aquelas que já aconteceram seguramente, mas também no sentido da proteção, da exposição, nomeadamente de menores, a comportamentos criminosos passados que permitem prever que esses comportamentos se possam reproduzir no futuro.

Srs. Deputados, muito simplesmente, a pergunta que fazemos a esta Câmara com a nossa proposta legislativa é esta: podem os autores de crimes como violação ou abuso sexual exercer funções profissionais que impliquem contacto com menores?

De acordo com a legislação atual, isso é possível. Porquê? Porque a decisão, neste momento, é uma decisão que está no juiz e é o juiz que pode ou não, como sanção acessória, determinar se o violador ou o abusador sexual de crianças pode ou não exercer essas funções.

Nós entendemos que não deve caber ao juiz esse papel numa matéria como esta e que deve ser o legislador, devemos ser nós, como representantes da vontade do povo, a dizer que, neste tipo de crimes, não podem, não podem ter contacto com menores durante um período alargado.

Portanto, não caberá ao juiz, caberá, sim, à Assembleia da República tomar essa posição em proteção, neste caso, dos mais frágeis.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar a iniciativa do PAN, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, agradecendo à Iniciativa Liberal o agendamento deste tema.

Começo por vos trazer aqui, sob o nome de Maria, que é um nome fictício, mas um caso bem real, aquela que é a realidade de muitas crianças no nosso País.

A Maria não tinha sequer um ano quando o pai, pela primeira vez, abusou sexualmente dela. Apesar de a mãe ter feito queixa, ter apresentado queixa-crime e ter percorrido os tribunais ao longo de largos anos, o pai continua a insistir na guarda e na responsabilidade parental para ter contacto com a filha.

Ao longo de anos foi uma luta não só inglória, como também sujeitou a mãe, vítima de violência doméstica, e a Maria, ao contacto com o progenitor com o risco de reincidência.

Isto demonstra que o nosso sistema jurídico continua a ter falhas, que não protege as crianças, e quando extrapolamos para o contexto escolar, para o contexto social, verificamos que a dimensão deste tipo de crimes, que chegam ao conhecimento público, é apenas a ponta do icebergue perante uma realidade que o legislador tem teimado em não colmatar.

Precisamente porque o sistema continua a ter falhas — e falha quando permite que pessoas condenadas por crimes sexuais voltem a exercer funções e a terem contacto com crianças —, é preciso não só regulamentar, mas garantir a inibição das responsabilidades parentais, mesmo em contexto de violência grave, que ainda dependem de decisões que nem sempre garantem a proteção uniforme das vítimas.

O nosso sistema falha também quando não acompanha com a mesma firmeza novas formas de violência, como é o caso da violência sexual baseada em imagens.

Ora, é precisamente para corrigir estas falhas que o PAN traz esta proposta. Não é aceitável que um pedófilo possa trabalhar numa creche ou numa escola. Por isso, o PAN propõe que se torne obrigatória a proibição do exercício de funções e o contacto com menores para condenados de crimes sexuais, especialmente quando as vítimas são crianças.

Também não faz sentido que um condenado por *upskirting* possa estar a atender num supermercado ou a dar aulas de desporto a crianças, da mesma maneira que um condenado por violação possa continuar a ter os filhos à sua guarda e não seja automática a inibição das responsabilidades parentais.

Quando um pai é condenado por violência doméstica ao seu filho, ou, mais grave, quando existe denúncia de abuso sexual, não faz sentido que...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar a iniciativa do Chega, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Madalena Cordeiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Madalena Cordeiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em 2022, desta mesma tribuna, para defender o projeto que também hoje está em causa, André Ventura partilhou um estudo que mostrava que só um terço dos condenados cumpre pena de prisão quando se trata de abuso sexual de menores e que os outros dois terços continuam livres, a caminhar pelas nossas ruas, pelas ruas do nosso País, sem que tenham sofrido qualquer represália, sem que tenham sofrido qualquer consequência pelos seus atos.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É uma vergonha!

A Sr.<sup>a</sup> **Madalena Cordeiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, passaram quatro anos e estes dados mantêm-se atuais.

Infelizmente, o mesmo não se pode dizer da taxa de abusos e de violações sexuais, que aumentam de ano para ano e que, em 2025, atingiu o valor mais alto da última década.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Uma vergonha!

A Sr.<sup>a</sup> **Madalena Cordeiro** (CH): — Como podemos dormir tranquilos quando sabemos que amanhã, quando acordarmos, teremos mais notícias de abusos sexuais? Amanhã e no dia seguinte, depois, depois e depois.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Madalena Cordeiro** (CH): — Srs. Deputados, temos hoje a oportunidade de colocar um travão neste flagelo. Um travão já estudado e que apresenta resultados eficazes. Sim, porque uma vez aplicada a castração química, a reincidência dos abusos sexuais diminui de 75 % para 2 % — de 75 % para 2 %!

*Aplausos do CH.*

E, não, Srs. Deputados, esta não é qualquer vingança medieval; é justiça. É justiça! A castração química é justiça! É justiça na Polónia, é justiça no Reino Unido, na Dinamarca, na Suécia, na Alemanha, nos Estados Unidos — é justiça!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Madalena Cordeiro** (CH): — Quantas mais vítimas são necessárias até deixarmos de tratar os pedófilos como coitadinhos e com complacência ideológica? Não são coitadinhos, são criminosos! São bárbaros!

Durante demasiado tempo, a maioria, nesta Casa, escolheu colocar o foco exclusivamente no direito do agressor, enquanto as vítimas são tratadas como meros relatórios estatísticos. Não são estatísticas, são pessoas, são vidas de pessoas arruinadas, devastadas e traumatizadas.

*Aplausos do CH.*

E, não, não é a castração química que atenta contra a democracia. Pelo contrário, uma democracia séria tem de ser capaz de defender aqueles que apresentam uma ameaça contínua aos mais indefesos.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Eles não têm medo!

A Sr.<sup>a</sup> **Madalena Cordeiro** (CH): — Que cultura política é esta em que qualquer proposta de endurecimento contra crimes sexuais é imediatamente rotulada como desumana?

Que cultura de prioridades trocadas é esta em que é maior a preocupação pelos criminosos, pelos pedófilos, do que pelas nossas vítimas? São prioridades trocadas. A nossa primeira obrigação, o nosso primeiro dever não está com os pedófilos, não está com os violadores, não está com os criminosos, está com os inocentes —está com os inocentes.

*Aplausos do CH.*

Temos hoje a oportunidade de resolver um dos crimes mais hediondos. Temos hoje a oportunidade de acabar com um dos crimes mais repugnantes. De que lado vão ficar? Do lado das nossas mulheres e das nossas crianças, ou do lado dos pedófilos e dos violadores?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar a iniciativa do Livre, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Muacho.

Peço desculpa, Sr. Deputado Paulo Muacho, mas o Sr. Deputado Rui Rocha pretende fazer um pedido de esclarecimento.

Tem a palavra, Sr. Deputado, dispõe de 23 segundos.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, um pedido de esclarecimento muito direto e muito simples à Sr.<sup>a</sup> Deputada Madalena Cordeiro.

Ouvi com atenção o discurso que fez, nessa perspetiva de endurecimento das consequências da prática de certos crimes, o que é incompatível com uma questão que está proposta na iniciativa legislativa do Chega: que depende de consentimento.

Queria que explicasse como é que o discurso é tão duro e depois se exige consentimento, na perspetiva da abordagem do Chega. Não estou a dizer que subscreva essa abordagem, estou só a querer um esclarecimento relativamente a essa matéria.

*Protestos da Deputada do PS Isabel Alves Moreira.*

Como é que depende de esclarecimento se querem ser tão incisivos e tão duros com os criminosos?

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Madalena Cordeiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Madalena Cordeiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Rocha, lamento informar, mas tem de estudar, principalmente porque já estava nesta Casa quando o Chega tentou dar entrada de um projeto muito mais duro e foi chumbado. Onde? Na secretaria. Porque com os projetos do Chega é sempre assim, como não têm a de coragem de votar ao lado das vítimas, ao lado das mulheres, ao lado das crianças e votar contra os pedófilos, chumbam na secretaria.

*Aplausos do CH.*

Mais! Tem aqui uma série de propostas, todas chumbadas nesta Casa, propostas feitas pelo partido Chega.

*A oradora exibiu o documento que mencionou.*

Da próxima vez, digam que têm coragem de votar ao nosso lado e se calhar, se não chumbarem na secretaria, podemos proteger efetivamente as nossas mulheres.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Invocaram inconstitucionalidade!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Pois claro, queriam à força?! Nem o Governo pode fazer isso!

O Sr. **Presidente**: — Então, agora sim, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias: A violência sexual contra crianças e jovens é hedionda e merece a mais firme repulsa social e, naturalmente, tem de ser objeto de um enquadramento penal adequado.

Lamentavelmente, os dados mais recentes confirmam uma trajetória preocupante de aumento da violência sexual contra menores em Portugal. Segundo o RASI (*Relatório Anual de Segurança Interna*) de 2025, os crimes de abuso sexual de crianças e pornografia de menores lideram quer o número de inquéritos iniciados, quer as detenções no âmbito dos crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual.

Também os dados quadrienais da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), entre 2022 e 2025, mostram que os crimes sexuais contra menores quase triplicaram em quatro anos. Estes dados mostram que não se trata apenas de uma maior consciencialização e denúncia destes crimes, mas, sim, que temos um problema real, em franca expansão, graças a fenómenos digitais, sendo as pessoas mais vulneráveis que são vítimas desta criminalidade.

E com o delapidar de mecanismos e estratégias de prevenção que os partidos da direita também têm levado a cabo, como o fim das aulas de cidadania e os conteúdos de educação sexual nas escolas, estamos coletivamente a falhar a estas crianças e jovens.

*Aplausos do L e de Deputados do PS.*

*Protestos do CH e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.*

Permitam-me que seja muito claro, para o Livre, a proibição do exercício de funções, a proibição de confiança de menores e a inibição de responsabilidades parentais, em caso de condenação por crimes de violência sexual contra menores, deve ser obrigatória e deve ser por um período alargado de tempo.

A proporcionalidade prevista na Constituição é um imperativo democrático ao qual aderimos, mas entendemos que este princípio também exige ponderação e que, nestes casos, o superior interesse daquela mesma criança ou jovem vítima desta criminalidade, ou o superior interesse das outras crianças e jovens potenciais vítimas, justificam plenamente a obrigatoriedade da sanção acessória e os prazos alargados.

Mais, a proposta que o Livre apresenta hoje também diferencia a moldura penal aplicável a estas proibições, consoante a vítima seja menor ou maior de idade, nos casos em que esta vítima está internada, seja em estabelecimento prisional, em estabelecimento de saúde ou, em caso de internamento, em estabelecimento de ensino, centro educativo ou casa de acolhimento residencial. Esta alteração é particularmente relevante em virtude da vulnerabilidade acrescida de algumas destas pessoas, seja por motivo da sua idade, por exemplo, ou da deficiência ou incapacidade, e é importante estar confiada aos cuidados de terceiros.

Mas também sabemos que a mera robustez do enquadramento penal, embora importante, não é suficiente para uma proteção efetiva da infância e da juventude. Exigem-se respostas multissetoriais, abrangentes e focadas na prevenção e deteção destas situações. Pegando no exemplo de uma escola — mas poderíamos falar de muitos outros —, é um local fundamental para a identificação destas situações com crianças e jovens, que acompanha o seu crescimento e, portanto, é um parceiro indispensável na deteção e na sinalização de situações de violência sexual.

Mas para este sistema funcionar, é preciso que exista formação adequada e regular de todos os membros da comunidade educativa, sejam professores, auxiliares, encarregados de educação, responsáveis de turma, e que haja um procedimento a acionar em caso de suspeita ou deteção de qualquer situação.

É por isso que propomos também a criação de um programa nacional para a prevenção, avaliação e deteção do risco institucional de violência sexual contra crianças e jovens para entidades com contacto regular com menores, o que inclui não só as escolas, mas também clubes desportivos, instituições de apoio social ou organizações religiosas.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, os números são expressivos, não ignoremos a necessidade de ação e a nossa responsabilidade no combate à violência sexual contra crianças, jovens ou outras pessoas particularmente vulneráveis. Esperamos que nos possam acompanhar nestas iniciativas e que possamos, no processo de especialidade, trabalhar nas mesmas.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Agora, para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Se há matérias em que o Parlamento não pode hesitar, esta é uma delas, principalmente quando falamos de crimes sexuais contra menores.

Estamos a falar da destruição da inocência, da confiança e da dignidade de crianças que deviam estar protegidas pela sociedade e pelo Estado. Há uma ideia simples, com a qual todos nós devemos concordar: quem comete crimes desta gravidade não pode continuar a exercer funções que implicam contacto regular com menores. É uma questão de prudência, de prevenção e de responsabilidade pública.

É evidente que não estamos a pôr em causa os direitos de um Estado de direito, estamos, sim, a afirmar que os direitos das crianças têm de estar acima da conveniência dos agressores. E o Parlamento tem o dever de agir com firmeza, sem ambiguidades e sem o medo de dizer o que é óbvio, proteger as crianças nunca será excesso de zelo.

E é por isso que algumas destas propostas merecem uma discussão séria e um compromisso claro com a segurança dos mais vulneráveis. Por isso, acompanharei algumas destas propostas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Moreira, do Partido Socialista.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputadas: Começo por agradecer ao Sr. Presidente o despacho de admissibilidade destas iniciativas,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Que engraçado!

*Risos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — ... que deixam claras as questões de inconstitucionalidade aqui presentes. A democracia não é necessariamente um tópico popular, sobretudo quando estamos dispostos a defendê-la inteira, também, portanto, nos princípios de direito constitucional e penal que nos mantêm de pé como sociedade livre e digna.

Quem anda com castração química no discurso e com penas aumentadas para violadores, fica indignado com a suspensão de funções de alegados violadores porque usavam farda. Quando o alegado violador veste farda e a vítima é o imigrante, o Chega muda de lado na indignação.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Não mintas!

**Vozes do CH**: — Vergonha!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Presta um péssimo serviço às forças de segurança e revela-se no seu absoluto vazio de convicções. É esta hipocrisia que é preciso desmascarar.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — O Chega apresenta-nos novamente a castração química. Sabe que é inconstitucional. O Chega, por saber que a castração química é inconstitucional,...

A Sr.<sup>a</sup> **Madalena Cordeiro** (CH): — Mas violar crianças não é inconstitucional?!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — ... já apresentou, em anterior projeto de revisão constitucional, uma proposta de alteração à Constituição que permitisse penas cruéis. Ponto final na discussão.

**Vozes do CH:** — És uma vergonha!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Isto é evidente para todos. Mesmo que o Chega grite, porque agora já entraram todos e todas na escola de gritaria,...

*Risos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — ... «há países que o fazem.» Pois, também há países com prisão perpétua e países com pena de morte, com taxas de criminalidade sexual muito mais alta do que a nossa.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Comparar os dois é absurdo!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Deixam os violadores em liberdade?!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Porque, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados,...

O Sr. **Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, peço desculpa.

Ouvimos as intervenções anteriores com respeito ao orador e agora também. Têm opiniões diferentes, é assim em democracia.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Não são opiniões, são mentiras!

O Sr. **Presidente:** — É assim em democracia.

*Protestos do CH.*

E eu irei manter as condições para que a Sr.<sup>a</sup> Deputada possa exprimir a sua opinião. Está bem?

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Mentas com os dentes todos!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — És uma vergonha!

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente:** — Está bem? Pronto.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Ó Sr. Presidente, agradeço-lhe, mas está a ser um bocadinho difícil falar e ouvir todo o tempo que eu sou uma vergonha.

**Vozes do CH:** — Oh!

O Sr. **Presidente:** — A Sr.<sup>a</sup> Deputada acabou de verificar que estou a tentar dar condições. Se a Sr.<sup>a</sup> Deputada me deixar ser eu a criar as condições, facilitará.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Claro que sim, só estou a agradecer.

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado. Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estavas de férias em Cabo Verde, em vez de estares aqui a trabalhar!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Porque, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, os países onde se prende mais, onde há mais crime, são os países onde falha o Estado social e a igualdade. É o Estado social que nos dá a segurança, é a escola, é o acesso à educação sexual, é a formação contínua de magistrados, não são projetos de lei feitos no computador a aumentar penas e a fazer de juiz.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nada!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Vejam os índices de criminalidade deste tipo nos Estados dos Estados Unidos, onde há um remédio definitivo para a não reincidência: a pena de morte. Essa desistência coletiva. Aqui não. Na nossa cidade constitucional, não.

O que é estranho é todos sabermos o que diz a Constituição sobre sanções automáticas, sobre a perda automática de direitos profissionais e civis por efeito necessário das penas, sabermos que os condenados mantêm a titularidade dos direitos fundamentais. Imaginaríamos que todos sabemos isto. Ainda que com boas intenções, Iniciativa Liberal, PAN e Livre aderiram ao populismo penal, contrariamente a votações anteriores dos próprios.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Levam todos na cabeça!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Renderam-se às sanções automáticas. Com os crimes sexuais contra adultos ou crianças e a violência doméstica, que são muito graves, decidiram substituir-se ao juiz. Como se cada caso não comportasse *nuances* infundáveis a serem ajuizados por quem aplica a lei.

Os crimes sexuais de que trata um projeto de lei também abrangem casos de exibicionismo, por exemplo, imagine-se, feito a um homem adulto na rua.

*Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.*

A mulher condenada, ainda que sem antecedentes, teria, para além da pena, uma sanção automática até 20 anos.

Noutro caso, uma mulher que seja condenada por violência doméstica porque, por exemplo, e mal, injuriou sistematicamente o marido e o agrediu, uma vez, sem antecedentes, tendo eventualmente o casal feito as pazes,...

*Protestos da Deputada do CH Maria José Aguiar.*

... deve ser condenada à pena que o juiz determine, mas é automaticamente condenada à pena acessória, *quicá* perde a responsabilidade sobre os filhos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Portanto, a Iniciativa Liberal, Chega, PAN e Livre têm espantosamente isto em comum: querem penas acessórias automáticas, do exercício de funções à proibição de confiança de menores e à inibição de responsabilidades parentais.

Não somos juízes. Não somos como alguns candidatos a ditadores atuais que, em função de certas decisões, se substituem aos juízes. Não desistimos da separação de poderes e se há más decisões na aplicação de uma boa lei, existem conselhos superiores.

*Aplausos do PS e do BE.*

Amanhã aparecerá outra causa a pedir-vos para corrigirem injustiças judiciais com a lei,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Vai tomar a medicação!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — ... a corrigirem a aplicação da lei que está correta com sentenças em forma de lei. Porque é isso que está em causa.

Não o façamos. Escolhamos a resistência, a democracia, também pelas vítimas — também pelas vítimas. Porque, salvo melhor, o lugar mais seguro para ser habitado é o da democracia — da democracia toda.

*Aplausos do PS e do BE.*

A Sr.<sup>a</sup> **Madalena Cordeiro** (CH): — A tua democracia não faz nada!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Livre não bate palmas? Sempre de mão dada e agora estão calados?!

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem um pedido de esclarecimento e terá 12 segundos, mais a tolerância, para a respetiva resposta. Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Matias.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Moreira, os casos de violação aumentaram, no último ano, atingindo um máximo histórico. Foram cerca de 48 violações por mês, 11 por semana, que é como quem diz que a cada dois dias, três pessoas são violadas.

Na esmagadora maioria destes casos nós sabemos que as vítimas são mulheres e, certamente, é uma coincidência, no ano em que Portugal registou o maior número de imigrantes residentes, também disparou o número de violações como, aliás, tem sido coincidência também no resto dos países europeus que abriram as suas fronteiras.

*Protestos do PS.*

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — A culpa é sempre dos imigrantes!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Mas, com ou sem imigração, a nossa justiça já era miserável nesta matéria. O Código Penal português define que o crime de violação é punido com uma pena de prisão de um a seis anos e a pena aumenta até 10 anos se for usada violência ou ameaça grave. Só que, na prática, isto tem significado penas suspensas, redução de penas e violadores cá fora como se nada fosse, sabendo que este é o tipo de crime que tem uma das maiores taxas de reincidência.

Perante estes dados chocantes, pergunto-me onde está a proposta do Partido Socialista. Para os senhores, acham que está tudo bem?

*Aplausos do CH.*

Não têm um pingão de vergonha na cara, mais que não seja para dizer aos portugueses «nós fomos os responsáveis pelo estado de caos do País, porque estivemos mais anos na governação.» Não, é sempre a mesma postura arrogante. E até digo: vocês são mesmo a caricatura do País político; querem penas de prisão até oito anos para quem pratica discurso de ódio, que é como quem diz, para quem vos critica, mas para violadores e pedófilos, ai Jesus!, não pode ser!

*Aplausos do CH.*

Queria ler-vos a definição de castração química: ao contrário da castração física, não implica uma mutilação de órgãos sexuais; na verdade, tem um efeito de castração, mas é apenas a aplicação de hormonas femininas, por via oral ou inoculação, com o intuito de bloquear a produção de testosterona.

Os senhores acham horrível aplicar isto a violadores; no entanto, há 15 dias, ficaram chocados quando dissemos que para transição de género de menores não pode ser!

*Aplausos do CH.*

Ou seja, castrar quimicamente pedófilos é inconstitucional; castrar quimicamente crianças e até fisicamente maiores de idade, ai, Jesus!, que isto é inconstitucional. Eu pergunto: de uma vez por todas, vão ter coragem de condenar os agressores...

*Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.*

... e estar ao lado das vítimas? Sim ou não?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada fez o pedido de esclarecimento e toda a Câmara ouviu em condições.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mais ou menos! Mais ou menos!

O Sr. **Presidente**: — Toda a Câmara ouviu. O Presidente da Assembleia acha que toda a Câmara ouviu.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem ouvido seletivo!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Moreira tem 12 segundos, mais 15 de tolerância, e terá de ter as mesmas condições para responder ao pedido de esclarecimento. Gostava que a Câmara também lhe desse as mesmas condições.

Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, quem condena é o juiz, não somos nós.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, não! Nem pensar!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Deputada, hoje é um péssimo dia para associar a imigração à violação, um péssimo dia. É que no dia em que o violador vestiu farda, a Sr.<sup>a</sup> Deputada, e o seu partido, deixou claro como mudou de lado.

Péssimo dia para falar de imigração, Sr.<sup>a</sup> Deputada! Péssimo dia!

*Aplausos do PS.*

*Protestos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, nós queríamos solicitar a distribuição do documento que apresentámos como proposta, para que fique claro que, em momento algum, excecionámos alguém — seja alguém que veste farda, seja um militante do Chega, seja quem quer que seja.

*Protestos do PCP e do BE.*

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — Toma lá que já almoçaste!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Portanto, se é um violador, tem de ser condenado.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, tem agora a palavra, para uma intervenção.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O PCP condena inequivocamente a prática de todos os crimes contra a autodeterminação sexual, e com especial gravidade quando estamos perante vítimas menores. Reconhece a necessidade de melhorar os mecanismos de avaliação de risco, de proteção efetiva, combatendo igualmente a revitimização. Todas as formas de violência têm de ser combatidas e, antes disso, prevenidas.

Entendemos também que todas as medidas devem ser avaliadas à luz do superior interesse da criança e a sua proteção não deve, nem pode, ser sinónimo de normas securitárias que coloquem em causa princípios constitucionais.

Introduzir um carácter punitivo, permanente e automático a uma pena acessória não é correto, é desproporcional e, na prática, torna-se uma forma de alteração da moldura penal.

Por outro lado, cada vez mais se torna mais óbvia a necessidade do reforço do número de programas específicos dirigidos a agressores, alargando o universo de potenciais frequentadores orientados para a prevenção da reincidência. A promoção de maior segurança para os menores deve ser conseguida através de uma política criminal no seu todo.

As iniciativas em discussão propõem que sejam obrigatórias as penas acessórias de proibição do exercício de funções e proibição de confiança de menores e a inibição de responsabilidades parentais, respetivamente em caso de condenação pelos crimes sexuais contra menores e determinando o aumento do período dessa inibição. De resto, aliás, como é referido na nota de admissibilidade do Presidente da Assembleia da República, o Tribunal Constitucional já se pronunciou sobre esta matéria, determinando a inconstitucionalidade da obrigatoriedade de aplicação de pena acessória com limite mínimo de cinco anos para a proibição em caso de punição pela prática de crime de abuso sexual de menores dependentes.

O Tribunal Constitucional considera este inciso violador do princípio da proporcionalidade. Portanto, ao ficar consagrada nestas iniciativas a aplicação da pena acessória com o mínimo de 10 anos de proibição, em algumas delas, suscita reservas quanto à observância do princípio da proporcionalidade nos termos da Constituição.

Insistir numa proposta que já foi declarada inconstitucional não resolve problema algum. Dos pareceres recebidos há uma consideração comum: que as restrições em matéria penal se devem limitar ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente consagrados e não devem colidir com os princípios da necessidade, proporcionalidade e da adequação.

Estamos perante crimes horrendos, que necessitam de ser enfrentados com medidas eficazes e visíveis de proteção das vítimas e de acompanhamento posterior, por um lado, e, por outro lado, de uma intervenção junto dos agressores, utilizando todas as ferramentas preventivas da reincidência, a par do cumprimento das respetivas penas.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo. Faça favor.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O que é que faziam aos pedófilos na União Soviética, sabem?

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Tu devias saber!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Os crimes contra a autodeterminação sexual, sobretudo quando atingem crianças e jovens, estão entre os mais hediondos que uma sociedade pode produzir.

Preveni-los, combatê-los, é um dever absoluto do Estado. Mas para os combater temos de ser sérios, e não como o Chega faz, uma vez mais, com propostas ilegais que sabe que não vão a lado nenhum.

**Vozes do CH:** — Oh!...

A Sr.<sup>a</sup> **Madalena Cordeiro** (CH): — Isso é obsessão com o Chega!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Por outro lado, a Iniciativa Liberal, o Livre e o PAN propõem penas acessórias automáticas com mínimos de sete a dez anos, aplicáveis a um catálogo amplo e heterogéneo de crimes. É exatamente isto que o Tribunal Constitucional já por diversas vezes julgou inconstitucional, como alerta, aliás, o despacho do Sr. Presidente da Assembleia da República.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, os Deputados não são nem devem ser juízes.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O populismo penal não é parte da solução, é parte do problema, sempre. Pode fazer manchete num dia, mas cai no Tribunal Constitucional no outro e deixa as vítimas sem a proteção real que lhes devemos na prevenção e na repressão destes hediondos crimes.

Este debate merece seriedade,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então o Bloco não poderia falar, se fosse sério!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... o que infelizmente não se encontra em nenhum dos projetos de lei que hoje aqui temos em debate.

*Aplausos da Deputada do PS Isabel Alves Moreira.*

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado Paulo Nuncio, tem agora a palavra, para uma intervenção.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O combate aos crimes sexuais exige uma resposta musculada e robusta, sobretudo quando estão envolvidos menores. Até aí, todos de acordo.

Mas a este debate está a faltar um elemento essencial, Srs. Deputados. É que entre os artigos do Código Penal a alterar, os proponentes propõem a alteração de uma lei que foi criada em 2024, a Lei n.º 15/2024, que suscita as maiores dúvidas de constitucionalidade.

Como sabem, as alterações introduzidas em 2024 foram objeto de um pedido de declaração de inconstitucionalidade em 2025 pela Provedora de Justiça junto do Tribunal Constitucional, por violações grosseiras de princípios fundamentais da nossa Constituição. E este pedido, apresentado por uma entidade independente e que representa todos os portugueses, a Provedoria de Justiça, suscita seríssimas dúvidas de constitucionalidade relativamente às alterações de 2024, que estão, precisamente, a ser apreciadas pelo Tribunal Constitucional.

Por isso, para o CDS, neste momento, é fundamental saber se o Tribunal Constitucional considera, como defende a Provedora, que a Lei n.º 15/2024 é inconstitucional, por violar frontalmente princípios fundamentais da Constituição.

Por isto, este é o tempo do Tribunal Constitucional. E, até que o Tribunal Constitucional se pronuncie, entendemos que não faz sentido fazer alterações a uma lei cuja constitucionalidade suscita enormes questões, que estão, precisamente, a ser apreciadas pelo Tribunal Constitucional.

A este propósito, recorro ao precedente da lei da eutanásia. Quando alguns partidos se desdobravam a pedir a regulamentação da lei, o CDS propôs e defendeu que se esperasse pela decisão do Tribunal Constitucional sobre um requerimento, apresentado pela Provedora de Justiça a pedido do CDS.

E tínhamos razão, o Tribunal Constitucional declarou inconstitucional o corpo central da lei da eutanásia e mal seria que se tivesse regulamentado uma lei inconstitucional. O mesmo raciocínio se deve aplicar à Lei n.º 15/2024.

Para terminar, não posso deixar de assinalar a enorme hipocrisia a que assistimos hoje, por parte da esquerda. É que a esquerda, ao mesmo tempo que se insurge contra a castração química de criminosos, aceita pacificamente a castração química de menores para mudança de sexo.

**Vozes do CH:** — Exato! Ora bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

*Protestos da Deputada do L Filipa Pinto.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E eu pergunto: porque é que a esquerda considera a castração química de criminosos uma barbaridade e depois considera adequada a castração química de crianças para a mudança de sexo?! Mais uma vez, dois pesos e duas medidas. Isto é absolutamente inaceitável,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... inexplicável, e demonstra — é a prova provada — que a ideologia, às vezes,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — A ideologia mata!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... pode justificar os maiores horrores, designadamente nas crianças.

*Aplausos do CDS-PP e de Deputados do CH.*

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra, para uma intervenção pelo PSD, a Sr.ª Deputada Eva Brás Pinho.

A Sr.ª **Eva Brás Pinho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Os crimes sexuais estão entre os crimes que mais enojam, repugnam e revoltam qualquer cidadão.

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — E o que é que vais fazer em relação a isso?

A Sr.ª **Eva Brás Pinho** (PSD): — A violação, abuso sexual de crianças, o sofrimento das vítimas e das suas famílias são realidades quase fisicamente dolorosas de imaginar.

É evidente que o combate a esta realidade é um imperativo moral de todos nós. Ninguém nesta Câmara tem o monopólio da indignação, e transformar este debate numa competição política de quem está mais empenhado no combate a estes crimes é um espetáculo que não ajuda ninguém.

Protegemos as vítimas quando aprovamos soluções que funcionam. Foi isso que se fez, por exemplo, quando se alargou o prazo da contagem da prescrição dos crimes contra a autodeterminação sexual de menores, permitindo que jovens adultos não percam a possibilidade de ver justiça ser feita, porque precisaram de mais tempo para falar.

Ou quando, em 2015, se criou o regime de identificação criminal para condenados pela prática deste crime. Foi também nessa altura que foram criados estes mesmos artigos que hoje discutimos, que permitem aos juízes afastar condenados de funções com contacto regular com menores e também do exercício de responsabilidades parentais.

Ao longo dos anos, tivemos sucessivas alterações à lei penal nesta matéria e, apesar disso, os números continuam elevados. Isso deve obrigar-nos a refletir se o problema se resolve apenas com novos agravamentos abstratos ou se exige prevenção, deteção precoce, proteção efetiva das vítimas e melhor execução das penas.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Eva Brás Pinho** (PSD): — E é por isso que a pergunta que hoje temos de fazer é simples: queremos propostas muito impressionantes ou queremos soluções exequíveis?

É que o combate ao abuso sexual e, sobretudo, o sofrimento das vítimas não pode ser instrumentalizado pela propaganda política ou pelo populismo penal.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Eva Brás Pinho** (PSD): — Abusadores e violadores têm de ser punidos severamente. Mas, num Estado de direito, não basta ter propostas aparentemente muito duras. As soluções penais precisam de ser justas, proporcionais e constitucionais, e só protegem seja quem for se puderem ser aplicáveis.

Os projetos, por muito bem-intencionados que sejam, falham precisamente aqui. O Tribunal Constitucional já deixou claro que o problema não está em sanções acessórias automáticas, mas surge quando se combina automatismo com mínimos excessivamente elevados, com uma aplicação indiferenciada a um catálogo muito vasto de crimes, com níveis de gravidade diferentes — porque aqui não estamos só a falar de abuso sexual de menores. Quando se faz isto, entramos em rutura com um princípio basilar de qualquer Estado de direito: o princípio da proporcionalidade.

*Aplausos do PSD.*

As situações não são todas iguais. E não podemos retirar completamente a margem da perceção dos juízes para ponderar a gravidade concreta, a culpa do agente e a proteção das vítimas em cada caso concreto.

Não podemos deixar de sensibilizar e formar os nossos magistrados para lidarem com estes temas com a seriedade e a severidade necessárias, mas confiar nos nossos tribunais é uma exigência democrática. Sobretudo, não vale a pena fingir que as reservas de constitucionalidade sobre estes projetos, levantadas pelo nosso Presidente da Assembleia da República, são uma hipótese abstrata, quando são evidentes. Vão no mesmo sentido as notas técnicas e são consistentes com aquilo que o Tribunal Constitucional tem afirmado reiteradamente.

Portanto, não estamos perante detalhes que são facilmente corrigidos na especialidade, estamos perante alterações que, na sua lógica essencial, colidem frontalmente com várias pronúncias expressas do Tribunal Constitucional sobre estas normas.

Por isso, resta uma pergunta: qual é então a utilidade destas propostas? Não podemos fingir que não estamos a falar de propostas desproporcionais e juridicamente frágeis, que correm o risco sério e previsível de não resistir ao escrutínio do Tribunal Constitucional.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.<sup>a</sup> **Eva Brás Pinho** (PSD): — Legislar mal não protege nenhuma vítima. Pelo contrário, corremos o risco de criar soluções inaplicáveis ou até acabar a beneficiar aqueles que queremos combater.

E se há proposta que mostra o erro de confundir firmeza penal com espetáculo é a proposta da castração química. No PSD, não nos falta firmeza no combate aos crimes sexuais, desde logo porque não temos nenhum peso de consciência de notícias que nos obrigam a lavar a face.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — Onde é que está a vossa proposta?!

A Sr.<sup>a</sup> **Eva Brás Pinho** (PSD): — Mas há linhas que não se ultrapassam. Ninguém pode ser submetido a penas cruéis, degradantes ou desumanas.

*Protestos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Madalena Cordeiro** (CH): — Ah, mas as crianças já podem!

A Sr.<sup>a</sup> **Eva Brás Pinho** (PSD): — Estamos a falar de uma intervenção no corpo do condenado com eficácia limitada, como já foi dito pelo Conselho Superior da Magistratura, e com impactos graves. Não basta dizer que há consentimento, porque este também é prestado num quadro de sujeição penal que gera dúvidas se o consentimento é livre e esclarecido. E eu bem sei que as soluções populistas são muitas vezes mais populares, mas a justiça penal não pode ser uma lógica de talião, de olho por olho.

A Sr.<sup>a</sup> **Carolina Marques** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Eva Brás Pinho** (PSD): — A nossa responsabilidade é legislar com racionalidade. Não se combate a malvadez com malvadez. Não se combate quem despreza a dignidade humana com soluções que colocam esse princípio em causa.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Eva Brás Pinho** (PSD): — A diferença entre um carrasco e um juiz num Estado de direito é precisamente esta: a justiça exige humanidade, proporcionalidade e respeito pela dignidade de todas as pessoas, mesmo daquelas cujos atos mais desprezamos.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Eva Brás Pinho** (PSD): — Srs. Deputados, é fácil cavalgar politicamente na revolta coletiva nestes temas, é mais difícil encontrar soluções eficazes. Mas no PSD, partido personalista e humanista, escolhemos proteger as vítimas, mas com respeito.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Muacho.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Muito brevemente, para dizer que nós não ignoramos as dúvidas de constitucionalidade que foram levantadas relativamente às propostas, da mesma forma que os Srs. Deputados também não ignoram que nem todos os pareceres são coerentes nessa matéria, nomeadamente o parecer do Conselho Superior da Magistratura e, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada do PSD disse, e bem, o problema não está na sanção acessória...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Acabou o seu tempo, Sr. Deputado.  
Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Madalena Cordeiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Madalena Cordeiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: «As leis daqui são as melhores da Europa para criminosos.» Sabem quem disse isto?

*A oradora exibiu uma notícia.*

O pedófilo mais procurado em todo o mundo, que, por sua vez, é português. Tínhamos hoje a oportunidade de meter este sentimento de impunidade no lixo da História, mas, mais uma vez, ficam do lado dos agressores, dos criminosos e dos violadores. Espero que tenham um peso na consciência!

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para encerrar o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha, dispondo de 2 minutos.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A pergunta que nos trouxe aqui hoje é se é possível ou não — hoje, em que estamos a falar —, com a legislação em vigor, que um abusador sexual de crianças exerça, depois de condenado, uma profissão que implique contacto com crianças, com menores. E a resposta, face à legislação hoje aplicável, é que isso é possível.

Ora, é precisamente essa possibilidade que nos parece absolutamente inaceitável. Não só porque a mera possibilidade já nos perturba, mas também porque nós temos exemplos concretos — exemplos concretos! — de situações que aconteceram na prática, em que abusadores sexuais de crianças exerceram, depois de condenados, profissões de contacto com menores. É esse o problema que aqui nos trouxe e é esse o problema que a proposta legislativa da Iniciativa Liberal visava resolver.

A isto respondeu, por exemplo, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Moreira, com a questão de «não somos julgadores». É evidente que não, mas também não podemos ser indiferentes, do ponto de vista da intervenção legislativa, aos problemas que nos chocam, às questões que nos chocam, e mais do que a nós, à nossa comunidade. Como é possível que um abusador sexual de crianças, face à lei em vigor — que tem sido aplicada, em alguns casos, no sentido de permitir que continue em funções depois de ser condenado —, como é que nós, como legisladores, podemos ficar indiferentes a esta matéria?

É isto que está em discussão, é esta possibilidade que nós não queremos, foi esta solução que nós aqui apresentámos e continuaremos a lutar para que abusadores sexuais não trabalhem junto de menores. É esse o propósito da nossa proposta.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Termina, então, este ponto da nossa ordem de trabalhos.

Antes de darmos início ao ponto seguinte, dou a conhecer à Câmara que estão a assistir aos nossos trabalhos, nas diversas galerias, alunos e professores do Colégio Nossa Senhora da Conceição, de Guimarães; um grupo de alunos e professores da Associação Solidariedade e Desenvolvimento do Laranjeiro, de Almada; e um grupo de alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Anadia.

*Aplausos gerais.*

Vamos então passar ao terceiro ponto da nossa agenda, logo que as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados estejam sentados.

*Pausa.*

Pedia agora aos Srs. Deputados o favor de se sentarem para eu poder dar a palavra ao Sr. Deputado Jorge Pinto para apresentar o respetivo diploma.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, cumprimento as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, cumprimento os Concidadãos nas galerias.

Há pouco mais de seis meses, em sede do Orçamento do Estado, o Livre apresentou uma proposta para a criação de um passe de mobilidade nacional. Um passe que, na verdade, seria o aprofundar e o continuar do passe ferroviário, também ele criado por iniciativa e por ideia do Livre.

Na altura, em outubro, dizíamos que este era um passe que seria bom para as pessoas, seria bom para as famílias portuguesas, porque, entre muitas outras coisas, ia simplificar as suas vidas e ia fazer com que pudessem poupar dinheiro no final do mês. Mal sabíamos nós que poucos meses depois, fruto do ataque do grande amigo do Chega, Donald Trump, ao Irão, os preços dos combustíveis iam explodir e que o peso nas famílias portuguesas ia aumentar, dia após dia. Foram seis meses perdidos, seis meses em que poderíamos ter trabalhado para a criação deste passe.

E é precisamente por isso que hoje voltamos com esta ideia, porque é uma ideia justa e uma ideia boa. Uma ideia que alia a transição ecológica com a transição energética, mas, sobretudo, uma ideia que protege os portugueses, que protege os portugueses mais frágeis, aqueles que muitas vezes se veem, ainda hoje, obrigados a recorrer ao transporte individual por falta de alternativas, e que com isso veem as suas despesas mensais aumentar drasticamente.

Esta proposta é, no fundo, uma proposta muito simples: com um simples passe, com um cartão apenas, que as pessoas possam viajar nos comboios, como já existe com o passe ferroviário, mas também no transporte rodoviário, no transporte fluvial e, sim, também a mobilidade suave. Temos a certeza de que um passe nestes moldes seria algo que colocaria Portugal na liderança europeia da transição energética e também de uma mobilidade ao serviço das pessoas.

Também por isso, precisamente por sabermos do sucesso desta medida, antecipamos já a necessidade de reforçar os meios de transporte, as carruagens, como já vimos ser necessário na ferrovia, mas também antecipando eventuais problemas no transporte fluvial e rodoviário.

Esta é, no fundo, uma proposta muito simples e boa, tão boa que o próprio Governo já veio dizer que concorda com ela. E é por isso que esperamos que hoje haja um apoio desta Câmara a esta proposta do Livre, que, uma vez mais, não tem problema que seja roubada por outros, porque as boas ideias são para serem roubadas, desde que facilitem a vida aos portugueses.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem agora a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Não podem ser sempre os portugueses a pagar pelas crises que não criaram. Foi assim quando Putin decidiu invadir a Ucrânia e está a ser assim desde que Trump decidiu atacar o Irão, com o irresponsável apoio do Governo português e da direita portuguesa.

O Estado tem o dever de proteger os portugueses. Por isso, enquanto as famílias enfrentam um aumento brutal do custo de vida, enquanto enchem o depósito a preço de ouro, o País precisa de políticas que nos escudem dos choques energéticos.

A resposta tem um nome óbvio: o caminho para a gratuidade dos transportes públicos. Não como um *slogan*, mas com uma política concreta, com mais horários, mais frota, mais cobertura territorial, para que ninguém, do interior às grandes cidades, fique para trás, nem veja o seu salário sugado sempre que é obrigado a ir à bomba, porque o transporte individual é a única forma de se deslocar de casa para o trabalho.

Investir em transporte público é combater a crise energética pela raiz, é reduzir a dependência da importação de combustíveis, que sangra a balança comercial, é proteger o ambiente, mas é, sobretudo, devolver tempo e dinheiro aos portugueses.

Até lá, é preciso agir já: baixar o IVA (imposto sobre o valor acrescentado) dos combustíveis, regular os seus preços, taxar os lucros excessivos para financiar políticas que funcionam, como a gratuidade dos transportes públicos. Não podem ser novamente os portugueses a pagar por uma crise energética da qual não têm nenhuma culpa.

O Sr. **Presidente**: — Lembro que está a decorrer o período de votação, até ao meio-dia, para o Conselho de Opinião da RTP.

*Pausa.*

Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Numa altura em que Portugal já esgotou o seu saldo ambiental, é bom lembrar que isso também acontece por conta do excesso de dependência que continuamos a ter do automóvel nas nossas deslocações.

Vejamos o caso de Lisboa, a quinta capital europeia que mais utiliza automóvel. Só 22 % das viagens na cidade são feitas em transporte público. Portugal continua a ter viagens de transporte público caras e somos mesmo uma das capitais com o preço mais elevado em relação ao valor dos rendimentos. Andar de comboio, de metro ou autocarro em Lisboa é mais caro do que em Roma ou Madrid, mas, no entanto, os salários não acompanham esse mesmo aumento.

*Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.*

Em tempos de crise climática, em que temos de incentivar as pessoas a usarem o transporte público, não é aceitável que os preços dos passes continuem iguais ao que eram há sete anos, como se não tivéssemos passado por sucessivas crises, sejam elas climáticas ou até mesmo a crise inflacionária, provocada pela guerra da Rússia, que invadiu a Ucrânia, ou até mesmo agora, com a guerra no Irão.

Por isso mesmo, não é aceitável termos um Governo que opta por gastar quase todos os meses 150 milhões de euros em incentivos aos combustíveis fósseis, mas que não tem uma única medida de incentivo para o uso dos transportes públicos.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, estes 150 milhões de euros gastos no incentivo de combustíveis fósseis dariam para dar o passe gratuito nos transportes públicos a 1,9 milhões de pessoas no nosso País. É por isso mesmo que não é de agora que o PAN tem defendido — aliás, há vários anos que apresentamos esta proposta no Orçamento do Estado — colocar os transportes públicos na equação da resposta às crises inflacionárias e no combate à crise climática. O automóvel e a dependência do fóssil não podem continuar a ser o alfa e o ómega das respostas públicas.

Por isso mesmo, o PAN, hoje, traz novamente uma proposta que pretende reduzir o preço dos passes em 25 %, mas também garantir a intermodalidade, com um passe único nacional, e garantirmos que o transporte público é, efetivamente, uma opção e não um sacrifício que as pessoas tenham de fazer no seu dia a dia.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Frederico Francisco, do Partido Socialista.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo por agradecer ao Livre o agendamento deste debate e por dizer, desde já, que acompanhamos o intuito da iniciativa. Mas permitam-me começar por abordar o tema dos descontos e da gratuitidade dos transportes públicos, uma ideia que é politicamente muito tentadora, embora me pareça dar origem a muitos equívocos, que são visíveis desde logo na posição que tomaram os dois candidatos do PS e do PSD em Lisboa e no Porto.

Quando pensamos em medidas tendentes à gratuitidade dos transportes, temos de começar por distinguir qual é o seu efeito enquanto política social, que à partida é sempre positivo, e o seu efeito enquanto medida de política de transportes.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Nem compreendes o que é política social!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Aqui, a coisa é um pouco mais complicada.

O que é que as evidências nos sugerem? Há algumas situações em que o preço é, de facto, uma barreira à utilização dos transportes públicos.

Vimos isso quando foi implementado o PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos), por exemplo, na Área Metropolitana de Lisboa, em que tínhamos passes que custavam mais de 100 €

e o preço ficou limitado nos 40 €. Mas há um ponto abaixo do qual o preço deixa de ser uma barreira à adoção dos transportes públicos e, aí, por mais que se continue a reduzir o preço do transporte público, ele já é claramente mais barato do que a utilização do automóvel e não vai ter como efeito trazer mais pessoas do automóvel para o transporte público.

O efeito que pode ter, em particular quando se elimina a distinção entre diferentes categorias de serviço, é introduzir distorções no próprio sistema de transportes públicos. Por exemplo, quando pessoas que querem ir de Espinho ao Porto ou de Vila Franca de Xira a Lisboa encham os comboios intercidades, deixa de haver capacidade nesses comboios para quem quer viajar entre Lisboa e o Porto. Isso pode deixar pessoas sem solução de mobilidade, porque outras pessoas, que teriam outra solução de mobilidade dentro do sistema, usam a solução que o título lhes permite.

Por essa razão, é claro — pelo menos para mim — que, enquanto política de transportes, a gratuidade não é sempre positiva. Também porque os recursos são sempre limitados e porque o transporte público não deve ser visto como o transporte dos pobres, não deve ser visto como o transporte só de quem não tem alternativa.

Por exemplo, o Presidente da Câmara do Porto anunciou recentemente que, a partir de 2027, os transportes vão ser gratuitos: vai gastar 25 milhões de euros por ano a tornar os transportes públicos gratuitos na cidade do Porto. Ora, 25 milhões de euros por ano dariam para comprar 60 novos autocarros todos os anos, ou para comprar 30 novos autocarros todos os anos e contratar 500 motoristas.

Qual é a medida que terá maior efeito no aumento da utilização dos transportes públicos? É a gratuidade ou é aumentar a cobertura territorial, a frequência, a fiabilidade e a capacidade de transporte?

Eu tendo a dizer que é a segunda, e por isso considero que temos de ter muito cuidado e resistir à tentação da política fácil, do voto fácil e do resultado imediato com a gratuidade dos transportes públicos.

Há aqui outro problema no sistema de transportes cuja resolução exige uma pequena fração dos recursos que exige a gratuidade, que é o problema da complexidade.

Na semana passada, cheguei ao Porto, à Estação de Campanhã, e estava uma senhora a pedir-me ajuda para carregar o seu cartão Andante,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Se fosse em Portalegre não podias ajudar, não há comboio!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — ... porque queria ir para a localidade de Sebolido, que fica no concelho de Penafiel.

Eu demorei 15 minutos a perceber qual era o número de zonas que ela tinha de carregar no passe! Não sei se alguém já experimentou olhar para o mapa de zonas do Andante da Área Metropolitana do Porto, mas é diabólico — é absolutamente diabólico!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Isto não é o balcão de reclamações!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — É por isso que consideramos que a proposta que o Livre agendou vai no sentido certo, e existem outras propostas que esperamos que, depois, seja possível, trabalhar na especialidade, porque, claramente, há aqui um problema de integração tarifária, há um problema de simplificação do sistema.

Se quiserem, a única crítica que aponto à proposta do Livre é que, de alguma forma, começa a construir a casa pelo telhado. Antes de termos um passe nacional,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Temos de ter comboios!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — ... temos de ter títulos locais fáceis de utilizar em todas as regiões do País.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Francisco Covelinhas Lopes, a quem dou a palavra para o efeito.

O Sr. **Francisco Covelinhas Lopes** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Frederico Francisco, primeiro, queria corrigi-lo: o Presidente da Câmara do Porto anunciou que vai gastar 20,5 milhões de euros, não 25 milhões de euros.

*Protestos do Deputado do PS Frederico Francisco.*

*Risos do Deputado do PS Luís Moreira Testa.*

Queria também dar-lhe nota de que precisa passar a sua argumentação — que imagino que colha em alguns locais — a inúmeros presidentes de câmara socialistas da Área Metropolitana do Porto que, à data de hoje, estão a querer mesmo muito que haja um esforço idêntico, mas para toda a área metropolitana.

Já agora, com alguma graça, como sou natural do Porto, a habitar em Matosinhos, devo dizer-lhe que, de facto, não é fácil saber as zonas e como comprar um Andante. Mas essa é outra questão.

*Risos do Deputado do PSD Gonçalo Lage.*

*Protestos do Deputado do PS Frederico Francisco.*

Queria também referir-me ao projeto de resolução que o Partido Socialista nos apresenta, em que assume que, com o nobre intuito de promover o transporte público, construiu uma manta de retalhos — que adjetiva, no próprio projeto de resolução, como complexa, fragmentada, de difícil integração — e apela à simplificação, transparência e articulação. Estamos totalmente de acordo.

Aliás, é muito positivo que o PS venha agora a jogo com isso mesmo. Temos mesmo muito gosto que venham a jogo, porque se, depois de oito anos a planear e a implementar, assumem o erro, nós estamos cá também para ajudar a construir algo melhor.

Só que adiantam um caminho que peca pela redundância, considerando que o Governo já anunciou medidas que também vão por aí. Quererem entrar no jogo já depois de ele ter começado, talvez não seja a melhor fórmula. E, com toda a certeza, não podem entrar a querer jogar já na área do Governo, não é?!

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Porquê?

O Sr. **Francisco Covelinhas Lopes** (PSD): — Neste caso em particular, se as medidas já estão propostas, a pergunta que se impõe é: o PS está disponível para vir a jogo, mas com as regras de todos os outros?

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Do Governo?! Ah! Ah! Ah!

O Sr. **Francisco Covelinhas Lopes** (PSD): — Querem contribuir para uma solução que também querem credível, coerente, sólida? Ou querem só correr com as medidas do Governo e tentar ganhar na secretaria?

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Frederico Francisco.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, tenho quase vontade de lhe dizer «ainda bem que me faz essa pergunta».

Em primeiro lugar, serem 25 milhões ou 20,5 milhões — tudo bem, admito que está errado — não altera em nada o argumento, não altera em rigorosamente nada o argumento que eu dei.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Nada! É igual!...

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Se calhar, em vez de serem 60 autocarros, são 50, mas é a mesma coisa. Portanto, não importa.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — São milhões!...

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Deputado, nós não estamos agora a entrar no jogo! Nós não construímos a manta de retalhos! Foi o PS, durante os oito anos que governou, que começou esse percurso de simplificação do sistema tarifário.

O senhor lembra-se de qual era o número de títulos de transporte que existia, em Lisboa, antes de 2019?

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Estamos em 2026!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Em Lisboa, existiam dezenas e dezenas de títulos de transporte diferentes. Uma pessoa que quisesse vir do Fogueteiro até à Gare do Oriente, sempre de comboio, tinha de comprar dois passes diferentes! Isso acabou, e foi o PS que começou isso.

Foi o PS que implementou o PART, que foi a medida com maior impacto no aumento da utilização de transportes públicos nas últimas três décadas, talvez.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — E...?

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Deputado, nós agora estamos no jogo como sempre estivemos, portanto, não percebo o que é que o Sr. Deputado quer dizer. Ou aquilo que o senhor quer é que fiquemos quietos e deixemos o Governo trabalhar? É esse o intuito do seu discurso?

*Protestos do Deputado do PSD Francisco Covelinhas Lopes.*

Já agora, Sr. Deputado, entre Matosinhos e o Porto são só duas zonas.

O Sr. **Francisco Covelinhas Lopes** (PSD): — Isso eu sei!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Portanto, entre Matosinhos e o Porto, apesar de tudo, é fácil.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Tilly.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Deixem-me assistir ao espetáculo!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A ver se aprendes alguma coisa! Tinha mais votos do que tu, de certeza!

O Sr. **João Tilly** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, começámos este debate com o fetiche do Sr. Deputado Jorge Pinto — não é o único, há mais gente aqui com esse fetiche! —, do Trump e do Chega, e se o Chega é amigo do Trump... Olhe, o Chega não é amigo, de certeza, é dos ditadores, teocráticos, genocidas e sanguinários do Irão.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do L.*

Desses não somos amigos.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Ninguém sabe de quem é que são amigos!

O Sr. **João Tilly** (CH): — Mas vamos ao que interessa: os passes, em Lisboa, no Porto, em praticamente em todas as cidades, sem compatibilidade entre si.

O Passe Ferroviário Verde, da CP (Comboios de Portugal), já se viu, esse não tem compatibilidade é com os clientes que o compraram, porque à sexta-feira e ao domingo é para esquecer: não há vagas, nunca!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nem comboio!

O Sr. **João Tilly** (CH): — Tem de se resolver isso, como já se viu, não é?!

Faz sentido um sistema integrado do mesmo passe para todo o País? Claro que sim.

O Chega e os outros partidos vêm hoje, aqui, apresentar os seus projetos sobre esta mobilidade integrada, e as principais diferenças entre o projeto do Chega e os dos outros são duas, basicamente. Os outros partidos querem que se comece, a partir do zero, uma plataforma que vai demorar pelo menos três anos e meio a ser constituída e a ser testada; nós partimos de uma plataforma que já existe — que por acaso foi criada no tempo do Governo do PS, mas o PS esqueceu-se dela —, que é a 1bilhete.pt. Já vamos falar disso.

A segunda diferença é que os outros partidos referem vagamente a extensão do projeto a outras zonas do País e nós fazemos questão de que este projeto abranja o País inteiro desde já.

O projeto 1bilhete.pt é uma iniciativa do IMT (Instituto da Mobilidade e dos Transportes), da Transportes Metropolitanos de Lisboa e da Transportes Intermodais do Porto, aos quais se juntou o Andante. É uma ideia... ou melhor, é meia boa ideia. É uma ideia boa, mas é só metade! E será uma boa ideia completa com o nosso contributo, porque o Chega está aqui realmente para trazer o que falta a este projeto. Este projeto, inicialmente, abarcaria só Lisboa e Porto, e esporadicamente outras regiões, mas, como já disse, nós queremos que isso se estenda desde já.

O Chega está aqui a trazer o que faltava, porque Portugal não é só Lisboa e Porto. Quem ouvir falar alguns dos Deputados desta Câmara, eles pensam que Portugal é só Lisboa e Porto, mas não. Há 60 % de portugueses que não vivem nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

**Vozes do CH:** — Muito bem!

O Sr. **João Tilly** (CH): — São 6 milhões, e não podem ficar para trás, como os senhores muito bem gostam de dizer. Não podem ficar para trás, não podem!

*Aplausos do CH.*

Por isso, o Chega vem propor estes dois grandes avanços civilizacionais, parafraseando a esquerda: primeiro, usar uma plataforma que já existe, que está testada; segundo, estender a mobilidade nacional a todo o País.

Viseu, por exemplo, já anunciou a sua adesão a este projeto, e tenho a certeza de que todos os outros distritos o farão rapidamente.

Portanto, este grande avanço tecnológico depende apenas dos Srs. Deputados. Se o rejeitarem, vamos continuar a marcar passo mais três anos e meio, pelo menos; se o aprovarem, ganharemos esses três anos e meio e cobriremos todo o País, até 2027 — e com o uso do nosso cartão de cidadão, basta isso, é mesmo tecnologicamente muito avançado.

Desafio-vos, portanto, a acompanhar o nosso projeto, alicerçado numa plataforma que já existe, que está testada e que vai ser apresentada já para o mês que vem. Está a funcionar.

Acompanhem-nos, Srs. Deputados, acompanhem o nosso projeto rumo ao futuro, ao progresso e ao desenvolvimento de Portugal.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Frederico Francisco, que dispõe de 42 segundos para o efeito. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Tilly, quero agradecer-lhe por ter trazido a debate o projeto 1bilhete.pt e perguntar-lhe, para benefício também do Sr. Deputado Francisco Covelinhas Lopes, quem era Governo quando esse projeto foi iniciado.

*Aplausos de Deputados do PSD.*

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Essa está boa!...

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Tilly, para responder.

O Sr. **João Tilly** (CH): — Sr. Deputado, eu acabei de o dizer, e fiquei muito admirado por os senhores se terem esquecido desse projeto. Não foi do Governo... Atenção que o projeto não foi do Governo, foi do IMT, só que realmente foi no Governo de António Costa.

Como é que os senhores se esquecem de uma coisa tão importante? O vosso projeto não fala nisso uma única vez!

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, para intervir.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Hoje discutimos propostas que tocam diretamente na vida das famílias portuguesas. Quando o preço dos combustíveis dispara, quem sofre não são os grandes grupos económicos; sofrem o trabalhador que sai cedo para o emprego, a mãe que leva os filhos à escola, o jovem estudante, o idoso que precisa de ir ao hospital.

A criação de um passe de mobilidade nacional pode representar um passo significativo e importante para devolver dignidade a quem depende dos transportes para viver e trabalhar. Um País moderno não pode continuar refém das desigualdades no acesso à mobilidade e não podemos aceitar que haja portugueses condenados ao isolamento porque vivem longe dos grandes centros urbanos.

Mas esta realidade só fará sentido se estiver acompanhada de reforço da oferta de transportes mais frequentes, mais acessíveis e com cobertura nacional efetiva. Não basta criar um passe, é preciso garantir que existe transporte para as pessoas o utilizarem.

A mobilidade é uma questão de justiça social, de coesão territorial e de qualidade de vida, e é obrigação do Estado garantir que essa mesma coesão territorial é uma realidade.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Os transportes são uma questão central para a vida das populações, para a defesa do ambiente, da saúde e da qualidade de vida, para o cumprimento do direito à mobilidade. A redução substancial no preço do transporte público — e, diga-se, com uma firme intervenção e persistência por parte do PCP, foi possível concretizar aquilo que, durante anos, muitos andaram a dizer que não o era — é, além de uma medida de justiça social indesmentível, um poderoso incentivo à utilização dos transportes públicos.

O PCP há muito que defende que o transporte público deve tender para a gratuidade e para mais simplicidade. Em vez de milhares de títulos e combinações, um passe para toda uma região e para toda a oferta, aliás, como aconteceu na Área Metropolitana de Lisboa, é um exemplo de simplificação que pode e deve prosseguir e expandir-se.

É uma flagrante evidência que o maior problema — o mais grave e insuportável para as populações, o mais incapacitante para os sistemas de transporte, o mais crítico no plano social e ambiental — é, precisamente, a falta de oferta de transportes públicos. É exatamente como nós avisámos há uns anos, muito antes de a situação se agravar, como está a acontecer nos dias de hoje. É a falta de comboios, de navios, de composições nos metros, mas também de autocarros; e é a falta de trabalhadores para que tudo isso funcione e circule.

O PCP deu entrada de uma iniciativa na Assembleia da República, o Projeto de Resolução n.º 943/XVII/1.<sup>a</sup>, com soluções concretas para resolver os atuais problemas e para promover a utilização dos transportes públicos. A proposta do PCP é de uma abordagem faseada, com medidas imediatas na redução de preços, no reforço da oferta e da intermodalidade, mas também preparando uma transformação mais profunda no sistema de transportes a favor das populações e do seu direito à mobilidade.

É preciso que se avance para a criação de um passe nacional, de 50 €, que dê acesso a todos os transportes, com exceção dos comboios Alfa e Intercidades e dos expressos rodoviários; o alargamento a todas as comunidades intermunicipais de um passe intermodal de 40 €; a gratuidade dos transportes para os maiores de 65 anos; a redução de 10 € nos preços dos passes, a partir de 2027, seguida de um plano faseado, a oito anos, de redução dos preços até atingir a gratuidade dos transportes; o investimento prioritário no aumento da oferta de transporte público, desde logo ferroviário; o desenvolvimento de uma plataforma digital, pública e nacional de transportes públicos que, entre outras funções, disponibilize as alternativas de preços e horários do território nacional.

A promoção do transporte público — substituindo o transporte individual, melhorando a mobilidade das populações, promovendo a coesão territorial, a defesa do ambiente e o desenvolvimento do País — é um objetivo justo que confronta as opções políticas dominantes. A sua concretização implica uma estratégia que envolve um forte investimento público, seja no reforço da oferta, seja na descida do preço e, também, na crescente intermodalidade, visando garantir o acesso universal e gratuito.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para uma intervenção a Sr.<sup>a</sup> Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal.

A Sr.<sup>a</sup> **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Portugal tem um problema estrutural que se agravou com o vírus do populismo. Para se ser popular, fomenta-se a procura sem, antes, olhar para o lado da oferta e perceber se ela consegue absorver qualquer tipo de aumento. Depois disto feito, os serviços rapidamente atingem a saturação e chovem as reclamações.

Alguns partidos dirão que há falta de pessoal, outros que há falta de equipamento, outros dirão que a culpa é dos migrantes e a grande maioria dirá que só o Estado ou empresas do Estado têm a solução para um problema que eles mesmos criaram.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Angélique Da Teresa** (IL): — É assim na habitação, nos barcos, nos comboios, nas creches, na saúde, é assim em todo o lado. Com o Passe Ferroviário Verde, quem viajar em períodos de maior procura arrisca-se a pagar e a não seguir viagem porque não há lugar. Há linhas totalmente saturadas que originam petições, em que os peticionários nos fazem relatos inaceitáveis, e, portanto, a Iniciativa Liberal, à semelhança do que fez na habitação, vai posicionar-se do lado da oferta e contribuir com soluções para aumentar a capacidade de transporte para que haja um verdadeiro serviço público.

Vamos acompanhar todas as propostas que procuram mitigar barreiras à prestação de serviços de bilhética, até porque vão ao encontro das recomendações apresentadas pela Autoridade para a Concorrência, para que se abra, de uma vez por todas, o setor ferroviário — que é o que a Iniciativa Liberal defende.

Aliás, a nossa prioridade visa assegurar uma implementação atempada do Sistema Europeu de Gestão de Tráfego Ferroviário. Caso contrário, vamos continuar a estar isolados, e o que precisamos de garantir é que nos liguemos o mais depressa possível para quebrar este isolamento ferroviário com o resto da Europa.

O Passe Ferroviário Verde terá de ser uma medida neutra, do ponto de vista concorrencial, para podermos ligar-nos ao nosso continente. Isto não é um capricho, é uma obrigação.

Por isso, não vamos contribuir para piorar um problema, só porque à primeira vista é popularucho. Esta é, aliás, a grande diferença entre os reformistas e os restantes. Os reformistas assumem um risco, dizem a verdade, implementam as medidas, mesmo quando são contestadas. E porquê? Porque sabem que estão a resolver os problemas dos portugueses, de uma vez por todas.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Os Deputados do Livre apresentam, nesta Casa, um debate sobre mobilidade num projeto que, na nossa opinião, parte de três princípios errados.

Primeiro, alega a emergência da guerra e do aumento dos produtos petrolíferos para reforçar a utilização de transportes públicos. Srs. Deputados, a política de mobilidade, na nossa opinião, deve ser feita com planeamento, e não ao sabor de acontecimentos pontuais.

Segundo, procura apropriar-se daquilo que são soluções de mobilidade que foram previstas, planeadas e realizadas por este Governo.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Em 2022 já propúnhamos isso!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Percebemos que se queiram apropriar de soluções e de bandeiras tão nobres como a dos transportes públicos, mas convém não tentarem uma apropriação partidária daquilo que é uma medida planeada e executada pelo Governo, mas que pertence, acima de tudo, a todos os portugueses.

Terceiro, além desta tentativa de apropriação, omite os resultados já obtidos por este Governo também no sentido de reforçar a oferta.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Onde é que eles estão?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Convém esclarecer, nesta matéria, o que é que o Livre propõe quando se fala de reforço da oferta. Estará a falar de ir além dos 1300 milhões de euros previstos nos investimentos estruturantes, até ao final do ano, para a aquisição de frota, além dos 36 comboios aditados ao contrato-base, que já previa a aquisição de 117 automotoras? Estará a falar em ir além dos cerca de 3 mil milhões de euros previstos nos investimentos estruturantes para a expansão da rede, incluindo o Metro do Porto, o Metropolitano de Lisboa e o Sistema de Mobilidade do Mondego?

E quando o Livre pede um passe de mobilidade nacional, porque omite o facto de o Passe Ferroviário Verde, criado pelo Governo, ter atingido já 1 milhão de assinaturas em abril deste ano?

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Ah! De quem foi a ideia?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Executar, criar e garantir — esta é a mudança que a Aliança Democrática, o Governo da AD e esta maioria trouxeram à mobilidade, exatamente no sentido de trazer mais transportes públicos para a vida das pessoas, tendencialmente gratuitos, conforme o Programa do Governo, que V. Ex.<sup>as</sup> rejeitaram.

*Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.*

*Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Diogo Pacheco de Amorim.*

O Sr. **Presidente**: — Aparentemente, não temos mais inscrições. Não temos mesmo, e, assim sendo...

*Pausa.*

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Lago Gonçalves, do PSD. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **José Lago Gonçalves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Quem utiliza o transporte público em Portugal tem hoje uma certeza, a de que a mobilidade está em transformação, a mobilidade está em evolução e o País está mais próximo e interligado.

O Livre traz hoje a debate uma proposta para a criação de um passe de mobilidade nacional, uma medida positiva, que consta do Programa do Governo e que saudamos. Contudo, uma coisa é a visão, onde temos pontos em comum, e outra é a execução dessa visão. Nesse ponto, o modelo apresentado pelo Livre, a nosso ver, fica aquém.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **José Lago Gonçalves** (PSD): — Fica aquém, porque criar um passe nacional intermodal, que vai ligar a ferrovia, a rodovia e o transporte fluvial e marítimo, não pode ser feito do dia para a noite. Deve, antes, partir de um processo faseado,...

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **José Lago Gonçalves** (PSD): — ... com consensos e articulação entre setores.

A realidade é que é necessário definir como se integram tarifários entre operadores que, hoje, têm modelos completamente distintos; é preciso criar um modelo de repartição de receitas que seja justo para todos — para as entidades, para os operadores e para as pessoas;...

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **José Lago Gonçalves** (PSD): — ... é preciso garantir a interoperabilidade entre sistemas de bilhética, que hoje não comunicam. Acima de tudo, é necessário continuar a reforçar a oferta e isso faz-se, por exemplo, com o investimento histórico que este Governo está a fazer na ferrovia, no valor de 1,8 mil milhões de euros.

*Aplausos do PSD.*

A mobilidade, que se transforma hoje em Portugal, tem de garantir a previsibilidade para o utilizador e tem de assegurar regularidade e consistência. Só assim poderá gerar mais confiança no transporte e qualidade no serviço.

Por tudo isto, perante estas propostas, devemos agir com prudência e preparação. Avançar apenas para dizer que estamos a avançar, sem critério, sem alicerces e sem base de trabalho é, na verdade, recuar.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **José Lago Gonçalves** (PSD): — Os portugueses não querem recuar, este Governo não vai recuar.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Por isso, o Governo está a trabalhar nas condições para a criação de um passe intermodal, ouvindo os agentes, desenhando medidas que se traduzam em resultados, medidas que melhorem a vida das pessoas, melhorem o seu dia a dia, medidas como o Passe Ferroviário Verde, o novo paradigma para a ferrovia nacional e a prova de que a abordagem responsável e faseada funciona.

Um milhão de passes vendidos, 70 mil passes mensais ativos e mais de 20 milhões de euros de receita para a CP.

*Aplausos do PSD.*

Hoje, um estudante deslocado entra num comboio em Santa Apolónia, em direção a sua casa, por 20 € por mês; um *freelancer* pode ir ao Porto reunir ou apresentar um projeto a um cliente e regressar no mesmo dia sem que isso traga um custo adicional — isto é oportunidade, isto é proximidade!

O que nós queremos é, a partir desta política pública bem-sucedida, amplificar essa possibilidade a todo o território, integrando o transporte rodoviário, fluvial e marítimo. O Governo está a trabalhar nesse sentido e tem o apoio do PSD para concretizar mais um grande passo rumo a um futuro com mais e melhor mobilidade.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, termino com uma nota a todos os grupos parlamentares que hoje trouxeram iniciativas sobre a mobilidade, passes e transporte público: obrigado pelo reconhecimento do trabalho do Governo e por confirmarem, cada um à sua maneira, que as medidas estão no caminho certo.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

Bem-vindos ao futuro da mobilidade em Portugal e bem-vindos a esta viagem. Muito obrigado!

*Aplausos do PSD.*

*Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Rui Fernandes, do Chega, a quem dou a palavra para o efeito.

O Sr. **Rui Fernandes** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, desde logo, é curioso que, reconhecendo a existência de um problema evidente de fragmentação dos transportes públicos, o PSD não apresente, hoje, qualquer iniciativa concreta sobre esta matéria. Nem uma proposta, nem uma solução. Como diz o povo, «muita parra e pouca uva».

*Aplausos de Deputados do CH.*

*Protestos do PSD.*

O Sr. **José Lago Gonçalves** (PSD): — Já tinhas isso escrito, não era?

O Sr. **Rui Fernandes** (CH): — Isso é particularmente ainda mais estranho quando o Governo admite que existe a necessidade de criar maior integração entre sistemas através do projeto *1Bilhete.pt*, de um futuro passe intermodal nacional.

Mas também importa dizer que, perante o problema real vivido diariamente pelos portugueses, o Livre volta a apresentar uma visão altamente ideológica, centrada em conceitos abstratos, metas climáticas e filosofia política, mas afastada das dificuldades concretas dos utilizadores. Os portugueses não precisam de discursos moralistas sobre como se devem deslocar; precisam de transportes públicos práticos, eficazes e acessíveis.

Porque a realidade é esta, Srs. Deputados: ninguém deixa o carro em casa por ouvir *slogans* de transição climática ou energética.

Mas Sr. Deputado José Lago Gonçalves, vai ter de responder à nossa pergunta: porque continuam os portugueses, em 2026, a depender de múltiplos cartões, múltiplas aplicações e sistemas que não comunicam entre si? Porque continua a integração entre sistemas dependente de adesões voluntárias, criando desigualdade territorial, dificuldades para quem utiliza transportes públicos diariamente?

O problema em Portugal não é identificar a necessidade, o problema é a incapacidade de concretizar uma solução verdadeiramente nacional, uniforme e funcional. Os portugueses não precisam de mais anúncios, precisam de resultados.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado José Lago Gonçalves, para responder, tem a palavra durante 14 segundos, mais a tolerância.

O Sr. **José Lago Gonçalves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Fernandes, muita parra e pouca uva?!

Sr. Deputado, foram vendidos um milhão de passes desde outubro de 2024...

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **José Lago Gonçalves** (PSD): — ... ou seja, 70 000 passes vendidos por mês, 20 milhões de euros de receita.

Este Governo está a refundar a mobilidade em Portugal. Como os senhores sabem, mas não têm a coragem de dizer, é assim que a mobilidade vai crescer.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para encerrar o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto. Dispõe de 3 minutos e 35 segundos.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo por tentar esclarecer algumas confusões neste debate, porque falamos de ideologia, mas, da parte do Chega, parece que tudo é ideológico, menos a sua própria ideologia de extrema-direita.

**Vozes do CH**: — Oh!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Deixem-me falar de ideologia com um dado. Foi notícia há poucos dias que em Portugal, desde 2018, fruto da nossa aposta na transição energética, se pouparam 42 000 milhões de euros, repito, 42 000 milhões de euros. Isto, em termos práticos, representou para as famílias portuguesas uma poupança acima de 600 €. Por isso, sim, Sr. Deputado, a nossa ideologia é esta, é a de poupar dinheiro dos bolsos portugueses enquanto, ao mesmo tempo, fazemos do nosso País um lugar melhor para viver. Essa será sempre a nossa ideologia.

*Aplausos do L.*

Depois, também se falou de concorrência, de capacidade de meios, da necessidade de ter uma ferrovia que chegue a todo o País. Pois bem, Srs. Deputados, que partido apresentou, nesta Câmara, uma proposta para que se reativassem a ligação noturna entre Portugal e Espanha? O Livre.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Devias era devolver o dinheiro aos portugueses!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Que partido apresentou, nesta Câmara, uma proposta para que todas as capitais de distrito estivessem ligadas por ferrovia? O Livre. Que partido apresentou, nesta Casa, várias propostas relativas à mobilidade a um preço mais barato, mais justo, inclusive no que diz respeito ao TGV (*train à grande vitesse*), incitando o Governo a considerar a ligação por Trás-os-Montes entre o Porto e Madrid? Quem foi? O Livre, uma vez mais.

Portanto, aquilo que fazemos é ser coerentes, é ter uma visão coerente para as políticas de mobilidade, que é a mesma visão das políticas de ecologia, porque estas duas coisas estão ligadas. Achar que não estão ligadas é não perceber nada, é estar fora do debate e, pior, é falhar aos portugueses no momento em que isto é crítico.

O Sr. Deputado Paulo Nuncio não está aqui,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Foi votar!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — ... mas deu a entender que a proposta do Livre surge no seguimento do ataque, sim, do amiguinho do Chega, Donald Trump, ao Irão.

*Protestos do CH.*

Não surge. Na verdade, deixem-me vos dizer que, em 2022, quando o Livre apresentou a proposta do passe ferroviário, que foi considerada impossível, utópica, sonhadora,...

**Vozes do PSD:** — Que nós concretizámos!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — ... já nessa altura o Livre tinha uma segunda proposta, que era a de, no ano a seguir, se avançar com a criação de um passe de mobilidade nacional. Esse ano a seguir teria sido 2023 ou, então, 2024.

*Aplausos do L.*

Estamos em 2026 a ter a mesma discussão. Portanto, da nossa parte,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Devolve o guito!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — ... a coerência tem sido a mesma ao longo dos tempos. Da parte dos outros, da parte do pudim flan ideológico que está aqui à minha frente, nós sabemos bem que hoje é uma coisa e amanhã é outra.

Da nossa parte, defesa dos portugueses, sim! Transição energética, sim! Aposta na transição dos transportes, também sim! Da parte dos outros, cá estaremos para ver como irão votar.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Andaste a fazer campanha com o dinheiro dos portugueses! Quando devolves o arame?

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — 0,6 %!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Não te oiço! Não te oiço! Berra mais alto!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — 0,6 %!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Não há gatos para captar?

O Sr. **Presidente:** — Está concluído este ponto da ordem de trabalhos.

*Burburinho na Sala.*

Temos falado em mobilidade, portanto, se houver mobilidade nas bancadas, peço que ela seja feita com a eficiência que todos reclamamos para os transportes públicos. E é gratuita esta mobilidade... nem sempre.

*Risos.*

Ora bem, vamos, então, passar ao quarto ponto da ordem do dia, que consiste no debate dos Projetos de Resolução n.ºs 754/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Condenação da escalada de agressão e de ameaças dos EUA contra Cuba e exigência do respeito da soberania e dos direitos do povo cubano, 721/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo que condene o bloqueio imposto a Cuba e denuncie o recrudescimento da instabilidade na ilha, 841/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda ao Governo que defenda o povo cubano e promova o respeito pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais em Cuba, 844/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que realize todos os esforços políticos e diplomáticos no sentido de pressionar o regime cubano e conduzir à plena democratização da República de Cuba, 856/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela defesa de uma solução diplomática para o confronto entre os Estados Unidos da América e a República de Cuba, 862/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Sobre a crise humanitária em Cuba e a necessidade de Portugal assumir uma posição ativa pelo fim das sanções unilaterais e pela proteção da população civil cubana e 864/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Em defesa do povo cubano contra a tirania do regime comunista.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Raimundo, do PCP, para apresentar a sua iniciativa. Faça favor.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Saúdo os representantes das associações que aqui estão e que integram a campanha de solidariedade com Cuba.

A Assembleia da República não pode ficar indiferente perante o recrudescimento do bloqueio e as ameaças de agressão militar proferidas pelo Presidente dos Estados Unidos contra Cuba, uma nação soberana e com a qual Portugal tem longas relações diplomáticas e de amizade.

Trata-se de um desumano e criminoso bloqueio, inaceitáveis ameaças que, numa flagrante violação dos princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional, atentam contra a soberania e os direitos do povo cubano. Trata-se de um crime sucessivamente denunciado na Assembleia Geral das Nações Unidas pela esmagadora maioria dos países, incluindo, e bem, por Portugal.

Quando a inarrável administração de Trump decide aumentar as tarifas à União Europeia, ficam todos à beira de um ataque de nervos. Agora, cada um pense o que é enfrentar um criminoso bloqueio que impede um povo de adquirir comida, medicamentos, combustíveis ou de realizar transações económicas e comerciais com outros países. É assim não por um dia, é assim não por uma semana ou por um mês, é assim há mais de 60 anos.

Não nos deixamos enganar, nem alimentamos o engano. O criminoso bloqueio dos Estados Unidos a Cuba é o primeiro e grande responsável pelas dificuldades por que passa a economia de Cuba.

E para quem, cinicamente, oculta esta realidade e o que ela significa na vida de todos os dias dos cubanos, aqui recordamos as palavras, e o sentido das mesmas, do então subsecretário de Estado norte-americano em 1960: «Todos os meios possíveis devem ser rapidamente empregues para enfraquecer a vida económica de Cuba [...], uma linha que [...] alcance os maiores avanços possíveis na privação de Cuba de dinheiro e mantimentos, a fim de reduzir os seus recursos financeiros e salários reais, provocar fome, desespero e o derrube do Governo».

E assim tem sido desde essa altura, com um cruel bloqueio que visa atingir precisamente as condições de vida de um povo, desse povo, que não abdica da sua soberania e dos seus direitos.

Cuba não é, nem nunca foi, uma ameaça aos povos; bem pelo contrário, Cuba e o seu povo foram sempre exemplos de dignidade, de determinação e de solidariedade.

Enquanto uns impõem bloqueios, sanções, guerra e exploração, Cuba dá tudo o que pode em solidariedade e cooperação com os povos.

A solidariedade com o povo cubano, desde sempre, e em particular neste momento de extrema gravidade, é um dever de todos quando se abraçam os valores da verdade, da liberdade, da justiça, da soberania, da democracia, da paz e do direito internacional.

Daqui saudamos esse exemplo de dignidade, de determinação e de unidade do povo cubano em defesa da sua pátria e da sua revolução. Aqui expressamos a solidariedade a Cuba, ao seu povo e ao seu legítimo direito de decidir soberanamente sobre o seu próprio caminho, livre de ingerências externas.

Solidariedade para com o povo cubano e a inequívoca condenação do bloqueio e agressão a Cuba por parte dos Estados Unidos — esta é a única posição admissível deste Parlamento, mas também de um Governo, de um País que aspira a ter lugar no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento.  
Sr. Deputado Ricardo Dias Pinto, do Chega, faça favor.

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, há semanas, nesta mesma Câmara, a extrema-esquerda colocava a máscara da liberdade e celebrava o fim da ditadura. Hoje, com despudor, tira a dita máscara e vem oferecer os seus préstimos como guarda pretoriana da ditadura cubana.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Ministros ortodoxos ou heterodoxos, reformados ou irreformáveis, vestidos de um vermelho antigo, como o PCP e o Bloco, ou de cores mais leves, como o Livre, continuam a ter, por dominador comum, a mesma hipocrisia leninista.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Essa é que é essa!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Arriscaria dizer que os mais ingénuos quase poderiam acreditar que a extrema-esquerda vive em angústia e sobressalto com a violação dos direitos políticos, a violência arbitrária ou o cerceamento de liberdades fundamentais.

Afinal, como vemos, a indignação esmorece quando esses crimes são praticados por carrascos vermelhos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Silêncios, habilidosas ginásticas argumentativas e gritos de solidariedade ao regime é o que ouvimos perante meio milhão de presos políticos da tirania castrista.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Dois mil prisioneiros políticos que a pressão dos Estados Unidos permitiu resgatar das câmaras de tortura do regime só nos últimos meses e que nunca foram dignos sequer de lágrimas de crocodilo da extrema-esquerda totalitária.

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Quase 20 vezes mais prisioneiros do que, a 24 de abril, se encontravam nas prisões de Marcelo Caetano.

Hoje, o que as bancadas da ultra-esquerda vêm aqui defender é que a comunidade internacional faça a vida fácil ao regime da Havana.

Sr. Deputado, está o Partido Comunista disposto a reconhecer a necessidade de pôr fim à ditadura torcionária de Cuba ou prefere continuar a advogar a defesa do pior que a humanidade conheceu ao longo da história?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo. Dispõe de 39 segundos mais a tolerância.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, obrigado pela pergunta.

Sr. Deputado, utilizou uma expressão e, de facto, acertou na muche quando falou da pressão dos Estados Unidos. A pressão dos Estados Unidos existe há 60 anos e impede um povo de se desenvolver como pretende e impede um povo de adquirir medicamentos, alimentos, combustíveis. É isto que se passa. É isto que se passa todos os dias, de há 60 anos a esta parte, em Cuba.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A pergunta é fácil: condena ou não?

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Deputado, permita-me que lhe diga que, mesmo nesse quadro de grande dificuldade, de pressão, de bloqueio, de um criminoso bloqueio, de ameaças sobre o povo todos os dias, de ameaças militares, mesmo sob essa pressão, Cuba dá um sinal de resistência e de solidariedade. Que o digam as centenas de portugueses que foram a Cuba tratar problemas de saúde.

*Protestos da IL e do CDS-PP.*

Que o digam os italianos que receberam equipas médicas cubanas para tratar da covid. Aí está um exemplo que o senhor...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para apresentar a sua iniciativa, o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quando pensávamos que não podia piorar, vem o Jorge Pinto!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, cumprimento os concidadãos nas galerias. Se há coisa que para o Livre é absolutamente fundamental é o respeito do direito internacional.

**Vozes do CH**: — Ah!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ele existe, deve existir e é para valer. E é precisamente por isso que nós temos a coerência de defender o povo cubano da mesma maneira que defendemos o povo ucraniano, o povo iraniano ou o povo palestino.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Só não defende os portugueses!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É esta coerência que falha a outros partidos, mas que ao Livre nunca falhará,...

*Aplausos do L.*

... porque, para nós, não há bons nem maus autocratas, não há boas nem más vítimas. Há autocratas e há vítimas, independentemente do regime que esteja em causa.

É precisamente por essa coerência que também denunciámos as hipocrisias. A hipocrisia demonstrada muitas vezes pelo Chega, quando André Ventura vai ao beija-mão a Viktor Orbán, no seu último dia de mandato — é bom assinalar —...

*Aplausos do L.*

... e, um par de semanas depois, está aqui neste mesmo Parlamento a apertar a mão ao Presidente do Parlamento ucraniano. É essa a hipocrisia que nós também denunciámos, precisamente pela nossa coerência.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não digas asneiras!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — E Cuba tem de estar também na agenda por uma razão muito simples: não podemos condenar coletivamente um povo, independentemente do regime que esteja à frente dos destinos do seu país.

Não podemos condenar todo um povo à fome, à falta de serviços mais básicos, independentemente do regime que esteja à frente do seu país.

Esquecer isto é esquecer os mais básicos pilares da humanidade. Esquecer isto é esquecer aquilo que faz de nós seres humanos.

Por isso, a proposta do Livre é muito clara: é, desde logo, para que se reconheça que, sim, Cuba tem um regime autoritário. Não temos nenhum problema em dizê-lo.

**Vozes do CH:** — Ah!

O Sr. **Jorge Pinto** (L) — Esse é o primeiro ponto do nosso projeto.

E, sim, os prisioneiros políticos têm de ser libertados. Mas isso não basta. Nós não podemos esquecer a realidade, não podemos esquecer este bloqueio que está neste preciso momento a fazer com que crianças e famílias em Cuba não tenham acesso ao básico dos básicos, como eletricidade, medicamentos, comida.

Por isso, sim, nós queremos que Portugal, juntamente com os seus parceiros internacionais, europeus e globais, possa servir para ser parte da solução e não para acentuar ainda mais o problema.

Nós, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, estamos num momento de charneira da nossa geopolítica — estamos mesmo! — e aquilo que nós permitirmos que aconteça nos próximos anos vai definir o nosso futuro coletivo nas próximas décadas. E é por isso que Portugal tem de saber estar do lado bom da história. E saber estar do lado bom da história é estar do lado do respeito do direito internacional, do lado da defesa da humanidade e do lado da defesa das pessoas, porque é isso que nos deve sempre mover.

Isso passa por bater o pé àqueles que querem acabar com isso. Isso passa por bater o pé àqueles que, como Donald Trump, querem acabar com todo e qualquer resquício de direito internacional em proveito próprio.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mauzão!

O Sr. **Jorge Pinto** (L) — Que haja nesta Câmara quem o queira fazer, nós percebemos bem porquê. Da parte do Livre, terão a nossa oposição e esta mesmíssima coerência que nos permite estar de cara levantada perante qualquer povo neste planeta, porque nós seremos sempre pelo direito à dignidade,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, devolve o dinheiro aos portugueses!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — ... pelo direito à vida, seja quem for a vítima. Todas as vítimas, para nós, valem exatamente o mesmo.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Andaste a fazer campanha com o dinheiro dos portugueses! É isso que tens de dizer! Isso é que é hipocrisia!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — E nem vinho canalizado ofereceste!

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar o seu diploma, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, quando falamos de Cuba, há uma tentação antiga, sobretudo em parte da esquerda europeia e portuguesa: falam da revolução, do mito, de Che, de Fidel, da bandeira, da simbologia, mas esquecem-se daquilo que é o mais importante, as pessoas. Esquecem-se sempre do povo cubano. Os cubanos que não podem escolher livremente os seus governantes. Os cubanos que não têm eleições verdadeiramente livres.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Os cubanos que não têm liberdade de imprensa, nem oposição política organizada, nem garantias próprias de um Estado de direito. Os cubanos que não têm liberdade de expressão e sabem que discordar pode ter um custo demasiado alto, e pagam-no na prisão. Os incontáveis milhares de cubanos que se lançaram em balsas em busca de dignidade e liberdade e muitos morreram no mar.

Durante décadas, o regime cubano foi romantizado como se fosse uma experiência de emancipação, mas a realidade é tudo menos romântica.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Cuba é um Estado de partido único, sem alternância democrática, onde a concentração do poder político, o controlo da informação, a perseguição de dissidentes, a repressão de manifestações pacíficas não são acidentes de percurso, são características estruturais do próprio regime.

*Aplausos da IL.*

E convém dizê-lo com clareza: a falta de liberdade política em Cuba não está desligada da pobreza, da escassez, da falta de perspectivas e da migração de tantos cubanos.

A Sr.<sup>a</sup> **Angélique Da Teresa** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Pelo contrário, um sistema que concentra o poder político e económico no Estado, que sufoca a iniciativa privada e que desconfia da liberdade individual dificilmente pode gerar prosperidade, responsabilidade ou esperança.

Isto não significa ignorar fatores externos, não significa subscrever embargos, legitimar ameaças, bravatas geopolíticas ou discursos de força vindos de fora.

Portugal deve rejeitar qualquer lógica que trate Cuba como peça num tabuleiro de confronto entre potências. E não podemos aceitar que esses fatores sejam usados como desculpa para absolver a ditadura cubana.

O problema essencial de Cuba não é apenas uma tensão entre Havana e Washington. O problema essencial de Cuba é um regime que nega aos seus cidadãos direitos, liberdades e garantias fundamentais. A solidariedade com Cuba não pode ser confundida com complacência perante o regime cubano.

Defender Cuba é defender os cubanos. Defender os cubanos é defender o seu direito a falar sem medo, a associar-se livremente, a participar na vida política, a empreender, a prosperar e a escolher democraticamente o seu futuro.

É isso que o nosso projeto de resolução defende. Propomos que Portugal tenha uma posição clara, nas relações bilaterais e multilaterais, em defesa do povo cubano; que Portugal reafirme a sua preocupação e condenação com a repressão de opositores, ativistas, jornalistas independentes e manifestantes pró-democracia; e que Portugal defenda a libertação dos presos políticos e o fim da perseguição da dissidência pacífica.

Propomos também que o nosso País apoie, em coordenação com os seus parceiros europeus e com outras democracias, a sociedade civil cubana independente: jornalistas, académicos, artistas, defensores dos direitos humanos e todos os que trabalham por uma Cuba mais aberta, mais plural e mais livre.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o futuro de Cuba deve pertencer aos cubanos. Não à nomenclatura do regime. Não a interesses ideológicos externos que usam Cuba como símbolo. Não a qualquer imposição vinda de fora.

A verdadeira soberania não é a soberania de um aparelho autoritário sobre um povo silenciado. A verdadeira soberania é a de cidadãos livres, com direitos, com voz, com voto, com dignidade, com capacidade para decidir o seu próprio destino.

Por isso, Portugal deve estar do lado certo: do lado dos cubanos que querem viver livres e sem medo. Cuba não precisa de uma ditadura que fale em nome do povo cubano.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Se a ignorância matasse! Leia um bocadinho!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Precisa de um povo cubano livre que fale por si próprio.

Permitam-me que cite aquele que se tornou o hino de várias gerações de luta pela liberdade, a música *Patria y Vida*, de Orishas: «Não mais mentiras. O povo pede liberdade, não mais doutrinas. Que não se grite mais pátria ou morte e sim pátria e vida.»

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Obrigado por esta citação!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Que o povo cubano possa começar a construir o que sonha em liberdade.

*Aplausos da IL.*

*Protestos do PCP e do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Dias Fernandes, do Chega, para apresentar o diploma do seu partido.

O Sr. **José Dias Fernandes** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A República de Cuba é uma nação de profundos laços históricos, culturais e humanos com Portugal. Contudo, desde 1959, o povo cubano vive submetido a uma das mais longas e repressivas ditaduras comunistas da era contemporânea.

Aquilo que inicialmente foi apresentado como um movimento revolucionário destinado a combater os abusos...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Abusos?

O Sr. **José Dias Fernandes** (CH): — ... do regime de Fulgencio Batista rapidamente revelou a sua verdadeira natureza,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **José Dias Fernandes** (CH): — ... uma tirania de ideologia familiar, concentrada nas mãos de Fidel e de Raúl Castro, que instauraram um sistema de partido único, repressão política e perseguição ideológica e negação sistemática das liberdades fundamentais.

A chamada «Revolução Cubana» afastou Cuba do progresso económico e da abertura ao mundo da prosperidade. Um país outrora dinâmico transformou-se numa economia falida, dependente de regimes estrangeiros e incapaz de garantir as condições mínimas de vida da sua população.

Enquanto o povo cubano vive há décadas na pobreza e escassez alimentar, na falta de medicamentos e na ausência da liberdade, a elite dirigente do regime acumulou fortunas consideráveis.

**Vozes do CH**: — Muito bem!

O Sr. **José Dias Fernandes** (CH): — Segundo estimativas internacionais amplamente divulgadas, a família Castro construiu um vasto património económico ao longo das décadas. Atuou como instrumento geopolítico de expansão soviética e posteriormente como aliado de regimes hostis à democracia liberal.

**Vozes do CH**: — É verdade!

O Sr. **José Dias Fernandes** (CH): — Cuba participou direta e indiretamente em diversos conflitos internacionais durante a Guerra Fria, enviando militares, agentes e apoio logístico para guerras e movimentos revolucionários em África, no Médio Oriente e na América Latina, servindo sempre os interesses estratégicos da União Soviética.

Mais recentemente, o regime de Havana desempenhou um papel ativo no apoio ao regime de Nicolás Maduro, na Venezuela, fornecendo quadros, militares, agentes de segurança e mecanismos de controlo político repressivos destinados à manutenção do poder chavista.

No plano internacional, o Estado cubano mantém uma vasta máquina repressiva dirigida contra jornalistas, independentes, opositores políticos e ativistas dos direitos humanos e cidadãos comuns que ousam contestar o monopólio do Partido Comunista Cubano.

As manifestações populares de 11 de julho de 2021 demonstram claramente o esgotamento do povo cubano, perante décadas de miséria e de ausência de liberdade. A resposta do regime foi brutal: detenções arbitrárias, julgamentos sumários, perseguições políticas e centenas de presos políticos. Organizações internacionais de defesa dos direitos humanos continuam a denunciar detenções arbitrárias, tortura psicológica, censura sistemática e ausência de eleições livres e plurais em Cuba.

A história demonstra que nenhum regime totalitário é eterno. Tal como aconteceu no leste europeu no final do século XX, também o povo cubano tem direito inalienável a escolher livremente os seus governantes, viver em democracia, beneficiar da liberdade de expressão e participar em eleições livres, transparentes, fiscalizadas internacionalmente.

Portugal, enquanto democracia europeia com relações históricas com o mundo ibero-americano, não pode permanecer indiferente perante a opressão do povo cubano.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É um facto! Estamos de acordo!

O Sr. **José Dias Fernandes** (CH): — Por isso, recomendamos ao Governo que condene, de forma clara, inequívoca e pública, a natureza repressiva e antidemocrática do regime comunista cubano e que reconheça uma transição democrática genuína rumo à liberdade.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para apresentar a sua iniciativa, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Se é verdade que há mais de 60 anos que o povo cubano é governado por uma ditadura comunista, não é menos verdade também que há mais de 60 anos é alvo de ingerências externas e de um violento embargo que tem impedido a emancipação da independência económica de Cuba.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Independência? Qual independência?

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — A história diz-nos que os Estados Unidos da América nunca conviveram bem com a existência de um regime comunista perto do seu território. Desde que tomou posse, Donald Trump, o amigo da extrema-direita, tem utilizado o seu poder para violar sistematicamente a lei internacional e lançar o terror em países que considera seus inimigos. Cuba não foi exceção e são várias já as ameaças proferidas pelo Presidente dos Estados Unidos à independência deste país.

E aqui, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, não deixa de ser lamentável não ouvirmos uma palavra de condenação, quer do Chega, quer da Iniciativa Liberal, quer do PSD, quer do próprio CDS, que também apresenta uma iniciativa, em relação à opressão dos Estados Unidos. Efetivamente, para defendermos um povo de um opressor, devemos defendê-lo de todos os opressores e não apenas de alguns.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, no caso de Cuba estar do lado certo da história, há várias vertentes, porque, enquanto devemos reconhecer as violações gritantes dos direitos humanos e a falta de liberdade e de direitos políticos dos cidadãos cubanos, não podemos permitir que um país se veja espezinhado por ameaças e sanções por um outro Estado que se tem revelado cada vez mais antidemocrático.

É neste contexto que tanto Portugal como a União Europeia devem ter um papel a desempenhar. O PAN defende uma posição firme na União Europeia sobre este tema. Defendemos, por um lado, que se acabe o bloqueio de décadas que Cuba tem sofrido...

*Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.*

... e, por outro lado, que sejam promovidos sérios esforços com vista à democratização e à salvaguarda dos direitos humanos deste país.

Não queremos um povo ajoelhado, seja perante ditadores internos, seja perante ditadores externos. Queremos, sim, que o contexto político internacional em que vivemos olhe de forma séria e sem palas ideológicas, mas com uma visão humanista que permita resolver verdadeiramente o problema das pessoas e não agitar as suas bandeiras e cartilhas ideológicas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para apresentar a sua iniciativa, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente: Nós vivemos um tempo em que um conjunto de líderes autoritários tem aspirações imperiais. As ameaças de Trump, Putin ou Netanyahu à ordem internacional, porque querem impor a lei da força, sucedem-se dia após dia. É a tentativa de matar Cuba à fome, é o *bullying* ao Papa, são as ameaças de ocupação da Gronelândia, é a tentativa do saque de petróleo na Venezuela, são as terras raras na Ucrânia, é o genocídio na Palestina, é a perseguição aos cristãos por Israel no Líbano.

Os exemplos sucedem-se e há um exemplo maior que afeta particularmente Portugal, que são os ataques ao Irão. Como é inaceitável e vergonhosa a posição de Portugal sobre esta matéria! É incompreensível que hoje, sabendo as consequências que tem a guerra irresponsável de Trump ao Irão,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O assunto é Cuba!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... Portugal continue a apoiar diplomaticamente e logisticamente esta guerra que os portugueses pagam todos os dias quando vão à bomba de gasolina, quando vão ao supermercado ou quando chega a hora de pagar a prestação da casa.

Mas é também internacionalmente errado. Portugal, como regime democrático, só se pode alinhar na defesa do direito internacional, que é a única forma de proteger as democracias, a liberdade e o direito à autodeterminação de todos os povos, nomeadamente do povo português.

Por isso, esse duplo erro, que pagamos em prestígio diplomático, mas também em consequências económicas, envergonha Portugal e, sobretudo, envergonha o País perante a ação governativa que tem, através da mão de Luís Montenegro.

Assim, trazemos hoje um projeto que é muito claro: Portugal deve posicionar-se ao lado do direito internacional em todos os conflitos, seja no Irão, na Ucrânia, na Gronelândia, na Palestina ou em Cuba, porque só o respeito pelo direito internacional serve a democracia portuguesa.

A desorganização internacional que Trump promove é avessa aos interesses de Portugal, dos portugueses e dos mais de 50 anos de democracia constitucional.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Este debate é sobre Cuba, sobre o comunismo e sobre o povo cubano como vítima desse comunismo.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Irónico é que seja agendado pelo PCP,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... o mesmo PCP que, esta semana, nesta Câmara, defendeu que tinha pena de que o regime soviético tivesse terminado. «Infelizmente terminou o regime soviético», dizia a

Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, porque foram extraordinários os avanços para o povo que trouxe esse regime soviético.

**Vozes do CH:** — Vergonha!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Vergonha!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Vamos então fazer analogia com o que se passa em Cuba. Vamos fazer a analogia.

*Aplausos do CDS-PP e de Deputados do CH.*

Estes extraordinários avanços que o PCP defende que existiram com a União Soviética foram dezenas de milhões de mortos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Dezenas de milhões!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Só com Estaline, 20 milhões de mortos. Foram 20 milhões de detidos nos *gulag*. Foram 2 milhões de mortos nesses mesmos *gulag*.

Sim, da União Soviética que tinha Cuba como satélite. Foram, nesses *gulag*, presos intelectuais — os mesmos intelectuais que o Partido Comunista põe sempre nas listas —, jornalistas, artistas, ciganos, homossexuais e todas as outras minorias étnicas. Todos esses presos, torturados e mortos por um regime que tinha Cuba como um dos seus satélites.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas também o Holodomor, na Ucrânia, matou mais de 4 milhões de pessoas à fome.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Extraordinário!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Vamos ver então a democracia e o respeito pelo direito internacional.

*Aplausos do CDS-PP, do PSD, do CH e da IL.*

Eu acho extraordinário que venha falar do respeito pelo direito internacional o Partido Comunista Português,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... que defende, ainda hoje, a União Soviética, que invadiu a Polónia, a Finlândia, a Estónia, a Letónia, a Lituânia, a Roménia, a Hungria, a Checoslováquia e o Afeganistão, e que, além disso, patrocinou guerras na Indochina, na Coreia, no Vietname, na Etiópia e em Angola.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — E na Alemanha!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ou seja, quem aqui vem dizer que quer defender o direito internacional é quem, ainda hoje, defende um regime que foi responsável por todas estas atrocidades.

*Aplausos do CDS-PP, do PSD, do CH e da IL.*

*Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.*

Srs. Deputados do Partido Comunista, se ainda restasse alguma dúvida, eu lembro só o Pacto Molotov-Ribbentrop...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — São nazis!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... para dizer que, quando falam, por exemplo, para acusar outros de alguma conivência com certas ideias extremistas de outro polo, quem fez um pacto com os nazis foi exatamente a União Soviética que os senhores continuam a defender.

*Aplausos do CDS-PP, do PSD, do CH e da IL.*

Vamos à questão de Cuba. Se nós queremos defender o povo cubano, em primeiro lugar temos de defender o povo cubano do seu principal agressor. Ó Srs. Deputados, o principal agressor do povo cubano é o regime comunista de Cuba. É disso que nós temos de os defender!

*Aplausos do CDS-PP, do PSD, do CH e da IL.*

Nós temos de defender o povo cubano de um regime comunista que os deixa à fome. Nós temos de defender o povo cubano do regime comunista. Como dizia o Sr. Deputado Rui Rocha, num aparte muito oportuno, veja-se lá que, durante estes anos todos, certamente foi o bloqueio dos Estados Unidos que não permitiu que em Cuba tenha havido eleições.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Porque, ó Srs. Deputados, uma eleiçãozinha, um mínimo de democracia,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Zero!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... uma oportunidade para aquele povo dizer o que quer para o seu futuro, uma vez. Uma vez!

*Aplausos do CDS-PP, do PSD, do CH e da IL.*

Os senhores têm uma arrogância tal, que não acham que a fome, as prisões e toda a falta de liberdade sejam suficientes. Os senhores têm uma arrogância tal, que acham sempre que são donos da vontade das pessoas, que são donos do seu destino.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E o que se tem de dizer, em nome do povo cubano, em defesa do povo cubano, é que o comunismo não é dono do futuro de Cuba. O comunismo não é dono da vontade dos cubanos.

*Aplausos do CDS-PP e de Deputados do CH.*

O comunismo não pode continuar a limitar a liberdade do povo cubano. Que Cuba seja livre e, acima de tudo, que seja livre dos comunistas.

*Aplausos do CDS-PP, do PSD, da IL e do CH, com Deputados de pé.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Torres, do Partido Socialista.

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a situação em Cuba exige da Assembleia da República uma posição clara: solidariedade para com o povo cubano, defesa do direito internacional e afirmação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E a condenação do regime totalitário?

O Sr. **João Torres** (PS): — O povo cubano vive, há muitos anos, dificuldades profundas — económicas, sociais e humanitárias —, dificuldades no acesso a bens essenciais, a medicamentos, a energia e a condições de vida dignas.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — E falta de democracia também!

O Sr. **João Torres** (PS): — Perante esta realidade, a nossa prioridade deve ser clara: estar ao lado das pessoas, das famílias, dos trabalhadores, dos jovens que procuram oportunidades, de todos aqueles que vivem diariamente uma crise prolongada.

Por isso, Portugal deve continuar a defender o levantamento do embargo económico, comercial e financeiro imposto a Cuba pelos Estados Unidos da América.

*Aplausos do PS.*

O embargo de que alguns grupos parlamentares não querem falar hoje é uma medida unilateral, que não resolveu os problemas políticos de Cuba, não trouxe mais democracia e não produziu mais liberdade.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Porque será?

O Sr. **João Torres** (PS): — Pelo contrário, agravou dificuldades, reforçou o isolamento e penalizou sobretudo quem menos responsabilidade tem nas decisões políticas do país.

A Assembleia Geral das Nações Unidas condena sucessivamente o embargo e apela ao seu fim. Portugal tem acompanhado, e bem, essa posição, mesmo perante a oposição de sucessivas administrações norte-americanas, e deve continuar a fazê-lo.

No Partido Socialista, sabemos distinguir parceiros, amigos e aliados, mas amizade e aliança não significam subordinação em nenhuma circunstância, assim como, em nenhuma circunstância, abdicamos do chão comum que ajudamos a construir para a afirmação de Portugal no mundo —...

*Aplausos do PS.*

... o chão comum do primado do direito internacional, o chão comum do respeito pela Carta das Nações Unidas, o chão comum da soberania dos Estados e também o chão comum da rejeição de medidas unilaterais, descabidas ou desproporcionais.

Tal como fizemos no passado recente, não deixaremos de assinalar, sempre que tal se verifique e justifique, independentemente da geografia em que estão, violações do direito internacional.

*Aplausos do PS.*

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, os princípios ou se aplicam a todos ou deixam de ser princípios.

Mas dizemos, com a mesma clareza, que ser contra o embargo não significa ignorar problemas internos em Cuba, não significa fechar os olhos a restrições da liberdade de expressão, de associação, de manifestação pacífica ou de participação política plural.

Os direitos humanos não dependem da ideologia ou da conveniência diplomática. São universais e valem, como não poderia deixar de ser, para o regime cubano.

Sr. Presidente, a nossa solidariedade é com os cubanos, insisto, com o povo cubano, com os que sofrem os efeitos do embargo, com os que enfrentam dificuldades económicas, com os que querem viver melhor, com os que querem mais oportunidades, mais prosperidade e, naturalmente, mais liberdade.

A resposta, no entanto, não pode ser a escalada permanente, o isolamento ou a hostilidade. O caminho deve ser o diálogo, a cooperação e a diplomacia. Portugal tem condições únicas para afirmar esta posição, pela sua história, pela sua tradição diplomática e pela sua capacidade singular de construir pontes. Como tal, devemos defender, insisto, o levantamento do embargo, o reforço da cooperação, o respeito pela soberania de Cuba e a defesa firme dos direitos fundamentais e das legítimas aspirações do povo cubano.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, nenhum povo deve viver condenado ao isolamento, à escassez ou ao bloqueio permanente. A posição de Portugal pode e deve ser clara: contra o embargo, a favor do direito internacional; contra o isolamento, a favor do diálogo; contra qualquer forma de repressão e sempre, mas mesmo sempre, a favor das liberdades fundamentais.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento, mas não tem tempo para depois esclarecer.

Sr. Deputado Pedro Pinto, tem 4 segundos para elaborar o pedido de esclarecimento. Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Torres, falou ali em chão comum, aquela conversa da treta de sempre, para adormecer, que o PS gosta de utilizar.

Sr. Deputado, a pergunta é só uma: condena ou não o regime comunista ditatorial que existe em Cuba?

*Protestos do PS.*

É isso que o Partido Socialista tem de dizer, mas continua sempre com «chão comum» para aqui, «chão comum» para ali e nunca responde a nada.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do CDS e da IL e contraprotestos de Deputados do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Por cedência de tempo do Livre ao Partido Socialista, o Sr. Deputado terá 22 segundos para poder esclarecer. Faça favor, Sr. Deputado João Torres.

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, pensei que tivesse prestado um pouco mais de atenção à minha intervenção.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Condenam ou não?!

O Sr. **João Torres** (PS): — Eu reiterarei, aliás, na última frase da minha intervenção, que o Partido Socialista estava sempre ao lado das liberdades fundamentais.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sim ou não?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Condena! Condena!

O Sr. **João Torres** (PS): — E, por mais que custe ao seu grupo parlamentar, nós não nos desviaremos desse caminho.

É evidente que condenamos o regime cubano,...

*Aplausos do PS.*

**Vozes do CH e do CDS-PP:** — Ah!

O Sr. **João Torres** (PS): — ... mas aquilo que não deixamos de fazer é também de assinalar que o embargo é injusto para como o povo cubano.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado, está esclarecido. Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O que hoje discutimos não é apenas política internacional, é humanidade, é dignidade, é o sofrimento real de milhões de pessoas, que vivem às escuras, sem combustível, sem medicamentos e sem esperança.

Cuba atravessa uma crise gravíssima e, quando um povo sofre, a comunidade internacional não pode virar a cara. O embargo e as sanções têm agravado profundamente as condições de vida da população cubana, e isso deve ser denunciado com clareza.

Porém, também não podemos fechar os olhos e assobiar para o lado à falta de liberdade, às detenções arbitrárias e à repressão política que continua a marcar a realidade cubana. Defender direitos humanos não pode depender da geografia nem de ideologias.

Portugal tem responsabilidades históricas, diplomáticas e humanas e deve assumir uma posição firme, equilibrada e solidária, defender a ajuda humanitária urgente, defender o levantamento dos embargos em vigor, condenar os regimes totalitários e exigir respeito pelas liberdades fundamentais, porque, acima dos regimes, das disputas ideológicas e dos interesses políticos, estão os interesses do povo cubano.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Neves, do Partido Social Democrata.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O debate de hoje sobre a situação em Cuba é, ao mesmo tempo, um debate oportuno, mas também um debate revelador.

É oportuno porque a crise humanitária que afeta o povo cubano é real, é grave e não pode ser ignorada por uma democracia europeia como é o caso de Portugal, ainda por cima com os laços históricos que o nosso País mantém com Cuba e com as responsabilidades que temos na vida política internacional.

É também um debate revelador porque alguns dos projetos de resolução aqui apresentados espelham bem, e de forma flagrante, a preferência pela fácil retórica ideológica, e apenas essa, em detrimento da eficácia de atitudes diplomáticas responsáveis.

O PSD tem uma posição muito clara e coerente com a doutrina da política externa que sempre praticámos: a defesa intransigente dos direitos humanos e das liberdades fundamentais; o respeito pelo direito internacional e pela soberania dos Estados; e a recusa de qualquer forma de instrumentalização política, seja ela de sinal ideológico à esquerda ou à direita.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Cuba atravessa a mais grave crise humanitária das últimas décadas. O país deixou de receber combustíveis desde o início do ano, os apagões chegam às 20 horas diárias, tendo ocorrido colapsos totais do sistema elétrico nacional. Devido a isso, mais de 96 000 cirurgias foram adiadas e milhões de doentes crónicos estão sem garantia de tratamentos e de medicamentos.

O Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, já alertou para o risco de colapso humanitário e o Governo português, pela voz do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, tem acompanhado esta situação com enorme atenção e preocupação.

Sr. Presidente, o PSD não tem dificuldade em dizer, claramente, que o embargo económico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América a Cuba, ao longo de mais de seis décadas, é uma política que se revelou historicamente ineficaz nos seus objetivos declarados, mesmo que sejam objetivos positivos que envolvam a defesa da liberdade, dos direitos humanos e da democracia pluripartidária. Mas nenhum destes objetivos foi conseguido com este embargo, bem pelo contrário.

A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou pela trigésima terceira vez consecutiva uma resolução apelando ao levantamento do embargo com maioria esmagadora de Estados, e Portugal é um deles. Sempre fomos!

Mas seria intelectualmente desonesto e politicamente irresponsável limitar a intervenção à condenação das sanções norte-americanas, ignorando a natureza do regime cubano. O PSD não faz isso.

Cuba é, segundo o Relatório V-Dem (Varieties of Democracy) de 2026, classificada como uma autocracia fechada, no lugar 161 em 179 países no índice da democracia liberal; a Freedom House atribui-lhe apenas 9 pontos em 100; de acordo com a organização de defesa dos presos políticos, em março deste ano, havia pelo menos 1214 presos políticos em Cuba; a Amnistia Internacional documenta um padrão persistente de detenções arbitrárias, censura e perseguição de dissidentes, jornalistas e ativistas.

Estes são factos que nós conhecemos e que nós denunciámos!

Esta postura de denúncia é perfeitamente compatível com a postura de enorme solidariedade com o povo de Cuba e contra o embargo de que é vítima.

Esta posição do Governo português deve ser, assim, apelidada de firme, solidária, factual e séria. Lembro que o Governo português decidiu participar financeiramente num programa voluntário de assistência humanitária da Organização Mundial da Saúde, contribuindo imediatamente nesse programa de emergência e de apoio ao povo cubano.

*Aplausos do PSD.*

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O futuro de Cuba pertence aos cubanos. Significa isto que é o povo cubano que deve escolher livremente os seus governantes em eleições pluralistas e livres e significa também liberdade de imprensa, de associação e de expressão.

O PSD apresenta-se neste debate com uma posição que recusa os extremos e que recusa a romantização do regime cubano, que surge em alguns projetos da esquerda que querem esquecer a realidade do povo que é vítima do socialismo.

O PSD também recusa a indiferença perante o sofrimento humanitário causado diretamente por sanções que são injustas.

É, na verdade, a posição de um partido que acredita que a defesa dos direitos humanos e o respeito pelo direito internacional não são valores contraditórios, mas são valores complementares.

É a posição de um partido que sabe que Portugal, pela sua história, pela sua posição geográfica, tem um papel a desempenhar nesta questão. É a posição de um partido e de um país amigo e solidário, acima de tudo, com o povo de Cuba.

Sr. Presidente, o povo cubano merece liberdade, merece alimentos, merece medicamentos e merece energia. Merece eleições livres e o direito de decidir o seu próprio futuro.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Portugal deve estar ao seu lado. É esta a mensagem que o PSD traz hoje a este Plenário.

*Aplausos do PSD.*

*Entretanto, reassumiu a presidência o Vice-Presidente Diogo Pacheco de Amorim.*

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais inscrições, passamos ao encerramento, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Raimundo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há quem se tivesse assumido neste debate como porta-voz e megafone dos Estados Unidos. Fizeram mal! Fizeram mal!

*Protestos do PSD e do CH.*

Mais uma vez: fizeram mal! E há quem tenha a ousadia, diria, e a falta de honestidade de passar por cima de um bloqueio criminoso que há mais de 60 anos pretende sim, de facto, isolar Cuba e o seu povo.

Esta é a questão fundamental que está a criar a situação tal qual como ela está.

É preciso um descaramento brutal,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade, é preciso descaramento!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... se me permitem, Srs. Deputados, para vir acusar Cuba e o seu povo das consequências da vida difícil que travam decorrente do embargo, como nenhum outro país à sua volta, e ainda bem, enfrenta. Nenhum país à volta de Cuba enfrenta a dimensão de 2000 sanções, várias e várias linhas de embargo económico, financeiro, comercial. É esta a realidade!

Eu sei, para aqueles que passam ao lado do embargo, qual é o problema: não toleram que, apesar disso tudo, o povo cubano e Cuba resistam de forma criativa para enfrentar a brutal situação.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Enfrentar...?

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Mais, é esse povo que está a tomar nas suas mãos o seu próprio destino pela vontade do próprio povo.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Então não está?!...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Portanto, eu diria que há um aspeto que, na intervenção que me antecedeu, me tranquilizou, porque eu não queria crer que o posicionamento do Governo português face a esta matéria fosse fundamentado a partir do ódio que foi aqui transmitido pela intervenção do CDS...

*Protestos do CDS-PP.*

... do ódio, da mentira e da demagogia.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Que disparate! Foi em defesa da liberdade!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Ainda bem. Desse ponto de vista, fico tranquilo com a intervenção que fez, Sr. Deputado.

*Protestos do CDS-PP.*

Em defesa dos princípios da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional, é este o nosso papel e a posição que temos de tomar, é isso que está em causa, é isso que se exige a esta Assembleia, a este Parlamento e a um Governo que quer integrar o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, vamos passar ao ponto 5 da nossa ordem do dia, que consiste na discussão conjunta do Projeto de Resolução n.º 839/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda a Promoção Ativa da Igualdade entre Mulheres e Homens no Trabalho, os Projetos de Lei n.ºs 497/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Estabelece um regime de incentivos à representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração das sociedades comerciais não cotadas e promove a adoção de planos para a igualdade nas empresas, 527/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Reforça o regime de representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa, 579/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, combatendo a disparidade salarial de género, e os Projetos de Resolução n.ºs 850/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que promova medidas que combatam a desigualdade salarial e discriminação entre homens e mulheres, 853/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Pela valorização dos salários e eliminação das discriminações salariais entre homens e mulheres, 857/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela aprovação de uma Estratégia Nacional para a Igualdade Remuneratória e de Oportunidades entre Mulheres e Homens, 860/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo a implementação de medidas para a promoção da igualdade salarial de género e 868/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo a transposição imediata da diretiva europeia para reforçar a igualdade salarial entre mulheres e homens.

Para apresentar o projeto de resolução do CDS-PP, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Nuncio.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A igualdade entre homens e mulheres no trabalho não é nem nunca foi um tema exclusivo da esquerda — aliás, era só mais o que faltava que assim fosse.

*Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.*

É, sim, uma questão de justiça, de responsabilidade social e, sobretudo, de compromisso com as famílias portuguesas.

O CDS reafirma hoje que a defesa da família passa por políticas ativas que permitam a homens e a mulheres conciliarem a sua vida profissional com a maternidade e com a paternidade, sem receios, sem penalizações e sem desigualdades.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — A maternidade e a paternidade não devem ser um obstáculo à ascensão profissional e à progressão na carreira.

Portugal, como todos sabemos, enfrenta hoje um dos maiores desafios demográficos na Europa. A taxa de natalidade está em queda há muitos anos e muitos casais não têm os filhos que gostariam de ter, não por falta de vontade, mas por, muitas vezes, o mercado de trabalho continuar a penalizar as pessoas que querem constituir família e querem ter filhos em Portugal.

Esta realidade é injusta e profundamente contrária ao bem comum. Por isso, defendemos políticas de promoção ativa da igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

As mulheres não podem continuar a ser prejudicadas porque normalmente usufruem de um tempo mais longo nas licenças de parentalidade.

Mas o que está em causa neste tema e neste projeto de resolução que o CDS apresenta não é apenas a questão da carreira individual e da igualdade entre homens e mulheres no trabalho, é o futuro do nosso País, porque esta questão é também crucial para que em Portugal volte a crescer o número de nascimentos.

Por isso, na nossa iniciativa, propomos um conjunto de medidas muito concretas. Desde logo: maior transparência salarial entre homens e mulheres, através da divulgação de relatórios anuais que demonstrem a evolução da igualdade ao longo dos anos; programas de capacitação que promovam a ascensão profissional de homens e de mulheres; programas de formação e de reconversão profissional; e políticas de flexibilidade profissional que permitam uma partilha mais equilibrada das responsabilidades familiares.

Estas medidas não são ideológicas; pelo contrário, são medidas necessárias e profundamente alinhadas com uma visão que coloca a família no centro da vida social.

A diretiva europeia, que ainda temos de transpor durante este ano, reforça a igualdade da remuneração e a transparência salarial, mas Portugal não se deve limitar a cumprir a diretiva nesta matéria. Entendemos que Portugal deve aproveitar esta oportunidade para mostrar que a defesa da vida deve passar por um conjunto de políticas sérias e sustentáveis que visem reforçar a igualdade de oportunidades.

Srs. Deputados, a igualdade entre homens e mulheres no trabalho é uma condição essencial para que as famílias possam florescer, para que os casais possam ter os filhos que mais desejam e para que Portugal tenha futuro.

O CDS reafirma, hoje, com a convicção de sempre, que este é um tema que deve dizer a todos, um tema da família, um tema da responsabilidade e da igualdade, um tema do futuro de Portugal.

Por isso, esperamos que este tema mereça o acordo unânime de todas as bancadas parlamentares.

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, inscreveu-se a Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Faro, do PS, a quem dou a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Faro** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados.

Sr. Deputado Paulo Nuncio, agradecemos a bondade da vossa recomendação, mas, de facto, o CDS deixa os portugueses um pouco confusos.

Como é que o CDS, que é um dos partidos que apoia e suporta este Governo, vem falar sobre este tema — igualdade salarial — e elabora este tipo de recomendação tão pueril? Passo a citar a recomendação que está no vosso projeto de resolução: «O Governo deverá implementar medidas que incentivem a flexibilidade de horários e o trabalho remoto, permitindo que homens e mulheres partilhem as responsabilidades familiares de forma equilibrada.»

Ó Sr. Deputado, como é que pode falar de igualdade salarial quando, no âmbito da legislação laboral, apoia o Governo e quer desregular os horários de trabalho? Quando quer desproteger pais e mães com filhos menores? Quando quer aumentar a precariedade laboral?

Do mesmo modo, recorde-lhe, Sr. Deputado, que se a transposição da diretiva da União Europeia, como referiu, sobre a transparência salarial já estivesse implementada — como devia, porque o final é até junho — e estivesse em pleno funcionamento no nosso ordenamento jurídico, iria favorecer, entre outras coisas, a igualdade salarial entre homens e mulheres.

Ó Sr. Deputado, não acha que já é tempo de o CDS deixar de ser a muleta do Governo...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eh, lá!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Faro** (PS): — ... e honrar a história do vosso partido?

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra, para responder, o Sr. Deputado Paulo Nuncio.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Faro, do PS, muito obrigado pelas perguntas que me fez.

Começo pela última, a questão da muleta: o CDS está a propor precisamente uma coisa que defende há 50 anos, desde que nasceu. É prova de que o CDS continua vivo e bem vivo.

Agora, quero dizer-lhe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que a razão de ser da reforma é exatamente para promover a família.

*Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.*

**Vozes do PS**: — Não mudou nada!

A Sr.<sup>a</sup> **Elza Pais** (PS): — É a sua conceção de família! É mulheres em casa!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — De família percebem muito vocês, principalmente para arranjam tachos!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Passo a palavra ao Sr. Secretário da Mesa, para anunciar os resultados da votação que esteve a decorrer.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, é para anunciar à Câmara o resultado da eleição para o Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, S.A.

Procedeu-se à eleição de membros para o Conselho de Opinião da RTP, como é sabido, tendo-se obtido o seguinte resultado: num universo de 190 votantes, registaram-se 150 votos a favor, 24 votos em branco e 16 votos nulos. Declaram-se, portanto, eleitos os candidatos da Lista A.

*Aplausos do CH e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para a apresentação do Projeto de Lei n.º 497/XVIII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Estabelece um regime de incentivos à representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração das sociedades comerciais não cotadas e promove a adoção de planos para a igualdade nas empresas, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente: Quase poderíamos agradecer ao CDS o agendamento deste debate, não ficando claro, na sua iniciativa, que não passa de uma mera proclamação de intenções, em particular a de, mais uma vez, mandar as mulheres para casa.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É ao contrário, Sr.<sup>a</sup> Deputada! Seja séria!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — É que, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, na hora de votarmos, em concreto, propostas nesta Assembleia, como a do alargamento da licença parental partilhada entre homens e mulheres, como é que votou o CDS? Não votou a favor das iniciativas que aqui trouxemos.

Quando uma mulher e um homem trabalham exatamente da mesma forma, têm as mesmas qualificações, a mesma experiência profissional, a mesma responsabilidade, e ainda assim recebemos menos 8,4 %, estamos perante uma discriminação estrutural inaceitável, que já se procurou corrigir com várias iniciativas neste Parlamento. E como é que, mais uma vez, votou a bancada que suporta o Governo? Não votaram a favor, votaram contra.

Mais: quando olhamos para os conselhos de administração das empresas portuguesas e continuamos a ver as mulheres afastadas dos centros de decisão, apesar de serem hoje a maioria, nomeadamente a nível dos diplomados no ensino superior, percebemos que o talento das mulheres continua a encontrar barreiras que os homens nunca tiveram de atravessar. E aí, mais uma vez, como é que votam os que hoje batem no peito, a dizer que são a favor da igualdade? Não votam a favor, votam contra.

É que, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, continuamos a ser aconselhadas a esperar. Continuamos a ouvir que a meritocracia há de fazer o seu caminho,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é nada disso!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... que um dia o mercado vai resolver ou que um dia a cultura vai mudar. Continuamos a ouvir que tudo vai ser diferente na próxima geração. Só que, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o problema é que as mulheres já esperaram demasiado tempo e há demasiadas gerações.

Por isso mesmo, no debate de hoje, o PAN diz claramente, mais uma vez, que a igualdade não pode existir apenas nos discursos do 8 de março.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Eu não disse nada disso!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — A igualdade tem de existir no recibo de vencimento, tem de existir na promoção da carreira e, de uma vez por todas, tem de chegar à sala onde se tomam as decisões. É por isso que defendemos uma estratégia nacional clara.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a igualdade entre homens e mulheres não pode ser apenas um *pin* na lapela. Como diria Sophia, «porque os outros têm medo mas tu não», aquilo a que apelamos é que este Parlamento não seja uma mera testemunha da mudança, mas seja, sim, um protagonista que não deixe jamais, verdadeiramente...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para a apresentação do Projeto de Lei n.º 527/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Reforça o regime de representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Elza Pais, do Partido Socialista.

A Sr.<sup>a</sup> **Elza Pais** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O projeto que o PS aqui apresenta hoje é para travarmos o desperdício do saber e das qualificações das mulheres nas lideranças empresariais.

Com a lei de 2017 — uma proposta do Governo socialista que definiu pela primeira vez a obrigatoriedade do equilíbrio de género para as lideranças empresariais —, a representação das mulheres aumentou de 15 % para 36 % nos conselhos de administração. Ou seja, em sete anos, mais do que duplicou a presença das mulheres nos conselhos de administração. No entanto, verificou-se que, ao longo destes anos, só 17 % dos cargos executivos são ocupados por mulheres, ou seja, as mulheres são maioritariamente para os lugares não executivos. Isto é, a lei foi aplicada, mas foi perversamente aplicada, dado que o aumento dos cargos ocupados por mulheres se deveu, sobretudo, ao crescimento da sua representação nos cargos não executivos, que, ao fim e ao cabo, têm muito menos poder.

*Aplausos do PS.*

*Protestos da Deputada do PSD Sandra Pereira.*

É esse efeito perverso — repito, efeito perverso — da aplicação da lei, que manda as mulheres para os lugares de menos poder, que hoje queremos corrigir. Queremos que a lei se aplique autonomamente a lugares executivos e a lugares não executivos; queremos que fique claro e não haja dúvidas de que esta lei também é para o setor empresarial local; queremos também aumentar o limiar da representatividade para 40 %, em linha, aliás, de um modo geral, do que está definido na diretiva europeia, que devia ter sido transposta há dois anos e ainda não foi;...

*Protestos da Deputada do PSD Sandra Pereira.*

... queremos, ainda, que os incumprimentos deixem de dar em nada e passem a implicar nulidade consequente do ato.

O objetivo deste projeto é apenas um: valorizar o talento das mulheres. As mulheres portuguesas são hoje mais qualificadas, em média, do que os homens, nas novas gerações do ensino superior, mas poucas chegam a lugares de decisão nas profissões — apenas 16 %.

Não queremos, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, lugares de liderança por sermos mulheres, mas, por sermos mulheres, não podemos ser excluídas da liderança.

*Aplausos do PS.*

Este é um projeto para combater a discriminação das mulheres nas lideranças. Essa exclusão não acontece por falta de competência, não acontece por falta de qualificações, Sr.<sup>as</sup> Deputadas. O problema não está, obviamente, na falta de talento — só não o vê quem não quer. O problema é de acesso ao poder. Ou seja, as mulheres permanecem afastadas dos lugares onde se decide a estratégia, o investimento, a liderança e o futuro

económico do País. Persistem barreiras invisíveis que impedem as mulheres de chegar aos lugares de decisão, como redes de influência fechadas, entre tantas outras.

Foi precisamente porque essas barreiras existiam que a lei foi aprovada, em 2017, e os resultados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, são bem claros. Quando o Estado define metas concretas, a representação feminina aumenta. A mudança, como sabemos, é lenta, mas sem instrumentos legais, sem leis que a obriguem, ela será ainda muito mais lenta, como diz, ao fim e ao cabo, a Organização das Nações Unidas.

Esta lei também promove a competitividade nas empresas. Como diz o Banco Mundial, mais igualdade é mais competitividade. Por isso, o nosso projeto é para promover a igualdade, é para combater o desperdício do talento das mulheres, é para promover a conciliação no feminino e no masculino, é para combater as desigualdades salariais — tudo isto com mais competitividade.

Sim, é possível. Haja vontade política, como sempre houve do lado do PS e como está a faltar do lado do...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PS e do Deputado do L Paulo Mucho.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem um pedido de esclarecimento. Para o fazer, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sandra Pereira, do PSD.

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Pereira** (PSD): — Sr. Presidente, para iniciar, queria esclarecer que a diretiva não está em vigor no ordenamento jurídico português, porque o Partido Socialista não a transpôs.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do PS.*

Sr.<sup>a</sup> Deputada, a diretiva é de 2022, o prazo para a transposição era até dezembro de 2024 e o Governo da AD não encontrou nenhum trabalho preparatório para a transposição da diretiva.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Dois anos depois!

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Pereira** (PSD): — Aliás, isto é assim em muitas temáticas: os senhores apressam-se a vir apresentar um projeto de lei que, na sua substância, faz a transposição da diretiva, mas, no Governo, atrasam-se nessa própria transposição.

**Vozes do PSD:** — Muito bem! Bem lembrado!

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Pereira** (PSD): — Queria dizer que o Partido Socialista vem comportar-se aqui, neste Parlamento, como se nos últimos dez anos não tivesse governado oito. Por isso, importa perceber porque é que, depois de tantos anos de governação socialista, Sr.<sup>a</sup> Deputada, continuamos ainda a discutir os mesmos temas.

Porque é que continuamos com mulheres a estarem mais expostas a baixos salários, precariedade e maiores dificuldades de progressão salarial? Porque continuam os cargos de decisão a ser maioritariamente ocupados por homens? E por que razão persistem as desigualdades salariais, que sucessivos Governos socialistas prometeram combater, elegeram como prioridade e não conseguiram fazer?

Eu respondo-lhe, Sr.<sup>a</sup> Deputada: é porque falharam, porque não apresentaram resultados além das intenções.

Não basta legislar, é preciso promover políticas que combatam as causas estruturais das desigualdades.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Elza Pais.

A Sr.<sup>a</sup> **Helga Correia** (PSD): — Não tem tempo!

A Sr.<sup>a</sup> **Elza Pais** (PS): — Sr. Presidente, responderei com todo o gosto, se tiver tempo. Se algum partido, nomeadamente o PSD, me quiser transferir algum tempo para eu responder, terei todo, mas mesmo todo o gosto.

*Pausa.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr.<sup>a</sup> Deputada, graças ao Livre, tem 20 segundos. Tem a palavra, para responder.

A Sr.<sup>a</sup> **Elza Pais** (PS): — Dois anos de governação, Sr.<sup>a</sup> Deputada?! Isso é uma desculpa esfarrapada,...

*Aplausos do PS e do Deputado do L Paulo Mucho.*

*Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.*

... que vos envergonha, nomeadamente no desinvestimento que os senhores estão a fazer em políticas de igualdade. Estão a andar para trás nos direitos das mulheres no trabalho, nos direitos das mulheres na saúde, em todo o lado, nas escolas...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PS.*

*Protestos do PSD e contraprotestos do PS.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Passamos para o Projeto de Lei n.º 579/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, combatendo a disparidade salarial de género. Para o apresentar, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Dezasseis de novembro de 2025, Dia Nacional para a Igualdade Salarial, uma data simbólica que marcou o momento em que, comparando a remuneração média de mulheres e homens, as mulheres passam a trabalhar, na prática, sem remuneração.

Em Portugal, as mulheres recebem menos 161 € por mês de remuneração média do que os homens. Se incluirmos prémios, subsídios e trabalho suplementar, essa diferença sobe para os 242 € mensais. Ora, se a Constituição consagra «para trabalho igual salário igual», então, estes números representam uma falha séria na nossa sociedade e no nosso mercado de trabalho.

Não, esta desigualdade não existe porque as mulheres estudam menos ou têm menos qualificações. Todos sabemos que, hoje em dia, os dados mostram exatamente o contrário: as mulheres são maioritárias nas licenciaturas, nos mestrados e nos doutoramentos. Mesmo assim, entre pessoas com ensino superior, as mulheres recebem menos 565 € por mês de remuneração base. Considerando todas as componentes do ganho, a diferença chega aos 674 € mensais. Nos cargos de chefia, ultrapassa os 800 € por mês.

Isto mostra-nos uma realidade evidente: a desigualdade salarial é estrutural e vai-se construindo ao longo da vida, infelizmente. Constrói-se nas escolhas educativas, condicionadas por estereótipos, na segregação profissional, na progressão na carreira, na penalização da maternidade, na distribuição desigual do trabalho de cuidado. E continua a existir porque muitas empresas ainda valorizam mais a disponibilidade permanente do que a competência e do que a produtividade.

É por isso que é preciso fazer mais ainda do que proibir a discriminação salarial. É preciso tornar esta desigualdade visível, fiscalizável e desvantajosa. E é isso que o Livre, hoje, vem propor. Apresentamos um projeto de lei, em que propomos que o incentivo fiscal à valorização salarial passe também a premiar empresas que reduzam desigualdades remuneratórias entre homens e mulheres.

Hoje, o Estado já concede benefícios fiscais às empresas que aumentam salários, mas esses benefícios não podem ser neutros perante a desigualdade de género nos salários, que persiste, e o dinheiro público não deve financiar a discriminação.

Também apresentamos um projeto de resolução, em que defendemos a transposição imediata, finalmente, da diretiva europeia da transparência salarial. Este Governo já teve mais de dois anos para o fazer.

Os que pagam de forma justa não devem ter medo da transparência. Só que, para haver transparência, tem de haver fiscalização. É por isso que propomos, também, o reforço da Autoridade para as Condições do Trabalho, para que tenha meios humanos e financeiros adequados para fiscalizar o cumprimento da igualdade salarial em todo o território nacional.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, quando se diz que as mulheres têm mais perfil para cuidar, aquilo que, muitas vezes, se está realmente a dizer é que devem continuar a suportar, gratuitamente ou com penalização salarial, o trabalho que sustenta a sociedade inteira: cuidar das crianças, dos idosos, da família e da vida quotidiana. O Livre não aceita isso.

As mulheres não ganham menos porque valem menos. As mulheres não ganham menos porque são menos qualificadas.

*Aplausos do L e de Deputados do PS.*

Ganham menos porque ainda existe uma organização social e laboral que penaliza quem cuida e recompensa quem vive como se não tivesse responsabilidade de cuidado. É isso que não admitimos.

A desigualdade salarial não se combate com proclamações: combate-se com transparência, fiscalização e com políticas públicas que recusam financiá-la.

*Aplausos do L e da Deputada do PS Elza Pais.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Passamos ao Projeto de Resolução n.º 850/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que promova medidas que combatam a desigualdade salarial e discriminação entre homens e mulheres. Para o apresentar, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Lina Pinheiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Lina Pinheiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Hoje, falamos de justiça. Falamos de milhares de mulheres portuguesas que trabalham o mesmo, que dão o mesmo e, no final do mês, continuam a receber menos do que os homens. Isto não é igualdade, isto é injustiça.

Em 2025, continuou a existir uma diferença salarial de 12,5 % entre homens e mulheres. Isso significa que muitas mulheres trabalham cerca de 46 dias por ano sem receber aquilo que seria justo — 46 dias! É mais de um mês e meio de trabalho desvalorizado, mais de um mês e meio de desigualdade, mais de um mês e meio de silêncio.

Esta realidade continua bem presente. Só este ano, cerca de 4000 empresas foram notificadas pela Autoridade para as Condições do Trabalho por apresentarem diferenças salariais superiores a 5 % entre homens e mulheres.

Há uma consequência desta desigualdade de que quase ninguém fala: a dependência financeira. Quando uma mulher ganha menos, durante anos, torna-se mais vulnerável e, muitas vezes, essa dependência prende mulheres em relações abusivas, em humilhações e, até, em situações de violência doméstica, porque, quando falta independência financeira, muitas vezes, falta também liberdade para sair, recomeçar e proteger os seus filhos. Combater a desigualdade salarial também é proteger mulheres, também é dar autonomia, também é dar dignidade.

O Chega apresenta esta proposta porque acredita num princípio simples: trabalho igual tem de significar salário igual, sem desculpas, sem silêncio, sem discriminação. Defendemos mais fiscalização, defendemos mais proteção para quem denuncia e defendemos mais transparência salarial, porque onde há silêncio, cresce a injustiça.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Lina Pinheiro** (CH): — Hoje, cada partido terá de assumir a sua responsabilidade. Votar a favor desta proposta é defender justiça, mérito e dignidade para milhares de mulheres portuguesas. Votar contra é escolher manter uma desigualdade que continua a prejudicar mulheres, todos os dias.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Lina Pinheiro** (CH): — Hoje, cada voto mostrará claramente de que lado está cada partido: do lado da justiça ou do lado da desigualdade. O Chega escolhe estar ao lado das mulheres portuguesas. Esperamos que os restantes partidos tenham a coragem de fazer o mesmo.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Passamos ao Projeto de Resolução n.º 853/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Pela valorização dos salários e eliminação das discriminações salariais entre homens e mulheres. Tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, para a apresentação deste projeto.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A realidade é um poderoso libelo contra as políticas de sucessivos Governos para o trabalho — e deste Governo em particular —, que mantêm toda a sorte de discriminações, e confronta as visões hipócritas e reacionárias que as inspiram.

As mulheres auferem salários mais baixos, são mais atingidas pela precariedade, cumprem horários longos e desregulados, são vítimas dos maiores atropelos aos direitos de maternidade e continuam vítimas da desigualdade salarial, ao arrepio das garantias da Constituição da República Portuguesa e da lei.

Mais de metade das trabalhadoras portuguesas, isto é, 56 %, recebe no máximo 1000 € por mês, segundo dados de novembro de 2025. De entre elas, uma em cada cinco recebe o salário mínimo nacional de 870 €. A precariedade atinge um quarto do total das mulheres trabalhadoras e mais de metade das jovens trabalhadoras com menos de 25 anos.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — E os grandes grupos económicos?!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Trata-se de um quadro que o Governo da AD (Aliança Democrática) e a direita em geral querem agravar ainda mais com o pacote laboral: a declaração de guerra aos trabalhadores.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — E as empresas energéticas?!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — A AD, o Chega e a IL querem aprofundar a desregulação dos horários de trabalho, penalizando ainda mais as mulheres, quando 1 milhão e 300 mil são já vítimas desse processo de exploração e apenas 20 % têm horários regulados.

Apesar de realizarem trabalho igual, as mulheres auferem, em média, menos 14,4 % do que os seus colegas homens. É uma realidade com a qual este Parlamento não pode ser cúmplice.

Estatisticamente, as mulheres são mais escolarizadas e mais qualificadas do que os homens, mas nem assim se livram da triste e reacionária sina da discriminação nos salários e nas carreiras. Entre os quadros médios, portanto, qualificados, ganham menos 15,6 % do que os homens. Essa diferença sobe para 25,4 % entre os quadros superiores.

As jovens e as mulheres bem se estafam a estudar, a qualificar-se, a bater-se pelo lugar digno que é seu, mas ainda têm de esforçar-se mais — ainda mais! —, segundo a piedosa proposta do CDS-PP, que motiva este debate.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Outra vez a Igreja, a doutrina social da Igreja!...

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — As mulheres podem ser tão ou mais qualificadas do que os homens, esfalfar-se a trabalhar, ter tanto ou mais mérito, mas, como não terão nascido com os dotes inatos da responsabilidade, evidentemente próprios do homem, há que resgatá-las do estado de inaptidão próprio do sexo feminino. Eis por

que o CDS-PP propõe a criação, e vou citar, de «programas de capacitação» — sublinho, capacitação! —, «com o objetivo de promover a ascensão profissional das mulheres e garantir a sua presença em cargos de maior responsabilidade».

É preciso ter topete, Srs. Deputados! É um atrevimento que apouca as mulheres, que ofende a sua dignidade e que não tem desculpa.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Faro** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o PCP tem, desde há muito, posições, iniciativas, ações e propostas claras em relação ao respeito concreto pelas garantias constitucionais. No seu projeto de resolução, o PCP vai ao fundo das questões e aponta as medidas para travar os abusos e as injustiças, como o reforço dos meios inspetivos da Autoridade para as Condições do Trabalho.

*Aplausos do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Elza Pais** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, para uma intervenção.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A desigualdade salarial entre homens e mulheres não é um problema do passado que esteja a desaparecer com o tempo. Esta desigualdade de género repete-se e reforça-se nos vários ciclos económicos.

É verdade que, hoje, em Portugal, já não há contratos que digam que os homens têm um salário maior do que o das mulheres, mas, na prática, a diferença existe. Estudos mais aprofundados, como os do Observatório Género, Trabalho e Poder, apuram uma diferença salarial superior a 17 %.

Isso é permitido pela falta de transparência salarial. Esta desigualdade é promovida por sistemas remuneratórios baseados em prémios, com forte viés de género, sobretudo porque a desigualdade na esfera familiar entra no mundo do trabalho.

Precisamos, por isso, de uma lei de transparência salarial para corrigir esta injustiça, porque a trabalho igual tem mesmo de corresponder salário igual.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, para uma intervenção.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A igualdade não pode continuar a ser apenas uma intenção bonita escrita na lei. Tem de ser uma realidade concreta nos locais onde se decide o futuro das empresas, da economia e da vida das pessoas.

Temos de reconhecer uma evidência: as mulheres continuam com salários inferiores e sub-representadas nos cargos de topo, isto apesar da sua competência, da sua formação e do contributo decisivo que dão todos os dias à sociedade portuguesa.

Entendemos que uma sociedade moderna, equilibrada e justa tem de exigir igualdade de oportunidades e tem de exigir, também, coragem política para combater as desigualdades estruturais que persistem há décadas.

Mais diversidade significa melhor governação, mais transparência e decisões mais equilibradas, e isso beneficia empresas, trabalhadores e o nosso País, porque uma democracia madura mede-se, também, pela forma como garante espaço e voz a todos, sem exclusões e sem barreiras invisíveis.

O que discutimos não são apenas números. Trata-se, acima de tudo, de justiça e respeito pela capacidade genuína de todas as mulheres.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra, agora, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Cordeiro, da IL, para uma intervenção.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Há um princípio que devia ser óbvio, uma pessoa deve ser remunerada pela função que desempenha, pelas responsabilidades que assume, pela experiência, pelo seu desempenho, pelo valor que cria, pelo mérito, nunca por ser homem ou por ser mulher.

**Vozes da IL:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Cordeiro** (IL): — Portanto, sempre que há discriminação remuneratória, ela deve ser identificada e corrigida.

O problema existe e não vale a pena fingir que não.

Sabemos, obviamente, que continuam a existir desigualdades salariais entre mulheres e homens. Algumas podem resultar de setores de atividade, funções, percursos, tempo de trabalho, escolhas individuais, mas, sim, existem outras. Existem situações em que as mulheres são prejudicadas na sua remuneração, na sua progressão profissional ou nas suas oportunidades de carreira, nem sempre de forma explícita, nem sempre de forma assumida, mas muitas vezes através de regras, práticas ou culturas organizacionais que acabam por produzir esse efeito.

Sabemos também que a maternidade continua a ter um custo profissional para as mulheres. Isto deve ser identificado, deve ser corrigido. E até aqui, creio que estamos todos de acordo, a diferença está nas soluções.

A Iniciativa Liberal acompanha medidas que aumentem a transparência salarial, acompanha a transposição da diretiva europeia nesta matéria, acompanha mecanismos que permitam aos trabalhadores conhecer melhor os seus direitos, e acompanha uma fiscalização mais eficaz, quando existem indícios de discriminação.

Mas não acompanhamos tudo o que, em nome da igualdade, acaba por criar mais controlo, mais burocracia e mais dirigismo. Não acompanhamos quotas na gestão das empresas, nem diretas, nem através...

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Cordeiro** (IL): — ... de incentivos públicos. Não acompanhamos benefícios fiscais cada vez mais complexos, assentes a indicadores que dizem pouco sobre a existência ou não de discriminação. Não acompanhamos a publicação indiscriminada de dados remuneratórios, com problemas evidentes de privacidade e proporcionalidade.

A transparência é importante, mas transparência não é exposição sem critério.

A Sr.<sup>a</sup> **Angélique Da Teresa** (IL): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Cordeiro** (IL): — A fiscalização é importante, mas fiscalização não é fixar metas políticas de inspeções por tema, como se a ACT (Autoridade para as Condições do Trabalho) não devesse atuar com base no risco, nos dados, e na gravidade das situações.

Combater discriminações é essencial, mas combater discriminações não é substituir o mérito por quotas, nem transformar cada problema real num novo plano, numa nova estratégia, num novo relatório ou numa nova obrigação.

O Estado deve garantir que ninguém é discriminado, mas não deve gerir as empresas por dentro, não deve decidir quem lidera e, muito menos, deve presumir que uma mulher precisa de uma quota para chegar onde merece chegar.

*Aplausos da IL.*

É nisto que nos devemos concentrar, em mais transparência salarial, em critérios objetivos de avaliação de desempenho e de progressão, em fiscalização quando existe discriminação, em maior conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, em creches, em licenças parentais mais equilibradas, em formas flexíveis da organização do trabalho e, claro, numa economia mais produtiva, capaz de pagar melhores salários a todos.

O objetivo é simples, que cada pessoa possa trabalhar, progredir, e liderar, ser remunerada pelo seu mérito, pelo seu trabalho e pelo seu valor. Isto, independentemente de ser homem ou mulher.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Muito obrigada, Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Cordeiro. Tem agora a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sandra Pereira, do PSD. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Pereira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Combater desigualdades no mercado de trabalho exige políticas públicas sérias, coerentes e integradas e que apresentem resultados.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Pereira** (PSD): — Porque a desigualdade salarial entre mulheres e homens não resulta de uma única causa e, por isso, também não se resolve com uma única medida. Ela resulta da segregação profissional, das dificuldades de progressão nas carreiras, da desvalorização de setores altamente feminizados, mas também da desigual repartição das responsabilidades familiares e de cuidado.

Não basta criar mecanismos formais impositivos se não forem enfrentadas as causas profundas das desigualdades.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, construímos igualdade através da valorização dos salários. Construímos igualdade através do aumento progressivo do salário mínimo nacional, que passou de 820 €, em 2024, para 920 €, em 2026. Uma medida com impacto particularmente relevante em setores mais feminizados e historicamente mal remunerados.

Construímos igualdade através do reforço da rede de creches gratuitas e das respostas de apoio à infância, porque a falta destas respostas continua a penalizar, sobretudo, as mulheres no acesso à permanência no mercado de trabalho.

Construímos igualdade através das medidas de flexibilização e conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, essenciais para garantir igualdade efetiva de oportunidades,...

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Não se tem visto nada!

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Pereira** (PSD): — ... que constam na reforma laboral Trabalho XXI. Porque, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, não é possível afirmar num dia que a igualdade salarial é uma prioridade absoluta e, no dia seguinte, rejeitar medidas que promovem uma partilha, mais equilibrada, da licença parental entre pai e mãe.

Não é possível defender...

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

... igualdade no discurso e, depois, ignorar uma das principais causas das desigualdades no mercado de trabalho.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, creiam nisto: enquanto a parentalidade continuar a recair predominantemente sobre as mulheres, continuaremos a ter desigualdades na produção profissional, na remuneração e no acesso aos cargos de decisão.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso é verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Pereira** (PSD): — Construímos igualdade...

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

... ainda antes da entrada no mercado de trabalho, nas escolhas educativas, nas expectativas sociais e nas oportunidades dadas às jovens raparigas. Projetos como o de raparigas nas STEM (Ciências, Tecnologias, Engenharias e Matemáticas), que está a ser levada a cabo pelo Governo, ajudam a desenvolver e a combater estereótipos, incentivando novas vocações e promovendo a presença feminina em áreas mais qualificadas e mais bem remuneradas.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, tudo isto são medidas concretas que o Governo tem levado a cabo, com impacto real na vida das famílias e na redução das desigualdades. Estamos à vontade para comparar dois anos de governação do Governo da AD com oito anos do Partido Socialista.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do PS.*

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não é à vontadeinha!

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Pereira** (PSD): — E Srs. Deputados, importa dizer com clareza que Portugal tem obrigações europeias nesta matéria e o Governo já aqui assumiu, perante este Parlamento, que está a trabalhar na transposição dessa diretiva.

É difícil compreender que o Partido Socialista apresente, agora, uma iniciativa nesta matéria que, em larga medida, reproduz esse processo que o Governo está a efetuar e que o PS não cuidou de fazer enquanto era Governo, que vem a alterar um regime criado, pelo próprio PS, em 2017, cuja avaliação, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, revelou atrasos na regulamentação, dificuldades na implementação e resultados muito fracos ao nível dos cargos executivos.

*Protestos do PS.*

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não leu!

Sr.<sup>a</sup> **Sandra Pereira** (PSD): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a igualdade entre homens e mulheres não é apenas uma causa justa, é uma exigência democrática. O desafio que temos de garantir é que aquilo que aprovamos aqui hoje contribui de forma concreta para reduzir as desigualdades...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem um pedido de esclarecimento da Sr.<sup>a</sup> Deputada Felicidade Vital, embora depois não tenha tempo para responder. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Felicidade Vital** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Sandra Pereira, a maternidade e a paternidade não devem prejudicar a ascensão profissional nem a valorização das carreiras. É o Governo — o Governo! — deve promover medidas que assegurem igualdade de oportunidades no mercado do trabalho.

O Chega tem tido uma intervenção forte neste tema, porque toca em matérias que pertencem à agenda da igualdade formal, mas também ao núcleo de justiça laboral, da dignidade do trabalho e da valorização da família.

Este debate não deve ser sobre quem proclama mais vezes a palavra igualdade, deve ser sobre quem apresenta mecanismos concretos para fazer cumprir a igualdade salarial, e o PSD, nestes dois anos de governação, não fez nada, neste capítulo.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não é verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Felicidade Vital** (CH): — A Sr.<sup>a</sup> Deputada esteve ali em cima a falar de políticas públicas sérias com resultados, e numerou até algumas dessas políticas, mas, pergunto-lhe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, e os resultados, onde estão?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Felicidade Vital** (CH): — Nós temos 15 % de diferença salarial, nos quadros médios, e 25 %, nos quadros superiores. Então, se o Governo está de facto a fazer esse trabalho, onde é que estão esses resultados?

Uma sociedade justa e inclusiva, que está preconizada na Constituição Portuguesa, essa Constituição que os senhores dizem defender com unhas e dentes, mas também aqui não foram capazes de a fazer cumprir no que diz respeito à igualdade salarial entre homens e mulheres.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Felicidade Vital** (CH): — Assim, a minha pergunta é: como justifica que o Governo, apoiado por V. Ex<sup>a</sup>, esteja em funções há dois anos e ainda tenhamos esta diferença salarial entre homens e mulheres?

*Aplausos do Chega.*

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Sandra Pereira, porque houve cedência de tempo do Chega para o PSD. Portanto, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sandra Pereira dispõe de 45 segundos, mais a tolerância, para dar a respetiva resposta. Faça favor.

*Protestos do PSD e contraprotestos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Pereira** (PSD): — Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr.<sup>a</sup> Deputada Felicidade Vital, muito obrigada pelas perguntas que me colocou. Queria dizer-lhe que a Sr.<sup>a</sup> Deputada colocou aqui uma questão, que me parece... Como é que, em dois anos, se poderia resolver um problema, que é estrutural e que persiste anos e anos? Eu gostaria que houvesse uma solução mágica para se resolver esse assunto em dois anos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Usa a varinha mágica!

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Pereira** (PSD): — Como lhe disse, e volto aqui a dizer, a igualdade não se apregoa, pratica-se, e não é com relatórios, nem com leis,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Pereira** (PSD): — ... nem com intenções, é com políticas concretas,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mudança de mentalidade!

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Pereira** (PSD): — ... políticas públicas, estruturais, que atuem nas causas estruturais dessas desigualdades, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

E tenho pena que não tenha ouvido a minha intervenção,...

A Sr.<sup>a</sup> **Felicidade Vital** (CH): — Ouvi, ouvi! Ouvi a sua intervenção!

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Pereira** (PSD): — ... porque, de facto, este Governo tem trabalhado nas causas estruturais dessa desigualdade, no aumento de salários, no aumento da produtividade, no alargamento da licença parental e vamos continuar a trabalhar por manter essa igualdade.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Elza Pais pede a palavra. Para uma interpelação à Mesa, presumo?

A Sr.<sup>a</sup> **Elza Pais** (PS): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente. Para pedir à Mesa para distribuir o relatório de avaliação da lei de 2017, do Centro de Planeamento e Avaliação das Políticas Públicas de 2024, que contraria os dados apresentados pela Sr.<sup>a</sup> Deputada e refere que a lei...

*Aplausos do PS.*

... teve uma publicação positiva e que há necessidade de corrigir, que é o que nós queremos com este projeto que acabámos de apresentar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado. Será distribuído, logo que chegue.

Não tenho mais inscrições, portanto, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Núncio, para o encerramento.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Eu aproveitava esta intervenção final para responder às perguntas da Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Faro, que agora já está a ocupar o seu lugar, e dizer-lhe, objetivamente, que a reforma laboral que este Governo irá agora apresentar neste Parlamento — e estou convencido de que tem condições para passar — visa, precisamente, reforçar a competitividade, a produtividade e o acesso dos jovens ao mercado de trabalho.

E porquê, Sr.<sup>a</sup> Deputada? Porque a herança que o Partido Socialista nos deixou é muito pesada.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não é verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Passa, desde logo, por uma taxa de desemprego jovem elevadíssima,...

*Protestos do PS.*

... a rondar os 20 %, para não nos esquecermos da imigração massiva de jovens durante os oito anos de governação do Partido Socialista.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Tem de ir ao polígrafo!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E, por isso, esta reforma, o que pretende também é reter talento jovem em Portugal...

*Continuação de protestos do PS.*

... para que os jovens possam aceder mais rapidamente ao mercado de trabalho, possam autonomizar-se da casa dos seus pais e possam constituir família de uma forma mais rápida do que no tempo do Partido Socialista.

*Protestos do PS e contraprotestos do CH.*

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados,...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... a desigualdade...

*Protestos do PS e contraprotestos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Desculpe interromper, mas...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Eu dou bem conta...

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — Olha a arrogância!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados!

*Neste momento, o Deputado do PS Eurico Brilhante Dias dirigiu-se para uma das portas da Sala.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Se me permitir, e antes de continuar, pedia ao Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias que se sentasse.

*Aplausos do PSD e do CH.*

*Protestos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado... Sr. Deputado... Digamos...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É do Regimento.

*Protestos do PS e contraprotestos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, não tenha medo de se sentar aqui à frente.

*Continuação de protestos do PS e de contraprotestos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado, esse tipo de indicações competem ao Presidente da Assembleia da República e o Presidente da Assembleia da República tem tido o cuidado para que se faça esse apelo, mas todos os Deputados, todas as bancadas têm situações que, ocasionalmente, são situações desta natureza. E o Deputado Eurico Brilhante Dias não estava a perturbar a intervenção, Sr. Deputado. Não estava.

*Aplausos do PS, do L e do BE.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, se me permitir...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não vamos criar um incidente onde não vale a pena. Sr. Deputado, o tempo está parado...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Eu continuarei, Sr. Presidente, mas...

O Sr. **Presidente**: — Conclua e eu tento estar atento a todas as situações. Portanto, faça favor.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Eu continuarei, Sr. Presidente, mas venho então requerer à Mesa, tendo em conta de que se trata do líder parlamentar do Partido Socialista,...

*Protestos do PS e contraprotestos do CH.*

... e que interveio massivamente com apartes parlamentares quando eu estava a falar, que o Sr. Presidente da Assembleia da República peça encarecidamente ao líder parlamentar do PS...

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... que ocupe o seu lugar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, é assim: eu parei o tempo para o Sr. Deputado poder falar, não parei o tempo para o Sr. Deputado fazer interpelações à Mesa!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não percebo, Sr. Presidente,...

O Sr. **Presidente**: — Não, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... que não use esse poder para pedir ao Sr. Deputado para se sentar.

O Sr. **Presidente**: — Se o Sr. Deputado quiser, vou-lhe dar tempo.  
Faça favor de continuar.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Com protesto, continuarei, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Fará o protesto quando entender.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho é uma realidade que temos todos de a enfrentar, mesmo com o Deputado Eurico Brilhante Dias levantado e não sentado.

*Protestos do PS.*

E haverá diversas razões para este facto, que têm de ser combatidas com coragem. Mas há uma razão, Srs. Deputados, que me choca a mim, particularmente, que a maternidade seja um obstáculo à progressão na carreira; isto porque as mulheres que usufruam a licença de parentalidade, não estando a trabalhar naquele período na respetiva empresa, podem ser prejudicadas — e muitas vezes são prejudicadas — na sua ascensão profissional. E isto é uma situação de *lose-lose*, prejudica a pessoa em causa, na sua progressão, prejudica as famílias, mas também prejudica o País.

E por isso, todos aqui, nesta Assembleia, teremos de ser criativos, imaginativos, para encontrar soluções para resolver este problema para o futuro.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

*Protestos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar às votações. Peço aos serviços para abrirem o registo e que também registem a minha pessoa. Enquanto estamos a fazer o registo, indico à Câmara que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Vieira da Silva faz hoje anos e, portanto, tem uma saudação especial, também habitual.

*Aplausos gerais.*

A Sr.<sup>a</sup> **Madalena Cordeiro** (CH): — Sr. Presidente, não me consigo registar.

O Sr. **Presidente**: — Desculpe, não estava a ver. Muito bem, fica registada, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Lina Pinheiro** (CH): — Sr. Presidente, não me consegui registar.

O Sr. **Presidente**: — Fica registada, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Mais alguém? O Sr. Deputado José Luís Carneiro, está a registar-se, também se pode considerar já registado.

São 20 páginas de guião para votarmos, que decorrerá tanto melhor quanto tivermos condições para que se possam fazer as votações sem interrupções. Mais alguém tem dificuldade em registar-se? Se não há, então, pedia para se fechar a contagem para vermos o nosso quórum. Estão 203 Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados presentes, portanto, temos condições para passar às votações.

*Pausa.*

O compasso de espera é porque recebemos indicação de um grupo parlamentar de que não tinha as condições todas para se poder proceder já à votação, atendendo a que o guião foi sofrendo alterações. Entretanto, foi feita esta retificação em relação ao quórum: são 206 Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, porque estavam três *online*.

*Pausa.*

Isto é uma situação desagradável, até para a Mesa, de fazer a gestão do guião. Sei que é regimentalmente possível, mas entram durante a manhã *n* guiões para substituir e, a dada altura, percebe-se que seja difícil, quer para a Mesa, como também para os grupos parlamentares.

Acho que talvez numa Conferência de Líderes também possamos abordar este tema, para ver se fazemos uma gestão mais criteriosa. Embora seja regimental, não é? Mas a verdade é que depois é compreensível este compasso de espera, para que possa também ser possível a conferência do sentido de voto de todos os grupos parlamentares e DURP (Deputados únicos representantes de partido).

Entretanto, pede a palavra o Sr. Deputado António Mendonça Mendes. Faça favor.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, não me consegui registar.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Paulo Seco pede a palavra. Faça favor.

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Sr. Presidente, para o mesmo efeito. Não me consegui registar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, fica registado. Pronto, então parece que agora já temos as condições reunidas.

Começamos com o Projeto de Voto n.º 499/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PS) – De pesar pelo falecimento de José Luís Tinoco.

Estão presentes familiares a quem transmito os sentidos pêsames. E peço à Sr.<sup>a</sup> Secretária Susana Correia o favor de proceder à leitura do projeto de voto.

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária** (Susana Correia): — Obrigada, Sr. Presidente. O projeto de voto é do seguinte teor:

«Faleceu no passado dia 15 de abril José Luís Tinoco, aos 93 anos, figura maior da cultura portuguesa contemporânea, cuja obra marcou de forma singular a música, a arquitetura e as artes plásticas.

Natural de Leiria, onde nasceu em 1932, cresceu num meio culturalmente rico que moldou a sua sensibilidade artística. Pianista autodidata, cedo revelou talento, construindo um percurso ímpar, fortemente influenciado pelo *jazz* e pela tradição erudita.

Como compositor, deixou um legado incontornável, com canções como *No teu poema*, *Um homem na cidade* e *Madrugada*, esta última vencedora do Festival da Canção de 1975, associada ao espírito de liberdade do pós-25 de abril. A sua linguagem musical, sofisticada e inovadora, contribuiu para renovar a canção portuguesa.

Paralelamente, destacou-se como arquiteto e artista plástico, desenvolvendo obra relevante também no *design*, na cenografia e nas artes gráficas. Nas artes visuais, percorreu diferentes fases, do neorrealismo à abstração e à figuração, expondo em instituições de referência.

Foi ainda um importante dinamizador cultural e, em 2014, recebeu o Prémio de Consagração de Carreira da Sociedade Portuguesa de Autores.

José Luís Tinoco afirmou-se, assim, como um criador total, cuja obra atravessa gerações e disciplinas, deixando uma marca duradoura na cultura portuguesa.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, manifesta o seu pesar pelo falecimento de Luís Tinoco, prestando homenagem à sua memória e legado, e endereça à família, amigos e comunidade artística as mais sentidas condolências.»

É tudo, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Segue-se o Projeto de Voto n.º 513/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PCP e subscrito pela Deputada do PS Edite Estrela) – De pesar pelo falecimento de José Santa-Bárbara.

Também estão presentes familiares, a quem transmito os respetivos sentimentos. Peço ao Sr. Secretário Francisco Figueira o favor de ler o projeto de voto.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Faleceu José Santa-Bárbara, artista plástico e *designer*. Nascido em 1936, nas Caldas da Rainha, frequentou o ensino artístico na Escola António Arroio e na Escola Superior de Belas Artes, em Lisboa.

A sua atividade nas artes visuais foi relevante e extensa: na escultura, com várias obras públicas, com destaque para o monumento ao levantamento militar das Caldas da Rainha; na pintura, em que se destacam os seus quadros sobre o *Memorial do Convento*, além da participação em diversas exposições nacionais e internacionais; na medalhística; e no *design* industrial, em que dirigiu durante mais de trinta anos o departamento de *design* na CP, tendo sido o autor do seu logotipo, sendo de referir o *design* de locomotivas automotoras, distinguidas com o Prémio Nacional de *Design* e o European Community Prize, além das várias intervenções plásticas nas estações de Entrecampos e Santa Apolónia, do Metropolitano de Lisboa, bem como nas estações ferroviárias do Pragal, Entrecampos (fachada sul) e Rossio. Como ilustrador e *designer* gráfico há que referir as muitas capas de discos de José Afonso, bem como de outros destacados músicos.

Militante do PCP desde jovem, participou no MUD Juvenil e na VII Exposição Geral de Artes Plásticas, organizada pela Sociedade Nacional de Belas Artes, importantes espaços e momentos de resistência ao fascismo. Participou desde sempre nas Bienais de Artes Plásticas da Festa do Avante! e na Exposição 100 anos, 100 artistas, comemorativa do Centenário do PCP. Portugal perde um dos seus maiores artistas.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, manifesta o seu pesar pelo falecimento de José Santa-Bárbara e expressa sentidas condolências aos seus familiares, amigos e camaradas de profissão.»

É tudo, Sr. Presidente. Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Coloco agora à votação a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O Sr. **Presidente**: — Passamos ao Projeto de Voto n.º 514/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — De pesar pelo falecimento de Cândido Mota.

Também estão presentes familiares, que merecem os respetivos pêsames.

Peço ao Sr. Secretário Francisco Figueira o favor de ler o projeto.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Srs. Deputados, passo a ler o projeto de voto:

«No dia 3 de maio de 2026, faleceu Cândido Mota.

Cândido Soares Pinto da Mota nasceu em Espinho em 28 de setembro de 1943, afirmou-se como uma das vozes mais emblemáticas da comunicação em Portugal, cruzando uma carreira de excelência na rádio e na televisão, com passagens pelo teatro e pelo cinema, com um firme compromisso de intervenção cívica e política.

A partir de 1965, Cândido Mota afirmou-se como uma das vozes centrais do programa *Em Órbita*, que revolucionou o panorama musical nacional, ao divulgar o melhor da música anglo-americana e, mais tarde, ao dedicar-se de forma didática à música clássica.

No 25 de Abril de 1974, Cândido Mota encontrava-se nas instalações do Rádio Clube Português e, durante vários dias, ao lado de colegas como Luís Filipe Costa e Joaquim Furtado, assegurou as emissões que deram conta da queda da ditadura.

Em 1979, alcançou grande popularidade, com o programa *O Passageiro da Noite*, na Rádio Comercial, e, entre 1986 e 1988, foi uma das vozes relevantes da Telefonía de Lisboa, rádio progressista onde assegurou vários programas.

Na década de 90, iniciou uma colaboração icónica com Herman José, na televisão.

Militante do PCP, Cândido Mota tornou-se, ao logo de mais de 35 anos, a voz indissociável e anfitriã do maior palco da Festa do *Avante!*

Cândido Mota assumiu sempre a comunicação como uma ferramenta didática, informativa e formativa, essencial para a educação e cultura do povo, princípio que norteou toda a sua vida, consolidando uma imagem de coerência entre a sua atividade profissional e as suas convicções políticas e ideológicas.

A Assembleia da República, reunida em Plenário, manifesta o seu pesar pelo falecimento de Cândido Mota e expressa aos seus familiares, amigos e camaradas sentidas condolências.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Segue-se o Projeto de Voto n.º 523/XVII/1.ª (CH) — De pesar pela morte de Joaquim Granger. Peço à Sr.ª Secretária Germana Rocha o favor de ler.

A Sr.ª **Secretária** (Germana Rocha): — Presidente, Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«No passado dia 17 de abril de 2026, Portugal perdeu uma das mais marcantes figuras da sua história desportiva. Joaquim Pedro de Santa Marta Granger, ginasta olímpico e o mais antigo olímpico português vivo, faleceu aos 97 anos, deixando um legado ímpar no desporto nacional.

Joaquim Granger integrou a histórica equipa de ginástica artística masculina que representou Portugal nos Jogos Olímpicos de Helsínquia, em 1952, assinalando a estreia da modalidade no contexto olímpico nacional. Foi um dos cinco atletas que protagonizaram esse momento fundador, competindo em várias disciplinas e contribuindo para afirmar a presença portuguesa numa modalidade exigente, tanto do ponto de vista técnico como físico.

Para além do seu percurso enquanto atleta, destacou-se igualmente pela sua dedicação ao ensino e à formação. Foi professor e treinador, nomeadamente na Faculdade de Motricidade Humana, onde deixou uma marca duradoura enquanto docente e formador de várias gerações de atletas. O seu contributo ultrapassou a vertente competitiva, consolidando-se como um dos pilares da estruturação da ginástica em Portugal.

Figura maior do olimpismo nacional, Joaquim Granger simbolizou valores, disciplina e serviço ao desporto, tendo sido reconhecido em vida por diversas instituições.

A sua morte representa uma perda significativa para o desporto português e para a memória coletiva do olimpismo nacional, extinguindo-se com ele uma ligação viva a um dos momentos fundadores da participação portuguesa nos Jogos Olímpicos.

Assim, reunida em sessão plenária, a Assembleia da República exprime o seu profundo pesar pelo falecimento de Joaquim Granger, enaltecendo o seu percurso e legado, e endereça as mais sentidas condolências à sua família, amigos e à comunidade desportiva nacional.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa deste projeto de voto.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Vamos guardar 1 minuto de silêncio.

*A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sr. Presidente, não me registei, mas era para que a Mesa considerasse a minha presença. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Registado, obrigado.

Passamos à votação do Projeto de Voto n.º 529/XVII/1.ª (PAR) — De saudação pelo Dia Mundial da Língua Portuguesa.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Segue-se a votação do Projeto de Voto n.º 530/XVII/1.ª (PAR) — De saudação pelo centenário da Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Vamos agora votar o Projeto de Deliberação n.º 28/XVII/1.ª (PAR) — Composição da comissão eventual para a resiliência nacional, prevenção de catástrofes naturais e acompanhamento do Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Passamos à votação do Projeto de Resolução n.º 891/XVII/1.ª (PAR) — Participação da Assembleia da República em organizações parlamentares internacionais.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, do CDS-PP, do PAN e do JPP e as abstenções da IL, do L, do PCP e do BE.*

Prosseguimos, com a votação do Projeto de Deliberação n.º 26/XVII/1.ª (PAR) — Composição das delegações da Assembleia da República às organizações parlamentares internacionais na XVII Legislatura.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, do CDS-PP, do PAN e do JPP e os votos contra da IL, do L, do PCP e do BE.*

A Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes pede a palavra.

Faça favor.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, é para anunciar uma declaração de voto escrita sobre esta votação.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ninguém lê!

O Sr. **Presidente**: — Fica registado.

Vamos agora fazer a votação global da Proposta de Resolução n.º 11/XVII/1.ª (GOV) — Aprova para ratificação o Acordo Complementar ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro, em 22 de abril de 2000, sobre a concessão de equivalência de estudos no Brasil (ensino fundamental e médio) e em Portugal (ensino básico e secundário), feito em Lisboa, em 22 de abril de 2023.

*Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.*

Vamos agora votar, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 66/XVII/1.ª (GOV) — Aprova um regime excecional e temporário relativo aos deveres específicos e limites constantes da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

*Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, do PCP e do BE.*

Esta proposta de lei baixa à 13.ª Comissão.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 568/XVII/1.ª (PCP) — Aprova medidas excecionais de apoio aos municípios afetados pelas tempestades ocorridos em território nacional.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP.*

Este projeto baixa, assim, à 13.ª Comissão.

Vamos agora votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 571/XVII/1.ª (CH) — Altera a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com o objetivo de reforçar a coesão territorial e os mecanismos de resposta em situação de calamidade.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, da IL, do L e do BE.*

Continuamos, com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 575/XVII/1.ª (JPP) — Estabelece um regime excecional e temporário em matéria de endividamento municipal, gestão da dívida e equilíbrio orçamental, no contexto da tempestade *Kristin*.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, da IL e do PCP.*

Votamos, de seguida, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 577/XVII/1.ª (L) — Cria o regime de resposta das autarquias locais em situações de calamidade, alterando a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS e do PCP.*

Passamos à votação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 19/XVII/1.ª (ALRAA) — Altera o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

*Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do PS, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e da IL.*

Esta proposta de lei baixa, assim, à 13.ª Comissão.

Continuamos, com a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 258/XVII/1.ª (PSD) — Consagra o dia 11 de novembro como o Dia Nacional das Raças Autóctones.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE e do JPP e o voto contra do PAN.*

O projeto de resolução aprovado baixa à 7.ª Comissão.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 479/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que aumente os apoios às fileiras das raças autóctones.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE e do JPP e os votos contra do PSD, do CDS-PP e do PAN.*

Este projeto de resolução baixa à 7.ª Comissão.

Vamos agora votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 697/XVII/1.ª (L) — Recomenda a inclusão do gado asinino no programa de apoio à redução da carga combustível através do pastoreio.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção do PAN.*

Este projeto de resolução baixa à 7.ª Comissão.

Votamos, de seguida, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 907/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a instituição do dia 11 de novembro, Dia de São Martinho, como o Dia Nacional das Raças Autóctones.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do CDS-PP e do JPP, o voto contra do PAN e as abstenções do L, do PCP e do BE.*

O projeto de resolução aprovado baixa à 7.ª Comissão.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 460/XVII/1.ª (PS) — Reforça as competências da Assembleia da República em matéria de defesa nacional e institui a Lei de Programação de Efetivos Militares, procedendo à terceira alteração à Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, à primeira alteração à Lei n.º 46/2003, de 22 de agosto, e à primeira alteração à Lei Orgânica n.º 2/2021, de 9 de agosto.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS e do L, os votos contra do PSD e do CDS-PP e as abstenções da IL, do PCP, do BE e do PAN.*

Este projeto de lei baixa à 3.ª Comissão.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — PS e Chega juntinhos!

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 504/XVII/1.ª (CH) — Cria a reserva voluntária das Forças Armadas, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 174/99, de 21 de setembro (Lei do Serviço Militar).

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL e do JPP, os votos contra do PSD, do PCP, do CDS-PP e do BE e as abstenções do L e do PAN.*

Este projeto de lei aprovado baixa à 3.ª Comissão.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, está a interromper as votações, pedia-lhe que não o fizesse.

Vamos continuar, com a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 846/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que inicie os estudos conducentes à criação de uma estrutura conjunta comum das Forças Armadas nas áreas administrativa, de recursos humanos e logística.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL e do JPP, os votos contra do PSD, do PCP e do CDS-PP e as abstenções do L, do BE e do PAN.*

Esta iniciativa baixa à 3.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 858/XVII/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo a adoção de uma estratégia plurianual para o reforço da atratividade, retenção e valorização dos efetivos das Forças Armadas.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, da IL, do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do CH, do PCP e do CDS-PP.*

Esta iniciativa baixa à 3.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 866/XVII/1.ª (L) — Recomenda a atualização do Conceito Estratégico de Defesa Nacional à luz da realidade geopolítica atual.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção da IL.*

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 94/XVII/1.ª (IL) — Alteração às penas acessórias e efeitos das penas por crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do PCP e do BE, os votos a favor do CH, da IL, do L, do PAN e do JPP e a abstenção do CDS-PP.*

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é para informar a Mesa que o CDS apresentará uma declaração de voto escrita.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Vamos votar o requerimento, apresentado pelo PAN, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 90 dias, do Projeto de Lei n.º 569/XVII/1.ª (PAN) — Alarga as medidas de proteção de menores no âmbito dos crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual e do crime de violência doméstica, alterando o Código Penal.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Vamos passar à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 570/XVII/1.ª (CH) — Altera o regime das sanções acessórias no âmbito dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, nomeadamente admitindo o tratamento com medicamentos bloqueadores de hormonas a agressores sexuais reincidentes.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e o voto a favor do CH.*

Vamos agora votar o requerimento, apresentado pelo Livre, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 90 dias, do Projeto de Lei n.º 578/XVII/1.ª (L) — Altera o período de proibição de exercício de funções e o período de proibição de confiança de menores e de inibição de responsabilidades parentais em caso de condenação por crimes contra a autodeterminação e liberdade sexual.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Vamos passar à votação final do Projeto de Resolução n.º 867/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo a criação de um programa nacional para prevenção, avaliação e deteção de risco da violência sexual contra crianças e jovens para entidades com contacto regular com menores.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP.*

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 737/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo a criação do passe de mobilidade nacional.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do CH e da IL e as abstenções do PSD e do CDS-PP.*

Esta iniciativa baixa à 14.ª Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, é para anunciar a entrega de uma declaração de voto escrita sobre todas as votações alusivas aos crimes contra a autodeterminação sexual.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Vamos agora votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 573/XVII/1.ª (BE) — Passe de transportes gratuito para jovens até 25 anos.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PS.*

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 701/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que reduza em 25 % os preços dos passes de transportes públicos para fazer face ao agravamento dos preços de combustíveis causado pelas tensões geopolíticas no Médio Oriente.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, do PS e do PCP.*

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 851/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de simplificação tarifária, integração da bilhética e a revisão dos mecanismos de financiamento aos serviços de transporte público de passageiros.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP.*

Esta iniciativa baixa à 14.ª Comissão.

Vamos passar à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 852/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a implementação do Sistema Nacional Único de Bilhética Integrada, com base na plataforma 1bilhete.pt, garantindo a interoperabilidade total dos transportes públicos.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do L, do PCP e do CDS-PP.*

Esta iniciativa baixa à 14.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 855/XVII/1.ª (PAN) — Pela criação de um passe nacional multimodal.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, o voto contra da IL e as abstenções do PSD, do CH e do CDS-PP.*

Esta iniciativa baixa à 14.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 863/XVII/1.ª (BE) — Passes intermodais 20, 30, 40.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PS.*

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 754/XVII/1.ª (PCP) — Condenação da escalada de agressão e de ameaças dos EUA contra Cuba e exigência do respeito da soberania e dos direitos do povo cubano.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP e do BE e as abstenções do PS, do PAN e do JPP.*

Vamos agora votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 721/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que condene o bloqueio imposto a Cuba e denuncie o recrudescimento da instabilidade na ilha.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do L, do BE, do PAN e do JPP e os votos contra do CH, do PCP e do CDS-PP.*

Esta iniciativa baixa à 2.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 841/XVII/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo que defenda o povo cubano e promova o respeito pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais em Cuba.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e o voto contra do PCP.*

Esta iniciativa baixa à 2.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 844/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que realize todos os esforços políticos e diplomáticos no sentido de pressionar o regime cubano e conduzir à plena democratização da República de Cuba.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, da IL, do CDS-PP e do JPP, os votos contra do PS, do L, do PCP, do BE e do PAN e a abstenção do PSD.*

Esta iniciativa baixa à 2.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 856/XVII/1.ª (PAN) — Pela defesa de uma solução diplomática para o confronto entre os Estados Unidos da América e a República de Cuba.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, da IL, do L, do PAN e do JPP, os votos contra do CH, do PCP e do CDS-PP e as abstenções do PSD e do BE.*

Esta iniciativa baixa à 2.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 862/XVII/1.ª (BE) — Sobre a crise humanitária em Cuba e a necessidade de Portugal assumir uma posição ativa pelo fim das sanções unilaterais e pela proteção da população civil cubana.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção da IL.*

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 864/XVII/1.ª (CDS-PP) — Em defesa do povo cubano contra a tirania do regime comunista.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos contra do PCP e do BE e as abstenções do PS, do L, do PAN e do JPP.*

O projeto baixa à 2.ª Comissão.

A Sr.ª Deputada Júlia Rodrigues, do PS, pediu a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Júlia Rodrigues** (PS): — Sr. Presidente, é para anunciar uma declaração de voto escrita para o conjunto dos diplomas que acabámos de votar.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 839/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda a promoção ativa da igualdade entre mulheres e homens no trabalho.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções da IL e do PCP.*

A iniciativa baixa à 10.ª Comissão.

A Sr.ª **Júlia Rodrigues** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr.ª Deputada?

A Sr.ª **Júlia Rodrigues** (PS): — Sr. Presidente, de novo, para anunciar uma declaração de voto escrita sobre este diploma.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 497/XVII/1.ª (PAN) — Estabelece um regime de incentivos à representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração das sociedades comerciais não cotadas e promove a adoção de planos para a igualdade nas empresas.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PS.*

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 527/XVII/1.ª (PS) — Reforça o regime de representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.*

Passamos para a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 579/XVII/1.ª (L) — Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, combatendo a disparidade salarial de género.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PS.*

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 850/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que promova medidas que combatam a desigualdade salarial e discriminação entre homens e mulheres.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do PS, da IL, do L e do PCP.*

A iniciativa baixa à 10.ª Comissão.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 853/XVII/1.ª (PCP) — Pela valorização dos salários e eliminação das discriminações salariais entre homens e mulheres.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra da IL e do CDS-PP e a abstenção do PSD.*

Este projeto baixa à 10.ª Comissão.

O Sr. Deputado Almiro Moreira pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Sr. Presidente, apenas para anunciar que iremos apresentar uma declaração de voto escrita para as últimas seis iniciativas votadas.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 857/XVII/1.ª (PAN) — Pela aprovação de uma estratégia nacional para a igualdade remuneratória e de oportunidades entre mulheres e homens.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e o voto contra do PSD.*

O projeto baixa a 10.ª Comissão.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 860/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a implementação de medidas para a promoção da igualdade salarial de género.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e da IL.*

O Sr. Deputado Paulo Nuncio pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas no Projeto de Resolução n.º 857/XVII/1.ª, o voto do CDS-PP é contra.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, fica registado.

Passamos para a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 868/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo a transposição imediata da diretiva europeia para reforçar a igualdade salarial entre mulheres e homens.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.*

Segue-se a votação final do Projeto de Resolução n.º 831/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que promova a urgente conservação e reabilitação da Igreja de Nossa Senhora das Mercês, em Lisboa.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do L e do PCP.*

Passamos à votação final do Projeto de Resolução n.º 678/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a criação de um mecanismo de avaliação de impacto em direitos humanos na execução da política criminal.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PCP.*

Seguimos com a votação final do Projeto de Resolução n.º 726/XVII/1.<sup>a</sup> (JPP) — Acreditação urgente do Laboratório de Polícia Científica da Polícia Judiciária, no domínio da análise de ADN e lofoscopia, garantindo a conformidade com o direito da União Europeia e a segurança jurídica no processo penal.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, da IL, do L, do PCP e do BE.*

Continuamos com a votação final do Projeto de Resolução n.º 739/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo que promova as diligências necessárias à criação do memorial das vítimas da radioatividade e do centro interpretativo da área mineira da Urgeiriça.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Passamos à votação final do Projeto de Resolução n.º 313/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a dotação ao Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e de Acidentes Ferroviários dos recursos humanos e logísticos necessários à sua missão.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, da IL, do L, do BE, do PAN e do JPP, o voto contra do CH e as abstenções do PSD, do PCP e do CDS-PP.*

Segue-se a votação final do Projeto de Resolução n.º 386/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda o financiamento para aquisição de viaturas de emissões nulas para o transporte coletivo de crianças.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção da IL.*

Passamos à votação final do Projeto de Resolução n.º 843/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Pela urgente revisão da carreira especial de fiscalização e valorização dos trabalhadores.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos pediu a palavra para que efeito?

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, queria só confirmar, se possível, a votação do PCP em duas iniciativas, ambas na página 15: no Projeto de Resolução n.º 313/XVII/1.<sup>a</sup>, do Livre, o voto do PCP é a favor; e no Projeto de Resolução n.º 386/XVII/1.<sup>a</sup>, do Livre, o voto do PCP é abstenção.

O Sr. **Presidente**: — Está registado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Passamos à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.º 771/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que equacione a criação de benefícios fiscais para as empresas que criem creches para os filhos dos trabalhadores.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra do L, do PCP e do BE e as abstenções do PS e da IL.*

Segue-se a votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.º 779/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Reforça as respostas sociais na infância, lançando uma nova vaga de equipamentos no âmbito do PARES.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do CH, da IL, do PCP e do CDS-PP.*

Vamos para a votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à Proposta de Lei n.º 56/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Autoriza o Governo a rever o regime do mecenato e alterar o Estatuto dos Benefícios Fiscais.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do CDS-PP, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, do L, do PCP e do BE.*

Passamos à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Resolução n.º 803/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Por uma resposta à inflação e ao aumento dos preços dos combustíveis.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção do L.*

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real pediu a palavra para que efeito?

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, era para corrigir o sentido de voto na Proposta de Lei n.º 56/XVII/1.<sup>a</sup>, do Governo. O sentido de voto do PAN é abstenção.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes também pediu a palavra. É para que efeito?

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, é para anunciar uma declaração de voto escrita sobre a votação que acabamos de fazer, do texto final apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves também pediu a palavra? Faça favor.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, nos termos do artigo 27.º do Estatuto dos Deputados, e uma vez que integro a carreira docente universitária, nos termos inscritos no registo de interesses, venho dar publicamente nota da eventual existência de um conflito de interesses e, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º do Estatuto dos Deputados, uma vez que pode haver alteração da situação jurídica individual, dar nota de que não participarei na votação seguinte, na especialidade, e na votação final global.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, fica o registo.

Mais alguém?

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — Sim, Sr. Presidente

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, é para o mesmo efeito.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

Mais alguém?

*Pausa.*

Então, vou pôr à votação o requerimento, apresentado pelo PS, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade de propostas de alteração ao texto final, relativo à Proposta de Lei n.º 30/XVII/1.ª (GOV) e aos Projetos de Lei n.ºs 41/XVII/1.ª (CH) e 276/XVII/1.ª (PS), apresentado pela Comissão de Educação e Ciência — Proceda à revisão da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições de ensino superior, alterando, ainda, a Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, que estabelece a Lei de Bases do Sistema Educativo, a Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior, e a Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto, que aprova o regime jurídico da avaliação do ensino superior.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Agora, vou dar 2 minutos para intervenções a quem desejar inscrever-se sobre esta matéria.  
Sr.ª Deputada Aida Carvalho, do Partido Socialista, tem a palavra para uma intervenção.

A Sr.ª **Aida Carvalho** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Hoje, o ensino superior em Portugal é um sistema mais robusto do que era em 2007, mas é também mais complexo e enfrenta desafios muito relevantes. Por isso, não é aceitável que a racionalização da rede pública de ensino superior fique legalmente condicionada à existência de estabelecimentos privados.

Não é razoável que as decisões de criar, extinguir ou transformar estabelecimentos ou ofertas de ensino superior dependam da existência de estabelecimentos privados, que, aliás, nada impede que decidam por si próprios extinguir-se no futuro.

Tal como não podemos conformar-nos com a passividade dos poderes públicos face às ameaças de fragmentação de relevantes instituições de ensino superior, também não é aceitável que a fusão ou integração de estabelecimentos privados em instituições de ensino superior públicas se possam fazer sem estudo prévio que demonstre o interesse público da operação e sem o devido parecer dos conselhos de coordenadores do grupo do CCISP (Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos) e da Agência de Acreditação.

Não é coerente proclamar a autonomia administrativa, patrimonial e financeira, aliás, uma das bandeiras do Governo e do próprio Ministro, e depois amarrar as instituições, negando-lhes essa maior autonomia em domínios básicos da sua gestão, vinculando-as rigidamente a serviços partilhados da Administração Pública ou a outros instrumentos pouco flexíveis que limitam as instituições, pois é precisamente aí que a falta dessa autonomia gera atropelos, ineficiências e desperdício.

É urgente dotar o sistema de ferramentas estratégicas com indicadores claros de rumo, visão a médio prazo e revisões a curto prazo para impulsionar as instituições, a ciência, a economia e o futuro do País. São estas as posições relevantes nas matérias que avocamos para a votação em Plenário, e elas contam para a nossa apreciação final do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para intervir, tem a palavra a Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: A academia está à espera de um novo RJIES (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior) há anos. Há décadas que não era alterado. Há meses que este documento anda a ser debatido em comissão, entre os diferentes partidos. Houve inúmeras audições, houve reuniões alargadas, de metodologia, e de forma bilateral entre os diferentes partidos. Todos, sem exceção, apresentaram as propostas de alteração que quiseram.

A Iniciativa Liberal conseguiu aprovar algumas das suas propostas, não todas, mas é a democracia a funcionar. E se a avocação é um direito que nos assiste, esta avocação é de uma enorme deslealdade, tendo em conta o trabalho que realizámos entre todos.

O PS aproveita o momento da votação do RJIES para mostrar virtudes que nunca teve quando foi Governo.

**Vozes da IL:** — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

**Vozes do PSD:** — Verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Angélique Da Teresa** (IL): — O PS tem dificuldade em perceber que perdeu as eleições, tem dificuldade em aceitar que, quando há propostas suas que são rejeitadas, isso faz parte, e não perde uma oportunidade para se vitimizar, quando teve tantas outras que foram incorporadas e aceites pelos diferentes partidos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

A Sr.<sup>a</sup> **Angélique Da Teresa** (IL): — É o momento *Calimero* do Partido Socialista.

*Risos do Deputado do CH Rui Cardoso.*

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — O nível de argumentação está muito bom!

A Sr.<sup>a</sup> **Angélique Da Teresa** (IL): — É o momento *Calimero* do PS e é a isso que estamos a assistir: num momento que deveria ser digno, de aprovação de um texto que não é um RJIES liberal — de todo! —, mas que é um momento de coordenação e de trabalho conjunto, estamos a assistir a um cenário de um *Calimero* socialista.

*Aplausos da IL e do PSD.*

*Risos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Cardoso, do Chega.

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em sede do Orçamento do Estado, popularizou-se a expressão «cavaleiro orçamental», mas hoje temos aqui o «cavaleiro legislativo», que é tentar meter pela porta dos cavalos aquilo que não conseguiram aprovar durante o processo de especialidade.

*Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

**Vozes do CH:** — É verdade!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Não seja ignorante! As avocações fazem parte do processo!

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — Está calado, pá! Cala-te, pá!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — E temos coisas para todos os gostos! Temos propostas do Partido Socialista que foram rejeitadas, porque a própria convivência democrática e o resultado da composição deste Parlamento assim ditaram na votação.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Isto é o Parlamento!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Temos propostas que o PS aprovou, em sede de especialidade, e que agora quer alterar. Inclusivamente, temos propostas que o PS nunca se lembrou de apresentar e que agora decide apresentar.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Ainda não percebeste que isto é o Parlamento?!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Sr. Deputado Porfírio Silva, esteja calado, o senhor tem de respeitar os outros Deputados. Tem de respeitar os outros Deputados!

*Aplausos do CH.*

*Protestos de Deputados do PS.*

Agora, também lhe digo que isto é um desrespeito pelo trabalho parlamentar. Nós estivemos horas, semanas, meses a trabalhar neste diploma. Tentámos consensualizações, quando foi possível, e agora, no último dia, à vigésima quinta hora, desrespeitando o trabalho parlamentar,...

*Protestos de Deputados do PS.*

... tentam fazer aqui chicana política, *show-off* político, com um tema que é sério.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Está no Regimento! Se não percebe isso não merece estar aqui!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — O Sr. Deputado Porfírio Silva, aqui, na quarta-feira, disse que eu não tinha maturidade política, por ser um jovem Deputado.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Não venha para aqui vingar-se!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Pois quem tenta fazer isto não é o adulto na Sala.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Não venha agora vingar-se!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Quem tenta fazer isto não tem maturidade. Isto é «infantiloide»!

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Não venha para aqui vingar-se! Isto é um assunto sério! Deixe-se de criancices!

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — Vai para o *Twitter*, pá!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Portanto, a última conclusão a que podemos chegar é esta: quando Pedro me fala de Paulo, ficamos a conhecer melhor Pedro do que Paulo.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Estuda o Regimento! Estuda o Regimento!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Gabriela Cabilhas, para intervir.

*Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva e contraprotestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Sr.<sup>a</sup> Deputada Aida Carvalho, deixe-me que lhe diga que o Partido Socialista, ao longo deste processo... Começou logo mal, mas agora escolhe terminar ainda pior.

O Partido Socialista, ao longo desta reforma, escolheu ficar preso na sua visão conservadora do sistema, preso na sua visão dogmática, mas durante o processo de especialidade, que decorreu ao longo de vários meses, até foi evoluindo e foi-se aproximando da proposta do Governo, essa sim uma proposta reformista. Agora, à última hora, à vigésima quinta hora, decide impor as propostas do Partido Socialista que não vingaram em sede de especialidade.

A Sr.<sup>a</sup> **Aida Carvalho** (PS): — Impor?!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Impor?! Não é impor! É para votar!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — A Sr.<sup>a</sup> Deputada podia ter aproveitado o tempo que teve para saudar o esforço de aproximação, de concertação, de negociação de uma proposta que teve o ímpeto reformista do Governo, mas que foi aqui negociada e que incluiu propostas do Partido Socialista, incluiu propostas do Chega, incluiu propostas das outras bancadas. Mas isso a Sr.<sup>a</sup> Deputada não quis dizer.

A Sr.<sup>a</sup> **Aida Carvalho** (PS): — Vamos votar!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — O Partido Socialista enche a boca e está sempre a exigir diálogo e concertação, mas o Partido Socialista não está à altura nem da responsabilidade nem do diálogo.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Eu não sei o que é que entendem por diálogo e por negociação.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É isso mesmo!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Deste lado, a negociação implica cedências de parte a parte.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Olhe para as propostas!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — A negociação para o Partido Socialista, não apenas nesta área, mas noutros setores, tem de ser uma adesão total às ideias do Partido Socialista.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ora bem!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Olhe para as propostas!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Sr. Deputado, isso não é ter espírito democrático, nem lealdade institucional — já deviam ter aprendido isso.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

*Protestos de Deputados do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Mais, além de conseguirmos perceber que o Partido Socialista não quer dialogar — exige, mas não quer —, o Partido Socialista continua a não conseguir ter uma visão de futuro e reformista para o País.

Tiveram tempo, enquanto governaram, para apresentarem as vossas ideias e para reformarem, mas não: ficaram perdidos em impasses, em avanços e recuos. Nós já sabíamos que o Partido Socialista não tinha coragem, mas de facto, depois, perde-se nestes expedientes.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Essa é boa!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Mais, o Partido Socialista está a tentar bloquear a ação reformista deste Governo, mas não vai conseguir.

*Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.*

O espírito do Governo é um espírito de execução reformista e de ação. O Partido Socialista é que, há umas semanas, se autoproclamou o partido mais reformista de Portugal.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Srs. Deputados, tenham vergonha. Só se intitulam nas palavras, não nas ações — é aqui que está o ímpeto reformista!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do PCP, para intervir.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A proposta de RJIES, que hoje vem a votação, é muito pior do que a legislação em vigor.

**Vozes do PSD**: — Oh!...

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Os problemas de fundo não só não são resolvidos como ainda são introduzidas alterações mais negativas, com a convergência, todos juntos ou à vez, entre PS, PSD e Chega.

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Não estavas lá! Não foste às votações!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Mantém e aprofunda o regime fundacional, mantendo a presença de entidades externas nos órgãos de gestão, o que, associado ao subfinanciamento das instituições do ensino superior, tornou-as dependentes de interesses alheios ao interesse público, chegando mesmo a subordinar a sua missão e o interesse público a interesses particulares.

Agrava o sistema binário, agora flexível — com a criação de universidades, universidades politécnicas, institutos politécnicos e institutos universitários —, desvalorizando ainda mais, o papel do ensino politécnico. Não discordamos de que o reitor ou o presidente possam ser eleitos diretamente, mas não faz nenhum sentido que antigos alunos possam ser eleitores cujos votos têm um peso superior ao dos trabalhadores da respetiva instituição.

Nos órgãos de gestão, não houve o necessário reforço da participação dos estudantes. Mantém o Provedor do Estudante e a possibilidade de criação de uma provedoria institucional, desvalorizando as associações de estudantes e, agora, as organizações representativas dos trabalhadores.

As propostas que o PS hoje apresenta, nesta avocação, podem introduzir algumas melhorias, mas ficam ainda muito aquém do que era necessário que saísse hoje da Assembleia da República. Este processo legislativo foi uma oportunidade perdida para se fazer o que é preciso: assegurar uma verdadeira autonomia e democraticidade das instituições de ensino superior, eliminando as desigualdades, que persistem, com a implementação do sistema unitário, respeitando a especificidade de cada instituição; revogando o regime fundacional; e garantir direitos e condições de trabalho a todos os trabalhadores, assim como a participação da comunidade académica — professores, investigadores, funcionários e estudantes — nos órgãos de gestão das instituições, em paridade.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Este Parlamento está a trabalhar num novo RJIES há mais de um ano. Discutimos as alterações que foram propostas por todos os partidos em inúmeras reuniões.

*Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.*

Hoje, temos, finalmente, um RJIES mais abrangente, menos estatista e, por isso mesmo, menos socialista e menos ideológico.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

*Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Deputado, é a vida. O PS perdeu as eleições e, hoje, não tem condições de bloquear mais esta importante reforma do Governo.

Ganhou o País, ganhou a academia portuguesa!

*Aplausos de Deputados do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre, para intervir.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, quero lembrar aos Srs. e Sr.<sup>as</sup> Deputadas que a avocação é uma figura regimental que pode ser usada para continuarmos a fazer a discussão. Portanto, foi isso que foi feito.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Ai é?!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Só tivemos cinco reuniões nesta semana!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Estuda o Regimento, pá!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — A atualização do RJIES é algo que é urgente e necessário para valorizar o ensino superior, valorizar as carreiras e os trabalhadores no ensino superior, mas não da forma como foi feita, não da maneira como o Governo a quer fazer. Porque, na verdade, abrem a porta, no ensino superior, para uma desvirtuação daquilo que é o carácter do ensino público no ensino superior; abrem a porta para o regime fundacional, o que não vai melhorar a qualidade do ensino superior e, na verdade, vai aumentar mais as desigualdades.

O que é preciso fazer, de facto, é valorizar as carreiras dos trabalhadores do ensino superior, valorizar também a investigação científica e valorizar a forma como tudo está entrecruzado. Precisamos, de facto, de um ensino superior de qualidade em Portugal, precisamos de instituições que funcionem e, para isso, precisamos de mais orçamento e de garantir que os trabalhadores têm todas as condições — e não é isso que acontece nesta revisão do RJIES que é feita pelo Governo.

*Aplausos do L e de Deputados do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem ainda a palavra, para intervir, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, o PAN acompanha a necessidade de ter uma revisão do RJIES mais aprofundada, num modelo em que haja não só maior aproximação, mas sobretudo maior participação e valorização, em particular dos estudantes.

A Sr.<sup>a</sup> **Angélique Da Teresa** (IL): — Então e as propostas de alteração do PAN? Onde é que estavam?

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Lamentamos que, neste pacote e nesta alteração que aqui é trazida, o papel da representatividade e da valorização, não só dos estudantes, mas também dos profissionais, tenha ficado de fora.

Iremos acompanhar estas propostas de alteração do Partido Socialista, mas lamentamos mais uma vez que, ainda assim, quer com estas propostas, quer com a solução que aqui nos é trazida, o caminho fique incompleto.

*Protestos de Deputados do PSD.*

Esperamos que, no âmbito do Orçamento do Estado, haja caminho a fazer para, efetivamente, dar a resposta que os estudantes nos têm pedido nesta dimensão — propostas essas que o PSD tem rejeitado ao longo dos anos e que, inclusivamente, o PAN já apresentou.

A Sr.<sup>a</sup> **Angélique Da Teresa** (IL): — E agora onde estão?

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Portanto, não vale a pena estarem a dizer que as propostas são zero, porque, efetivamente, elas têm sido feitas e têm sido uma oportunidade perdida. Esperamos que, no Orçamento do Estado, haja tempo de recuperar esse debate.

O Sr. **Presidente**: — Para intervir, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, esta alteração ao RJIES não resolve os principais problemas, que o regime já tinha, de falta de democraticidade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Meu Deus!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Abriu campo ao aprofundamento da precariedade, à desvalorização da investigação científica, à falta de participação dos estudantes e de outros profissionais que não os professores, mas a nota central deste debate, que não deixa de ser curiosa, é o facto de um conjunto alargado de bancadas se revoltarem contra um instrumento parlamentar de elementar democracia, que é o recurso para Plenário.

*Aplausos de Deputados do PS.*

Dá vontade de pedir à Mesa que faça um levantamento estatístico da quantidade de vezes em que o PSD, o CDS ou até o Chega usaram o mesmo recurso parlamentar, sobre matéria em que cabe à Assembleia da República legislar.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — É evidente!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nós?! Nem uma vez!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Srs. Deputados, vai chegar o dia, que será talvez mais cedo do que estavam à espera, em que vão voltar para a oposição,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É, é...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... e cá estaremos...

**Vozes do CH:** — Oh!...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... para notar quando usarem esses mesmos instrumentos!

*Protestos do CH e do CDS-PP.*

Eles não passarão a ser antidemocráticos pelo facto de serem os Srs. Deputados a fiscalizarem a ação governativa ou a proporem alterações legislativas. Porque, em democracia, ganham-se e perdem-se eleições,...

*Protestos do PSD e do CH.*

... mas felizmente, mesmo com as alterações...

*Protestos do CH e contraprotestos do PS.*

O Sr. **Presidente:** — A mim, apetece-me ir almoçar. Não sei se aos Srs. Deputados apetece... Portanto, convinha...

Faça favor de continuar, Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Mesmo com as alterações profundas ao regime constitucional que as vossas bancadas querem promover, não podem alterar o papel da Assembleia da República, felizmente, porque é assim que funciona o balanço de poderes. A Assembleia da República tem reserva legislativa sobre esta matéria.

É ao Parlamento que o Governo tem de responder e será também o Parlamento que, um dia, há de aprovar um regime jurídico que enquadre as instituições do ensino superior, que valorize quem lá trabalha, que garanta participação democrática, que valorize a investigação científica e que não aprofunde o modelo errado das fundações. E assim funciona a democracia!

Por isso, sim, votaremos contra este regime e acompanharemos todas as propostas de alteração que o tentam corrigir.

*Aplausos de Deputados do PS.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente:** — Pedia agora a atenção dos grupos parlamentares, porque vamos passar para o guião suplementar.

O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, só para uma explicitação, porque do debate pode não ter ficado claro.

Aquilo que vamos votar, enquanto avocação, são exclusivamente propostas que foram feitas na especialidade e que foram avocadas. Não há novas propostas. Pelo que ouvi em algumas intervenções, parece que ficou essa confusão.

O Sr. **Presidente:** — É o que está no guião, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, vamos avançar para o guião suplementar.

No âmbito do texto final relativo à Proposta de Lei n.º 30/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) e aos Projetos de Lei n.ºs 41/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) e 276/XVII/1.<sup>a</sup> (PS), apresentado pela Comissão de Educação e Ciência — Proceda à revisão da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições de ensino superior, alterando, ainda, a Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, que estabelece a Lei de Bases do Sistema Educativo, a Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior, e a Lei n.º 38/2007, de 16 de

agosto, que aprova o regime jurídico da avaliação do ensino superior, vamos proceder à votação, na especialidade, de propostas apresentadas pelo PS, que incidem sobre os artigos 6.º e 7.º do referido texto final.

Começamos por votar a proposta, apresentada pelo PS, de substituição do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, constante do texto final.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.*

*Era a seguinte:*

«Artigo 54.º  
[...]

2 – As medidas de racionalização da rede podem incluir, nomeadamente, a criação de instituições de ensino superior, a sua fusão, integração, cisão ou extinção, a alteração do número de novas admissões ou do número máximo de estudantes e a criação, a suspensão ou a cessação da ministração de ciclos de estudos, devendo tais medidas ter em conta as necessidades sociais e de empregabilidade e a evolução demográfica.»

O Sr. **Presidente**: — De seguida, vamos votar a proposta, apresentada pelo PS, de substituição do n.º 4 do artigo 86.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, constante do texto final.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L; do PCP, do BE, do PAN e do JPP.*

*Era a seguinte:*

«Artigo 86.º  
[...]

4 – Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 2, os votos dos corpos eleitorais referidos em a) a c) do n.º 1 são ponderados por unidade orgânica, de acordo com a definição destas nos estatutos de cada instituição, de forma a combinar um princípio geral de representação proporcional com um patamar mínimo de representação a cada unidade orgânica, para o que são observados os seguintes critérios de ponderação no apuramento dos resultados eleitorais:»

O Sr. **Presidente**: — Passamos à votação da proposta, apresentada pelo PS, de substituição do n.º 7 do artigo 109.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, constante do texto final.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP e do BE, os votos a favor do PS, do PCP, do PAN e do JPP e a abstenção do L.*

*Era a seguinte:*

«Artigo 109.º  
[...]

7 – A alienação, a permuta, a oneração de património imóvel e a cedência do direito de superfície, não carecem de autorização por despacho conjunto do membro do Governo responsável pela área do ensino superior e pela área das finanças, desde que se destinem à prossecução dos fins que lhes estão legalmente conferidos.»

O Sr. **Presidente**: — Procedemos agora à votação, apresentada pelo PS, de substituição do n.º 10 do artigo 109.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, constante do texto final.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP e do BE, os votos a favor do PS, do PCP, do PAN e do JPP e a abstenção do L.*

*Era a seguinte:*

«Artigo 109.º  
[...]

10 – O produto da alienação de bens móveis e imóveis que integram o património próprio das instituições de ensino superior públicas, bem como a receita proveniente de cedência do direito de superfície, da cedência de utilização de arrendamento e de qualquer outra forma de disposição e administração de património próprio, reverte, na sua totalidade para a respetiva instituição, após parecer favorável do conselho geral, só podendo ser:

- a) Aplicado em outros investimentos que passem a integrar o seu ativo imobilizado e se destinem exclusivamente à construção, reabilitação ou aquisição de bens destinados a atividades de ensino, investigação ou desenvolvimento ou à construção de residências para estudantes;
- b) Utilizado para redução do endividamento contraído para investimento.»

O Sr. **Presidente**: — Segue-se a votação da proposta, apresentada pelo PS, de aditamento de um n.º 12 ao artigo 109.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP e do BE, os votos a favor do PS, do PCP, do PAN e do JPP e a abstenção do L.*

*Era a seguinte:*

«Artigo 109.º  
[...]

12 – As instituições de ensino superior públicas não estão vinculadas ao Sistema Nacional de Compras Públicas, bem como ao Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado, para efeitos do Decreto-Lei n.º 170/2008, de 26 de agosto, podendo, contudo, atuarem como entidades voluntárias no âmbito dos instrumentos de contratação disponibilizados pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar à votação da proposta, apresentada pelo PS, de substituição do n.º 4 do artigo 114.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, constante do texto final.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PAN e do JPP e as abstenções do PCP e do BE.*

*Era a seguinte:*

«Artigo 114.º  
[...]

4 – Para além do disposto no n.º 4 do artigo anterior, as instituições de ensino superior públicas podem utilizar os saldos de gerência de anos anteriores para a realização de despesas em projetos de investimento ou para amortizar dívida, até ao limite de um valor igual a 15% do seu orçamento total.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar a proposta, apresentada pelo PS, de substituição do n.º 1 do artigo 121.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, constante do texto final.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.*

*Era a seguinte:*

«Artigo 121.º  
[...]

1 – [Revogado]»

O Sr. **Presidente**: — Temos para votar a proposta, apresentada pelo PS, de substituição do n.º 2 do artigo 121.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, constante do texto final.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.*

*Era a seguinte:*

«Artigo 121.º  
[...]

2 – Não estão sujeitas a quaisquer limitações a contratação de pessoal, para além das que derivem da capacidade financeira das instituições de ensino superior para suportarem os respetivos encargos.»

O Sr. **Presidente**: — Passamos à votação da proposta, apresentada pelo PS, de substituição do artigo 170.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.*

*Era a seguinte:*

«Artigo 170.º  
[...]

1 – O Conselho Coordenador do Ensino Superior tem por missão apoiar o Governo na definição da estratégia nacional para o ensino superior público, tendo em conta a sua interação com a investigação e a inovação.

2 – A estratégia nacional para o ensino superior será elaborada para um horizonte de doze anos, com revisões a cada quatro anos.

3 – O Conselho Coordenador do Ensino Superior aprova anualmente um relatório sobre a rede de instituições de ensino superior, na ótica do alinhamento com a estratégia nacional e com as estratégias regionais dos territórios em que as instituições se inserem.»

O Sr. **Presidente**: — Prosseguimos com a votação da proposta, apresentada pelo PS, de substituição do artigo 57.º-A da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, constante do texto final.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.*

*Era a seguinte:*

«Artigo 57.º-A  
[...]

1 – Os estabelecimentos de ensino superior privados podem ser objeto de transmissão, integração ou fusão em instituições de ensino superior públicas, desde que seja demonstrado, por estudo prévio, o interesse público, designadamente através do reforço da oferta pública de qualidade, das vantagens para os estudantes e da sustentabilidade financeira, científica e pedagógica da instituição resultante, bem como que daí não resulta prejuízo para a rede pública de ensino superior, designadamente em matéria de vagas e financiamento.

2 – Para os efeitos previstos no número anterior, a integração ou a fusão é feita mediante decreto-lei, ouvidos o conselho geral da instituição de ensino superior pública, a entidade instituidora do estabelecimento de ensino superior privado e os respetivos órgãos legal e estatutariamente competentes.

3 – O decreto-lei de integração ou fusão determina as medidas de salvaguarda dos direitos dos estudantes, dos direitos do pessoal docente e do pessoal técnico e administrativo, a afetação do património existente à data da integração ou fusão e as medidas tendentes a assegurar a preservação, integridade e acessibilidade dos arquivos documentais do estabelecimento de ensino superior.

4 – O processo de integração ou fusão depende de parecer prévio:

a) Do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e/ou do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, consoante o(s) subsistema(s) de ensino superior em causa, designadamente quanto à adequação da transmissão, integração ou fusão e ao respetivo impacto no sistema de ensino superior;

b) Da agência de acreditação competente, designadamente quanto à acreditação institucional do estabelecimento de ensino superior privado, ao funcionamento do respetivo sistema interno de garantia da qualidade e à acreditação da sua oferta formativa.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar a proposta, apresentada pelo PS, de aditamento de um artigo 171.º-A à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PAN e do JPP e as abstenções do PCP e do BE.*

*Era a seguinte:*

«Artigo 171.º - A

Composição, modo de funcionamento e competências do Conselho Coordenador do Ensino Superior

1 – Sem prejuízo do disposto no artigo 171.º, o Conselho Coordenador do Ensino Superior tem como presidente o primeiro-ministro e como vice-presidente o ministro com a tutela do ensino superior, podendo ser chamados a participar outros membros do governo em função das matérias em análise.

2 – A composição, o modo de funcionamento e as competências específicas do Conselho Coordenador do Ensino Superior são definidas em Decreto-Lei, garantindo a participação das instituições de ensino superior e dos setores da investigação e da inovação na definição da estratégia nacional para o ensino superior.»

O Sr. **Presidente**: — Terminadas as votações do guião suplementar, vamos passar ao guião principal para votar, em votação final global, o texto final relativo à Proposta de Lei n.º 30/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) e aos Projetos de Lei n.ºs 41/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) e 276/XVII/1.<sup>a</sup> (PS), apresentado pela Comissão de Educação e Ciência — Procede à revisão da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições de ensino superior, alterando, ainda, a Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, que estabelece a Lei de Bases do Sistema Educativo, a Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior, e a Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto, que aprova o regime jurídico da avaliação do ensino superior.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos contra do PS, do L, do PCP e do BE e as abstenções do PAN e do JPP.*

*Aplausos do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP.*

O Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, é para anunciar a apresentação de uma declaração de voto escrita sobre o que acabámos de votar.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, por fim, votamos, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, relativo ao Projeto de Lei n.º 137/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Aprova o estatuto do mecenato cultural.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do CDS-PP e do JPP, os votos contra do CH e as abstenções do L, do PCP, do BE e do PAN.*

Informo agora a Câmara que a nossa próxima sessão plenária é no dia 13 de maio, às 15 horas, e a ordem de trabalhos já está disponível nos suportes institucionais da Assembleia da República.

Bom fim de semana.

*Eram 14 horas e 39 minutos.*

---

#### *Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação*

*Relativa ao Projeto de Lei n.º 94/XVII/1.<sup>a</sup>:*

O combate aos crimes de natureza sexual exige uma resposta penal adequada à gravidade dos factos, sobretudo quando estão em causa menores. Para o CDS, isto é evidente. Mas essa exigência não dispensa a prudência legislativa que se deve ter, nem afasta a necessidade de respeitar os princípios constitucionais que estruturam o nosso Estado de direito.

É precisamente por isso que entendemos que este não é o momento adequado para avançar com alterações profundas ao regime jurídico associado ao artigo 176.º-C do Código Penal.

Não é o momento, porque a Provedora de Justiça dirigiu ao Tribunal Constitucional um pedido de declaração de inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, do artigo 176.º-C do Código Penal, que consagra o crime de «atos contrários à orientação sexual, identidade de género ou expressão de género». E fê-lo, sustentando no pedido que esta norma, aditada pelo artigo 4.º da Lei n.º 15/2024, de 29 de janeiro, aprovada à 25.<sup>a</sup> hora pelo último Governo socialista, viola grosseiramente princípios fundamentais da nossa Constituição.

Perante esse contexto, o mínimo de prudência jurídica recomenda que o legislador não avance precipitadamente com novas alterações expansivas ou agravamentos penais antes de existir uma decisão do Tribunal Constitucional quanto à conformidade do artigo 176.º-C com a Constituição.

O direito penal exige segurança jurídica, coerência e previsibilidade. Não devemos, por isso, legislar sucessivamente sobre normas que estão sob o escrutínio do Tribunal Constitucional, sob pena de criarmos ainda maior instabilidade num domínio particularmente sensível do ordenamento jurídico.

Este é o tempo do Tribunal Constitucional. Até à sua pronúncia, é manifestamente extemporâneo — senão mesmo precipitado — que o Parlamento procure alterar disposições de normas penais sob análise do Tribunal Constitucional, por suspeita de violar frontalmente disposições fundamentais do Estado de direito e da Constituição da República Portuguesa.

Pelos motivos assim expostos, o Grupo Parlamentar do CDS-PP absteve-se na votação do Projeto de Lei n.º 94/XVII/1.<sup>a</sup>.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CDS-PP, *Paulo Núncio — João Pinho de Almeida*.

---

*Relativa ao texto final, apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo à Proposta de Lei n.º 30/XVII/1.<sup>a</sup> e aos Projetos de Lei n.ºs 41/XVII/1.<sup>a</sup> e 276/XVII/1.<sup>a</sup>:*

A Assembleia da República votou, em sessão plenária, o texto final relativo à Proposta de Lei n.º 30/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV), que procede à revisão da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior – RJIES).

A Iniciativa Liberal contribuiu com propostas, de modo a atualizar o quadro legal do ensino superior português, promovendo maior autonomia e flexibilidade através da possibilidade da celebração de consórcios, para além de uma real capacitação para uma maior e melhor internacionalização.

Foram ainda incluídas várias outras propostas liberais, designadamente no que respeita à dignidade entre instituições de ensino superior públicas e privadas, ao reforço da ação social escolar independentemente da natureza pública ou privada das instituições, à acessibilidade (física, digital e curricular) para estudantes com necessidades específicas e outras medidas que reforçam a qualidade, a inclusão e a eficiência da governação das instituições.

Contudo, a Iniciativa Liberal mantém a discordância face ao modelo de eleição do reitor, dado que defendia um mandato mais curto, assim como à introdução de quotas de género para as listas de candidatos aos órgãos das instituições de ensino superior. Num contexto académico onde as mulheres estão presentes em cada vez maior número, para além de, em muitas áreas da academia, serem já uma maioria, estas imposições contrariam o princípio do mérito e são uma forma de menorização das mulheres.

A introdução de quotas poderá introduzir distorções no funcionamento dos órgãos, que poderão ser impedidos de tomar posse, por excesso de membros do género feminino. Esta opção legislativa viola o princípio de autonomia que cunhou a discussão política em torno do RJIES.

Os Deputados da Iniciativa Liberal, *Angélique Da Teresa — Carlos Guimarães Pinto — Joana Cordeiro — Jorge Miguel Teixeira — Mariana Leitão*.

---

**Nota:** *As declarações de voto anunciadas pelo Deputado do PSD Almiro Moreira, pela Deputada do PS Júlia Rodrigues, pela Deputada do L Isabel Mendes Lopes e pelo Deputado do BE Fabian Figueiredo não foram entregues no prazo previsto no n.º 4 do artigo 87.º do Regimento da Assembleia da República.*

---

*Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.